



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1120

Segunda-feira - 19 de Novembro de 2012

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Antônio Carlos .....	1
Arroio Trinta .....	3
Biguaçu .....	4
Braço do Trombudo .....	8
Caçador .....	19
Camboriú .....	34
Campo Alegre .....	36
Campos Novos .....	45
Canoinhas .....	45
Capinzal .....	45
Catanduvas .....	46
Concórdia .....	46
Cordilheira Alta .....	57
Garopaba .....	58
Gaspar .....	63
Governador Celso Ramos .....	65
Herval d'Oeste .....	66
Imbituba .....	67
Irineópolis .....	69
Joaçaba .....	69
Lages .....	70
Lebon Regis .....	70
Leoberto Leal .....	72
Luzerna .....	72
Massaranduba .....	75
Meleiro .....	75
Monte Carlo .....	75
Nova Trento .....	77
Palhoça .....	82
Passo de Torres .....	82
Pinheiro Preto .....	85
Porto União .....	86
São Bento do Sul .....	87
São Lourenço do Oeste .....	90
São Pedro de Alcântara .....	90
Schroeder .....	90
Timbó .....	100
Turvo .....	102
Videira .....	110
Vitor Meireles .....	111

### Consórcios

CIGA .....	112
CIM-AMAVI .....	112
CINCO .....	112

## Antônio Carlos

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 113/2012

DECRETO Nº 113/2012

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1411 de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Suplementada na importância de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020.3.1.90.00.00.0.2.000 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

004 - Aplicações Diretas

R\$ 150.000,00

2.022.3.1.90.00.00.0.2.000 - Ações de Saúde da Família - PAB/PSF

017 - Aplicações Diretas

R\$ 65.000,00

Art. 2º - A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.018.4.4.90.00.00.0.1.000 - Apoio Grupos Manifest. Artísticas Culturais

079 - Aplicações Diretas

R\$ 1.000,00

06.01 - SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1.023.4.4.90.00.00.0.1.000 - Pavimentação de Passeios

117 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

2.032.3.1.90.00.00.0.1.000 - Manutenção de Serviços Urbanos

118 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

2.032.3.1.91.00.00.0.1.000 - Manutenção de Serviços Urbanos

121 - Aplicações Diretas

R\$ 3.000,00

08.02 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

2.0363.3.90.00.00.0.1.000 - Realização de Eventos Promocionais

136 - Aplicações Diretas

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

R\$ 33.000,00

**09.01 - ENCARGOS GERAIS**

0.003.3.2.90.00.00.0.1.000 - Amortização de Dívidas

150 - Aplicações Diretas

R\$ 38.000,00

**11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.021.3.3.90.00.00.0.2.000 - Ações de Atenção Básica

R\$ 120.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 16 de Novembro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 114/2012**

DECRETO Nº 114/2012

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1411 de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Suplementada na importância de R\$ 171.047,25 (cento setenta e um mil, quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

**06.01 SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

1.022.4.4.90.00.00.0.1.089.13 - Pavimentação de Ruas

205 - Aplicações Diretas

R\$ 61.000,00

**07.02 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

2.035.3.1.90.00.00.0.1.000 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural

129 - Aplicações Diretas

R\$ 63.047,25

**08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE**

2.019.3.1.90.00.00.0.1.000 - Incentivo ao Esporte Amador

080 - Aplicações Diretas

R\$ 16.000,00

**09.01 - ENCARGOS GERAIS**

0.004.3.3.20.00.00.0.1.000 - Contribuição ao PASEP

152 - Transferências a União

R\$ 25.000,00

0.004.3.3.50.00.00.0.1.000 - Contribuições a Entidades Municipais

153 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

R\$ 6.000,00

Art. 2º - A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

**04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

1.010.3.3.50.00.00.0.1.000 - Preservação e Des. Patrimônio e Cultural

073 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

R\$ 5.000,00

1.010.3.3.90.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas

074 - Aplicações Diretas

R\$ 7.500,00

2.012.3.3.90.00.00.0.1.000 - Apoio aos Estudantes do Ensino Superior

054 - Aplicações Diretas

R\$ 18.351,60

2.015.3.3.50.00.00.0.1.000 - Apoio a APAE

059 - Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

2.017.3.3.50.00.00.0.1.000 - Manutenção da Escola e Banda de Música

070 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

R\$ 5.000,00

2.017.3.3.90.00.00.0.1.000 - Manutenção da Escola e Banda de Música

071 - Aplicações Diretas

R\$ 11.813,50

2.017.4.4.90.00.00.0.1.000 - Manutenção da Escola e Banda de Música

072 - Aplicações Diretas

R\$ 2.000,00

2.018.3.3.50.00.00.0.1.000 - Apoio Grupos Manifest. Artísticas Culturais

077 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

R\$ 5.000,00

2.018.3.3.90.00.00.0.1.000 - Apoio Grupos Manifest. Artísticas Culturais

078 - Aplicações Diretas

R\$ 7.000,00

2.018.4.4.90.00.00.0.1.000 - Apoio Grupos Manifest. Artísticas Culturais

079 - Aplicações Diretas

R\$ 2.000,00

**06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

1.031.4.4.90.00.00.0.1.000 - Construção de Pontes

145 - Aplicações Diretas

R\$ 4.313,49

1.032.4.4.90.00.00.0.1.000 - Construção de Bueiros

147 - Aplicações Diretas

R\$ 7.109,00

1.032.4.4.90.00.00.0.1.000 - Construção de Rede Pluvial e Esgoto

157 - Aplicações Diretas

R\$ 7.120,00

1.033.4.4.90.00.00.0.1.089.13 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários

149 - Aplicações Diretas

R\$ 61.000,00

2.024.3.3.90.00.00.0.1.000 - Manutenção e Melhoria Iluminação Pública

126 - Aplicações Diretas

R\$ 6.334,66

**08.02 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE**

1.027.4.4.90.00.00.0.1.000 - Sinalização Turística

128 - Aplicações Diretas

R\$ 15.005,00

2.0363.3.50.00.00.1.000 - Realização de Eventos Promocionais  
135 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
R\$ 2.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 16 de Novembro de 2.012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## Arroio Trinta

### PREFEITURA

#### Lei Nº 1605, de 14/11/2012.

LEI Nº 1605, DE 14/11/2012.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

#### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.364.1201.2035 APOIO AO ENSINO SUPERIOR

33900000-0100.00 R\$ 23.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 23.000,00

#### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.361.1201.2032 MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

33900000 - 0101.00 Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 44.000,00

#### SERVICOS URBANOS

02.06.15.452.1503.2043 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

33710000-0100.00 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 8.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º desta lei, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único. R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

#### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.362.1201.2034 APOIO AO ENSINO MÉDIO

33900000-0100.00 Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 23.000,00

#### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.361.1201.1031 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

44900000-0101.00 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 40.000,00

#### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.365.1201.2037 MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL

33900000 - 0101.00 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00  
TOTAL ANULADO R\$ 12.000,00

Art. 3º Esta lei entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 14 de novembro de 2012.

CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 14 de novembro de 2012.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

#### Decreto Nº 1501, de 14 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 1501, de 14 de novembro de 2012.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1605 de 14/11/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

#### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.364.1201.2035 APOIO AO ENSINO SUPERIOR

33900000-0100.00 R\$ 23.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 23.000,00

#### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.361.1201.2032 MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

33900000 - 0101.00 Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 44.000,00

#### SERVICOS URBANOS

02.06.15.452.1503.2043 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

33710000-0100.00 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 8.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único. R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

#### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.362.1201.2034 APOIO AO ENSINO MÉDIO

33900000-0100.00 Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 23.000,00

#### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.361.1201.1031 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

44900000-0101.00 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 40.000,00

#### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02.04.12.365.1201.2037 MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL



33900000 - 0101.00 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00  
TOTAL ANULADO R\$ 12.000,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 14 de novembro de 2012.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 14 de novembro de 2012.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

### **Decreto Nº 1502, de 14 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 1502, de 14 de novembro de 2012.

Decreta Ponto Facultativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 16 de novembro de 2012, sexta-feira, nas repartições públicas municipais, em comemoração ao Dia do Servidor Público (28/10/2012).

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução do presente decreto serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 14 de novembro de 2012.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

**Biguaçu**

**PREFEITURA**

### **Lei Nº 3293/2012**

LEI Nº 3293/2012 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA RUA PREFEITO JORGE FERNANDES DE ALCANTARA.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada Rua Prefeito Jorge Fernandes de Alcantara, a via pública, que inicia a partir da rua Quintino Bocaiúva e termina ligando à rua Acácio Reitz, no Município de Biguaçu-SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de novembro de 2012.

### **Lei Nº 3296/2012**

LEI Nº 3296/2012 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro ao Senhor Emílio Renato Soares, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um óculos.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3296/2012, de 14/11/2012

Sancionada em 14/11/2012

Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

### **Lei Nº 3298/2012**

LEI Nº 3298/2012 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro a Senhora Dilza Lourfete Gelsleichter, no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um óculos.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3298/2012, de 14/11/2012

Sancionada em 14/11/2012

Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

### **Lei Nº 3299/2012**

LEI Nº 3299/2012 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

conceder auxílio financeiro a Senhora Elzira Nogueira do Nascimento, no valor de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), valor este que será pago em parcela única, para aquisição de um óculos para sua neta.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de novembro de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Lei nº 3299/2012, de 14/11/2012  
Sancionada em 14/11/2012  
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS  
Escriturária

#### Leis

LEI Nº 3303/2012 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
DENOMINA VIA PÚBLICA RUA LINDAURIA ADRIANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Lindauria Adriano a via pública que inicia-se na frente da residência do Senhor Elson Vergínio Mendes, ao lado da Br 101, sentido norte, no bairro São Miguel, com coordenadas 27°28'00.16" Sul e com coordenadas 48°38'29.95" Oeste, município de Biguaçu/SC. Essa rua possui extensão de 100,00 metros.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de novembro de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Lei nº 3303/2012, de 14/11/2012  
Sancionada em 14/11/2012  
Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES  
Gerente de Protocolo e Expediente

#### Leis

LEI Nº 3300/2012 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
DENOMINA VIA PÚBLICA SERVIDÃO LUCI FLORINDA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada de Servidão Luci Florinda da Silva, a via pública que inicia-se à primeira direita da Servidão Braulina Maria da Silva, com extensão de 120 metros, bairro Saudade, Município de Biguaçu.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de novembro de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Lei nº 3300/2012, de 14/11/2012  
Sancionada em 14/11/2012  
Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES  
Gerente de Protocolo e Expediente

#### Leis

LEI Nº 3297/2012 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR COM SEDE NO BAIRRO FUNDOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública a Igreja do Evangelho Quadrangular, com sede na Rua João Paulo I, S/N, Bairro Fundos, Biguaçu/SC.

Art. 2º - À Entidade referendada no artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens, bem como todos os deveres da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de novembro de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Lei nº 3297/2012, de 14/11/2012  
Sancionada em 14/11/2012  
Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES  
Gerente de Protocolo e Expediente

#### Leis

LEI Nº 3297/2012 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR COM SEDE NO BAIRRO FUNDOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública a Igreja do Evangelho Quadrangular, com sede na Rua João Paulo I, S/N, Bairro Fundos, Biguaçu/SC.

Art. 2º - À Entidade referendada no artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens, bem como todos os deveres da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de novembro de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Lei nº 3297/2012, de 14/11/2012



Sancionada em 14/11/2012  
Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES  
Gerente de Protocolo e Expediente

### Leis

LEI Nº 3295/2012 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
DENOMINA VIA PÚBLICA SERVIDÃO DAS OSTRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada de Servidão das Ostras a via pública que, inserida em área Marinha, inicia-se a direita, partindo da BR-101, 55,00 metros após a entrada da Rua Pery Cabral, sentido bairros - Prado de Baixo/Tijuquinhas, latitude 27º 28' 55.89" S, longitude 48º 38'46,02" O. A referida rua apresenta extensão de 40,00 metros e fica localizada no bairro São Miguel, no município de Biguaçu/SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de novembro de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Lei nº 3295/2012, de 14/11/2012  
Sancionada em 14/11/2012  
Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES  
Gerente de Protocolo e Expediente

### Leis

LEI Nº 3295/2012 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
DENOMINA VIA PÚBLICA SERVIDÃO DAS OSTRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada de Servidão das Ostras a via pública que, inserida em área Marinha, inicia-se a direita, partindo da BR-101, 55,00 metros após a entrada da Rua Pery Cabral, sentido bairros - Prado de Baixo/Tijuquinhas, latitude 27º 28' 55.89" S, longitude 48º 38'46,02" O. A referida rua apresenta extensão de 40,00 metros e fica localizada no bairro São Miguel, no município de Biguaçu/SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de novembro de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Lei nº 3295/2012, de 14/11/2012  
Sancionada em 14/11/2012  
Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES  
Gerente de Protocolo e Expediente

### Leis

LEI Nº 3301/2012 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
DENOMINA VIA PÚBLICA SERVIDÃO MIGUEL MAURINO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada de Servidão Miguel Maurino da Silva a via pública que inicia-se a esquerda, logo após a Rua Jovita Gonçalves Freire, sentido bairros São Miguel/Tijuquinhas, latitude 27º 28' 02.23" S, longitude 48º 38' 20,18" O, no bairro São Miguel, município de Biguaçu/SC. Essa servidão possui extensão de 134,00 metros.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de novembro de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Lei nº 3301/2012, de 14/11/2012  
Sancionada em 14/11/2012  
Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES  
Gerente de Protocolo e Expediente

### Leis

LEI Nº 3302/2012 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
DENOMINA VIA PÚBLICA SERVIDÃO MARIA APARECIDA GONÇALVES TIBES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada de Servidão Maria Aparecida Gonçalves Tibes, a via pública inicia a direita da BR 101, Km 187, sentido municípios, Tijucas/ Biguaçu, latitude 27º 26' 46.81" S, longitude 48º 37' 50,42" O, e finaliza no início do terreno do Sr. Lauri, latitude 27º 26' 46.40" S e longitude 48º 37' 52.26" O, no bairro São Miguel, município de Biguaçu/SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de novembro de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Lei nº 3302/2012, de 14/11/2012  
Sancionada em 14/11/2012  
Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES  
Gerente de Protocolo e Expediente

### Decreto

DECRETO Nº 239/2012 DE: 13 DE NOVEMBRO DE 2012.  
Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de obrigações decorrentes da contratação de professores.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 98,

inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, que o Município contratou professores para as escolinhas de educação cultural e esportiva, tais como: futebol, futsal, natação, judô e música, para atender cerca de 3.800 jovens e assim oferecer uma ocupação saudável, afastando-os de possíveis situações de risco;

Considerando, que esses professores dependem da renda desses contratos para o seu sustento e de suas famílias;

Considerando, a relevância, o elevado interesse público e a importância social desse programa;

Considerando, que a receita do Município não vem correspondendo às expectativas, impondo atraso no cumprimento das obrigações assumidas com os fornecedores;

Considerando, que se trata de valores de pequena monta,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretário Municipal da Fazenda, através da Gerência Financeira, autorizado a quebrar a ordem cronológica de vencimento das faturas para priorizar o pagamento dos professores das escolinhas de educação esportiva e cultural.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos até o dia 30 de novembro de 2012.

Biguaçu, 13 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

#### Decreto

DECRETO Nº 236/2012 DE: 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2012

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3.156/2011,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 14.819,60 (quatorze mil oitocentos e dezenove reais e sessenta centavos) por conta do excesso de arrecadação nas seguintes fontes de recursos: 0.2.37.000132 e 0.2.38.000156.

#### 2301. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

2301.08.244.0006.2059 Manutenção e Execução Serviços de Atendimento Integral a Família 959,60

3.3.90.00/0.2.37.000132 Outras Despesas Correntes 959,60

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

2301.08.244.0006.2063 Execução de Serviços de Proteção Social Especial 13.860,00

3.3.50.00/0.2.38.000156 Transferências a Instit. sem Fins Lucrativos 13.860,00

Art. 2º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2012, Lei Municipal nº 3174/2011:

#### 2601. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

2601.28.843.0000.0003 Amortização de Dívidas 200.000,00

ANULA:

3.2.90.00/0.1.00.000000 Juros e Encargos da Dívida 200.000,00

SUPLEMENTA:

4.6.90.00/0.1.00.000000 Amortização da Dívida 200.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 09 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

#### Aviso de Pregão (Presencial) 221/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 221/2012 PMB

OBJETO: Contratação de empresa especializada, comprovadamente qualificada e com experiência para realizar serviços de consultoria nas áreas de planejamento orçamentário, contabilidade pública, atendimento à Lei (federal) nº 4320/64, atendimento à Lei Complementar (federal) nº 101/2000, sistema de controle interno e capacitação de pessoal nessas áreas.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:30 horas, do dia 30 novembro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 30 novembro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019, 8020.

Biguaçu, 12 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### Aviso de Revogação do Processo Licitatório Pp216/2012-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PP216/2012-PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório PP 216/2012-PMB, que tem por objeto "Aquisição de combustíveis para ônibus escolar da Secretaria de Educação de Biguaçu", devido à falta de empresas interessadas em participar do referido processo.

Biguaçu, 13 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### Portaria 171/2012

PORTARIA Nº 171/2012

REVOGAR PORTARIA

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei nº 09/99 de 17.11.99.

#### RESOLVE:

Art.1º - Revogar os efeitos da Portaria nº 001/2009, de 02.01.2009.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 02.01.2012.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 12 de novembro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

#### Portaria 172/2012

PORTARIA Nº 172/2012

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

#### RESOLVE:

Art.1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Simone Helena Nagel, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Mer./ Serv., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 05.10.2012.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 05.10.2012.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 12 de novembro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

#### Portaria 173/2012

PORTARIA 173/2012

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Rosa Oliveira Alves, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - Mer./Serv, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 16.10.2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 16.10.2012.

Braço do Trombudo, em 12 novembro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

#### Portaria 174/2012

PORTARIA 174/2012

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, Art. 63 e Lei Compl. 059/2007 de 26.04.2007.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para repouso à gestante, a servidora, Calani Holler Ribeiro, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde (Emprego Público - PSF), do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 19.10.2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 19.10.2012.

Braço do Trombudo, em 12 de novembro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

#### Portaria 175/2012

PORTARIA Nº 175/2012

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

#### RESOLVE:

Art.1º - Conceder licença para tratamento de saúde, o servidor Arnold Mathias, ocupante do cargo de Operador de Trator Esteira, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 05.11.2012.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos



retroativos à 05.11.2012.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 12 de novembro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

#### **Portaria 176/2012**

PORTARIA 176/2012

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, etc

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a servidora, Alair Franz Hein, ocupante do cargo em comissão de Controlador Interno (Agente de Controle Interno), do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, nomeada pela Portaria nº 115/2012, de 21.06.2012, a partir de 12.11.2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 12 de novembro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal



**VISÃO ESTRATÉGICA E  
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,  
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA  
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:  
**[www.egem.org.br](http://www.egem.org.br)**

**Ata de Registro 15/ 2012****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2012****Número do Registro de Preços: 15/2012****Data do Registro: 17/05/2012****Válido até: 17/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pão caseiro fatiado, unidade com peso aproximado de 500g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. (8127)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	3,0000	1
2	Pão de forma tipo pullmann (fatiado), unidade com peso aproximado de 500g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. (8128)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	3,0000	1
3	Cuca caseira sabores variados, peso líquido aproximado de 500g. (8129)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	16,0000	1
4	Orelha de gato doce polvilhado no açúcar e canela, macio e fresco. (8130)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	10,7500	1
5	Bolacha tipo caseira, nos sabores polvilho e coco, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (9008)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	14,2500	1
6	Rosca de polvilho redonda, peso aproximado de 300g a 500g, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (8132)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	3,7500	1
7	Bolo de boleira tipo waffer, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (8133)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	1,0000	1
8	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor chocolate, sendo macio e fresco. (8135)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	9,2500	1
9	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor laranja, sendo macio e fresco. (8134)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	9,2500	1
10	Pão francês, unidade de 50g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica. (8136)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	6,1200	1
11	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidades, feitos no dia da entrega. (9005)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	9,2500	1
12	Sanduíche com pão francês (50g) fresco, queijo, presunto, alface, tomate e maionese. Feitos no dia da entrega. (8138)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	1,7500	1
13	Sanduíche natural com 2 fatias de pão pullmann fresco, alface, frango desfiado e tomate. Feitos no dia da entrega. (8139)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	2,3700	1
14	Bolacha de natal pintada, tipo caseira, sendo fresco e feito de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (9007)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	16,0000	1
15	Risoles com massa caseira e recheio de frango, fritos na hora da entrega e sem presença de sujidade. (8141)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	2,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/2

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2012****Número do Registro de Preços: 15/2012****Data do Registro: 17/05/2012****Válido até: 17/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Sonho com recheio de brigadeiro, com peso aproximado de 100g a 120g, macio, frito no dia da entrega, polvilhado no açúcar e canela e sem presença de sujidade. (8142)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	1,5000	1

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2012****PROCESSO Nº 28/2012**

(6669) - PANIFICADORA KI SABOR

BRACO DO TROMBUDO , 17 de Maio de 2012.

**Ata de Registro de Preço 4/2012****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2012****Número do Registro de Preços: 4/2012****Data do Registro: 17/02/2012****Válido até: 17/02/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de frutas, verduras, carnes, ovos, leite e derivados e diversos gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Carne ave coxa com sobre coxa de Frango. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante e validade. (8649)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	4,9200	1
2	Carne bovina de 1ª, fresca ou congelada. Isenta de cartilagens, ossos e com no máximo 5% de gordura. Embalagem Plástica de 1 kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto e peso. (8651)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	12,7500	1
3	Carne bovina coxão mole fresca ou congelada. Isenta de cartilagem e com no máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1 kg, com identificação do produto e o peso. (8652)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	13,9300	1
4	Carne ave peito de frango com osso, congelado, sem acúmulo de líquido em seu interior, embalagem de 1 ou 2 kg, com identificação do produto e o peso. (8653)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	6,2200	1
5	Queijo tipo mussarela ou prato fatiado, fatias de aproximadamente 25 gr, isento de bolor e mau aspecto de conservação. Embalagem contendo marca, data de fabricação. (8654)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Passo Manso	0	14,5500	1
6	Salsicha. Embalagem plástica, congelada, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8655)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Canção	0	4,6800	1
7	Ovos de galinha. Grandes, inteiros, sem rachadura e limpos. (8656)	DZ	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Locks	0	2,9200	1
8	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8187)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bom Gosto	0	1,8100	1
9	Leite baixa lactose. Embalagem tetra park de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8657)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	2,5300	1
10	Bebida Láctea com polpa de fruta. Sabores variados, embalagem de 1 litro, rótulo de identificação, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 1 mes a contar da data de entrega. (8658)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Do Vale	0	1,8200	1
11	Mortadela sem gordura. Embalagem plástica, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8659)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Aurora	0	6,3300	1
12	Creme de leite, tipo nata, pote de 300 gr, fresco. (8660)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	2,7900	1
13	Achocolatado em pó. Lata de 400 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8661)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescau	0	4,2100	1
14	Doce de Frutas. Potes de 900 gr. Deve constar na embalagem registro, data de fabricação, prazo de validade, composição e peso líquido. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8662)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Oliveira	0	5,2800	1
15	Ervilha. Lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data da fabricação e validade. validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8663)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Goias Verde	0	1,0100	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2012**

Número do Registro de Preços: 4/2012

Data do Registro: 17/02/2012

Válido até: 17/02/2013

**Objeto da Compra:** Aquisição de frutas, verduras, carnes, ovos, leite e derivados e diversos gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Extrato de tomate. Lata de 840 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8664)	LAT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Quero	0	4,4300	1
17	Milho. Lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8665)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Goiás verde	0	1,1000	1
18	Sardinha em óleo comestível. Embalagem de 125 gr. Lata não amassada, sem ferrugem, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem registro. (8666)	LAT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	88	0	3,1000	1
19	Adoçante dietético líquido. Embalagem de 100 ml. (8667)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Adocil	0	2,6200	1
20	Leite em pó integral. Preparo instantâneo, lata de 400 gramas. (8668)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninho	0	9,0200	1
21	Doce de leite. Embalagem de 900 gramas, deve constar na embalagem registro, data de fabricação, prazo de validade, composição e peso líquido. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8669)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Oliveira	0	6,6500	1
22	Sagú. Embalagem de 500 gramas, deve constar na embalagem registro, data de fabricação, prazo de validade, composição e peso líquido. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8670)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pérola	0	1,8300	1
23	Pó para gelatina. Embalagem de 30 gramas. Deve constar na embalagem registro, data de fabricação, prazo de validade, composição e peso líquido. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8671)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	0,5900	1
24	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8672)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nordeste	0	6,4900	1
25	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8673)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Santa Rita	0	3,2200	1
26	Fermento biológico. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8674)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Fleischmann	0	9,6500	1
27	Fermento químico instantâneo para bolos. Embalagem de 250 gr com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8676)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Royal	0	4,1900	1
28	Fubá de milho pré cozido. Embalagem de 500 gramas, com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8684)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Polentina	0	1,9900	1
29	Lentilha . Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8690)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Juréia	0	3,4500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2012**

Número do Registro de Preços: 4/2012

Data do Registro: 17/02/2012

Válido até: 17/02/2013

**Objeto da Compra:** Aquisição de frutas, verduras, carnes, ovos, leite e derivados e diversos gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Polvilho azedo. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8691)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sevenhani	0	3,7200	1
31	Maionese. Embalagem plástica atóxica de 500 gr, lacrada, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data da fabricação e validade. validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8692)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Hellmann's	0	4,4500	1
32	Margarina. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8693)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Doriana	0	3,0200	1
33	Óleo de soja refinado. Embalagem de 900 ml, não amassadas, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8694)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Soya	0	2,8600	1
34	Pipoca em grão. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação, validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8695)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jurêia	0	1,6700	1
35	Pó para púdim, sabores de chocolate, morango, coco e caramelo. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8696)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	5,0700	1
36	Cereal infantil, pct de 230 gr, sabores variados, embalagem com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8697)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Super Bom	0	3,9500	1
37	Massa seca tipo cabelo de anjo. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8698)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Germani	0	2,9000	1
38	Aletria de letrinha. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8699)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Germani	0	1,9300	1
39	Massa espaguete Furadinho com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8700)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,3800	1
40	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8701)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,8700	1
41	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8702)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Renata	0	3,5100	1
42	Massa para pastel tamanho G. Embalagem de polietileno atóxico, pacote com 20 unidades, identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8703)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Massita	0	4,2100	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2012**

Número do Registro de Preços: 4/2012

Data do Registro: 17/02/2012

Válido até: 17/02/2013

**Objeto da Compra:** Aquisição de frutas, verduras, carnes, ovos, leite e derivados e diversos gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caravelas	0	10,3600	1
44	Açúcar de baunilha de 40 gr. (8705)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,1900	1
45	Amido de Milho. Caixa de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8706)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	3,3100	1
46	Arroz parbolizado, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8707)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Do Vale	0	6,8600	1
47	Arroz branco, pct de 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8708)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chinês	0	1,6600	1
48	Bolacha doce sortida, pct de 800 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8709)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Germani	0	5,4500	1
49	Bolacha de leite, pct de 800 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8710)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	5,3100	1
50	Bolacha salgada tipo craker, pct de 800 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8711)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	5,8500	1
51	Bolacha Maria, pct de 800 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8712)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	5,1700	1
52	Café torrado e módo, caixa de 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8713)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Melitta	0	7,5600	1
53	Café solúvel granulado, vidro de 200 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8714)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescafé	0	8,3600	1
54	Caldo de bacon, caixa com 6 unidades, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8715)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Knorr	0	1,1700	1
55	Caldo de galinha, caixa com 6 unidades, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8722)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Knorr	0	1,1700	1
56	COLORÍFICO ( PCT 100 GR) (2371)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	0,8900	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2012**

Número do Registro de Preços: 4/2012

Data do Registro: 17/02/2012

Válido até: 17/02/2013

**Objeto da Compra:** Aquisição de frutas, verduras, carnes, ovos, leite e derivados e diversos gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	Orégano (pacote de 6 gr) (8502)	PC	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	0,5400	1
58	Pimenta em pó, unidade de 40 gr. (8716)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,5500	1
59	Sal refinado, pct de 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8717)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Zizo	0	1,3000	1
60	Suco, pct de 30 gr. (8718)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	0,7900	1
61	Folha de louro, pct de 5 gr. (8719)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	0,5800	1
62	Vinagre. Embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8720)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Henning	0	0,8700	1
63	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8633)	PC	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,7700	1
64	Alpim descascado congelado, pedaços de tamanho médio, limpos e bem conservados (8166)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,9400	1
65	Abacate tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento. (8634)	PC	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,5400	1
66	ALHO graúdo, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murchos. (8161)	CB	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,3800	1
67	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,2900	1
68	Banana Branca. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8635)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,0400	1
69	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,3000	1
70	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,1200	1
71	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,1700	1
72	BROCOLIS, maço frescos e limpos, com cor característica. (8144)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,5500	1
73	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,7300	1
74	Cenoura. Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8636)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,3600	1
75	Couve flor. Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica. (8721)	PC	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,3300	1
76	Chuchu. unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos. (8637)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,7700	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2012**

Número do Registro de Preços: 4/2012

Data do Registro: 17/02/2012

Válido até: 17/02/2013

**Objeto da Compra:** Aquisição de frutas, verduras, carnes, ovos, leite e derivados e diversos gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Feijão preto. embalagens limpas, de bom cozimento. (8638)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,8500	1
78	Feijão vermelho. Embalagem limpa, de bom cozimento. (8639)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,7900	1
79	Laranja pêra. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,7000	1
80	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, maduras e limpas, sem machucados. (8641)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,5400	1
81	Maça gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,3400	1
82	Mamão formosa. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (8723)	PC	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,2200	1
83	Manga. Unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (8643)	PC	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,7400	1
84	Melância. unidadesa integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,2300	1
85	Maracujá. Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (8645)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	5,3500	1
86	PEPINO SALADA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,0700	1
87	PIMENTÃO VERDE, tamanho médio, fresco e limpo, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (8162)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,4700	1
88	Vagem. unidades frescas e limpas, característica, não podem ser murchas. (8646)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,1200	1
89	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,0900	1
90	Salsa. maço de 200 gramas, fresca, não pode estar murchos. (8647)	MÇ	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,1400	1
91	Cebolinha. maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8648)	MÇ	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,3100	1
92	Gás (GLP) com casco, botijão de 13kg (8547)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	Liquigás	0	129,5083	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Supergasbrás	0	148,1160	2
93	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	Liquigás	0	39,5597	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Supergasbrás	0	45,2646	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2012****Número do Registro de Preços: 4/2012****Data do Registro: 17/02/2012****Válido até: 17/02/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de frutas, verduras, carnes, ovos, leite e derivados e diversos gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	REPOLHO (52)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,4900	1

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2012****PROCESSO Nº 10/2012**

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.

(7649) - I. TRAPP &amp; CIA LTDA

BRACO DO TROMBUDO , 17 de Fevereiro de 2012.

# Caçador

## PREFEITURA

### Decreto Nº 5.397

DECRETO nº 5.397, de 13 de novembro de 2012.  
Designa Gestor do Programa Bolsa Família.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal 10.836, de 09/01/2004, mais o previsto na Portaria GM/MDS nº 246, de 20/05/2005,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal CAIO ANTONIO DE ARRUDA WAGNER, Gestor do Programa Bolsa Família, conforme o previsto na Lei Federal 10.836, de 09/01/2004 e a Portaria GM/MDS nº 246, de 20/05/2005, e sua regulamentação, a contar de 05 de novembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 4.889, de 22 de junho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de novembro de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para o controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nºs 1503 a 1510**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1503/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEN9546	55692805D	6920/0	26/09/2012	233
AGV5105	55694359D	5010/0	15/10/2012	162 * I
COK8345	55693234D	6599/2	19/09/2012	230 * V
CTB1585	55693107D	6599/2	14/10/2012	230 * V
GMV2363	55692801D	6920/0	25/09/2012	233
LWU2006	55692797D	6920/0	20/09/2012	233
LXH2493	55692123D	5010/0	14/10/2012	162 * I
LXQ1070	55480793C	5010/0	26/09/2012	162 * I
LZL4570	55692908D	5010/0	18/09/2012	162 * I
LZL4570	55692909D	6599/2	18/09/2012	230 * V
MBG0337	55692796D	6920/0	19/09/2012	233
MBO5625	55481050C	6599/2	27/09/2012	230 * V
MBR8639	55692780D	6920/0	12/09/2012	233
MBX9467	55476869C	5010/0	12/10/2012	162 * I
MBX9467	55476870C	6599/2	12/10/2012	230 * V
MBY5682	55692912D	5010/0	20/09/2012	162 * I
MEC1059	55692836D	6920/0	16/10/2012	233
MFP2776	55482560C	6599/2	20/09/2012	230 * V
MGN2117	55694358D	6599/2	13/10/2012	230 * V
MGO5039	55692838D	6920/0	17/10/2012	233
MHF9956	54148617D	5010/0	17/10/2012	162 * I
MHG7097	54148616D	5010/0	16/10/2012	162 * I
MHG7097	55692575D	5118/0	15/10/2012	164 c/c 162 * I
MHG7097	55694202D	5010/0	15/10/2012	162 * I
MIN5074	54148376D	6599/2	22/09/2012	230 * V
MIY6381	55694357D	6599/2	12/10/2012	230 * V



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJN3149	55692551D	5010/0	18/09/2012	162 * I
MJN3149	55692552D	5061/0	18/09/2012	163 c/c 162 * I
MKB3093	55694462D	5010/0	19/09/2012	162 * I
MKT6770	55480871C	6599/2	19/09/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1504/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMD0548	55477430C	5568/0	26/09/2012	181 * XIX
AQU5835	54147744D	5720/0	21/09/2012	186 * I
BBM0118	54148131D	7366/2	24/09/2012	252 * VI
DHL8414	55692045D	5819/7	05/10/2012	193
DHL8414	55692046D	5908/0	05/10/2012	202 * I
IIB0692	54148486D	5835/0	17/10/2012	195
LYK7214	54148612D	5541/2	16/10/2012	181 * XVII
MAF3257	54148624D	5541/2	18/10/2012	181 * XVII
MBU0851	54148481D	5460/0	24/09/2012	181 * IX
MCC2428	55692081D	6122/0	28/09/2012	214 * I
MCO3029	55692120D	5185/1	10/10/2012	167
MCT1503	54148147D	6050/1	15/10/2012	208
MEP2414	54147837D	5959/3	16/10/2012	203 * IV
MGN7799	54146385D	5967/0	17/09/2012	203 * V
MGP0656	54148625D	5827/0	18/10/2012	194
MGP0656	54148626D	5835/0	18/10/2012	195
MGP0656	54148627D	5185/1	18/10/2012	167
MGP0656	54148628D	5185/2	18/10/2012	167
MHH8543	55692039D	5452/6	28/09/2012	181 * VIII
MIY6381	55694356D	5878/0	12/10/2012	199
MJA0307	55693052D	7366/2	13/10/2012	252 * VI
MJK1191	54148480D	5541/2	24/09/2012	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1505/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADW3495	55477879C	6920/0	03/08/2012	R\$ 127,69	233
AEI5532	55477148C	6610/2	05/08/2012	R\$ 127,69	230 * VII
AEL4897	55477887C	6920/0	08/08/2012	R\$ 127,69	233
AFB7003	55482389C	6920/0	11/07/2012	R\$ 127,69	233
AHJ1900	54147490D	6912/0	15/08/2012	R\$ 53,20	232
ALG0032	55482379C	6920/0	09/07/2012	R\$ 127,69	233
AOW6395	55482398C	6920/0	13/07/2012	R\$ 127,69	233
APH6572	55477073C	6599/2	25/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
CKG1449	55480295C	6610/2	14/06/2012	R\$ 127,69	230 * VII
IDU4381	55480227C	5045/0	06/06/2012	R\$ 191,53	162 * V
IIE4499	54148360D	5061/0	22/08/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
ILI3074	55477137C	6599/2	04/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
ILI3074	55477138C	5010/0	04/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
JFQ7414	55692704D	6599/2	26/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
JUC0297	54148505D	6599/2	24/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWV3647	55480323C	6610/2	27/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LWV3647	55480324C	5010/0	27/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
LWV3647	55480325C	5169/1	27/07/2012	R\$ 957,69	165
LWV3647	55480332C	5274/1	27/07/2012	R\$ 191,53	175
LXF1731	55478145C	6610/2	20/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LXF1731	55478146C	6556/1	20/07/2012	R\$ 191,53	230 * I
LXF1731	55692608D	6599/2	20/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXF1731	55692609D	5045/0	20/07/2012	R\$ 191,53	162 * V
LXF1731	55692610D	6912/0	20/07/2012	R\$ 53,20	232
LXM2454	55482353C	6920/0	25/06/2012	R\$ 127,69	233
LXO7491	55480695C	6599/2	15/08/2012	R\$ 191,53	230 * V



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXZ6542	55107188C	6599/2	05/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXZ6542	55107189C	6610/2	05/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LYM1756	55692722D	6599/2	11/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYW8166	54788612C	5010/0	22/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYY6283	55693351D	5169/1	12/08/2012	R\$ 957,69	165
LYZ2072	55692701D	6599/2	26/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZR2156	55477859C	6920/0	18/07/2012	R\$ 127,69	233
LZR3174	54147485D	6599/2	11/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAE3037	55482189C	6920/0	20/06/2012	R\$ 127,69	233
MAE6243	55476317C	5010/0	22/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAF0111	55480463C	6580/0	29/06/2012	R\$ 191,53	230 * IV
MAK6100	55480176C	6599/2	10/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAK6100	55480177C	5010/0	10/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBF2743	55951275B	5010/0	24/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBR2243	55477147C	6599/2	01/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBV6452	55475744C	6599/2	14/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBW1129	55692861D	6599/2	14/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCR3354	55477890C	6920/0	10/08/2012	R\$ 127,69	233
MCY6773	55477867C	6920/0	27/07/2012	R\$ 127,69	233
MDA3393	55692625D	5010/0	03/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDG3800	55477149C	5010/0	08/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDI7963	55480864C	6599/2	15/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDX2552	55475996C	5010/0	01/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDX2552	55693359D	5118/0	01/09/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEQ8002	55482357C	6920/0	26/06/2012	R\$ 127,69	233
MFG5090	55477858C	6920/0	18/07/2012	R\$ 127,69	233
MFL2388	55476307C	5010/0	06/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFL2934	55477864C	6920/0	23/07/2012	R\$ 127,69	233
MFP3632	55476828C	5169/1	25/06/2012	R\$ 957,69	165
MFW0495	55481645C	6920/0	13/04/2012	R\$ 127,69	233
MGH8005	55692628D	6912/0	07/08/2012	R\$ 53,20	232
MGH8005	55692715D	5010/0	07/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGT8649	55475750C	6599/2	25/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHA8055	55105845C	5045/0	15/08/2012	R\$ 191,53	162 * V
MHO5820	55482384C	6920/0	09/07/2012	R\$ 127,69	233
MHP7237	55481824C	6599/2	06/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHP7237	55481825C	5010/0	06/08/2012	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHW0544	55477293C	5010/0	06/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIO2559	55105850C	5169/1	25/08/2012	R\$ 957,69	165
MIV1114	55692611D	6599/2	22/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIV1114	55692613D	5045/0	22/07/2012	R\$ 191,53	162 * V
MJI1399	55692623D	5010/0	03/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJI1399	55692624D	6912/0	03/08/2012	R\$ 53,20	232
MJI1399	55692709D	6610/2	03/08/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MJK0945	55692648D	5010/0	24/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJU7631	55480318C	6912/0	12/07/2012	R\$ 53,20	232
MJW5762	55480863C	5010/0	09/08/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1506/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHH3718	55476846C	5207/0	26/07/2012	R\$ 53,20	169
AMR9730	55693209D	5185/1	21/08/2012	R\$ 127,69	167
ANT3434	55693213D	5185/1	21/08/2012	R\$ 127,69	167
CDD6664	54147499D	5541/2	20/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DBJ1817	55482091C	5347/0	14/07/2012	R\$ 85,12	178
JUC0297	55694452D	5185/1	24/08/2012	R\$ 127,69	167
JUC0297	55694453D	7366/2	24/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
LAA9198	54146940D	7234/0	06/08/2012	R\$ 85,12	250 * I * a
LWV3647	55480327C	5878/0	27/07/2012	R\$ 85,12	199
LWV3647	55480328C	5908/0	27/07/2012	R\$ 127,69	202 * I
LWV3647	55480329C	5215/2	27/07/2012	R\$ 191,53	170
LWV3647	55480331C	5185/1	27/07/2012	R\$ 127,69	167
LXF1731	55478147C	5185/1	20/07/2012	R\$ 127,69	167
LXP2303	55692649D	5525/0	27/08/2012	R\$ 85,12	181 * XV
LXP2303	55692650D	5452/1	27/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
LYT0553	55692641D	5525/0	22/08/2012	R\$ 85,12	181 * XV
LYY6283	55480182C	5207/0	12/08/2012	R\$ 53,20	169
LYZ3457	55480330C	6050/1	28/07/2012	R\$ 191,53	208
MCA0986	54148201D	5541/2	01/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCJ6440	55692862D	5932/0	06/08/2012	R\$ 191,53	203 * II
MDA3393	55692710D	6050/1	03/08/2012	R\$ 191,53	208
MDA3393	55692711D	5819/1	03/08/2012	R\$ 574,61	193
MDA3393	55692712D	5835/0	03/08/2012	R\$ 127,69	195
MDZ9547	55480694C	5185/1	15/08/2012	R\$ 127,69	167
MEQ4530	54147447D	5541/2	14/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFP3632	55476827C	7048/1	17/06/2012	R\$ 191,53	244 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGA1073	54147452D	5932/0	17/04/2012	R\$ 191,53	203 * II
MGD5004	54147831D	7366/2	20/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MGD5004	55480692C	7366/2	15/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MIS7331	54148258D	7366/2	22/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MIX9447	54148304D	5541/2	21/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX9447	54148323D	5541/2	24/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ6870	54147359D	7366/2	14/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MJY6159	54148206D	5541/2	07/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MMF5810	54147480D	7234/0	08/08/2012	R\$ 85,12	250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1507/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGI2893	55694474D	5169/1	21/10/2012	165
BTQ4099	55478950C	6599/2	03/10/2012	230 * V
LXT4045	55951647B	5010/0	26/09/2012	162 * I
LXT4045	55951648B	6599/2	26/09/2012	230 * V
LXT4045	55951649B	5118/0	26/09/2012	164 c/c 162 * I
LXT4045	55951650B	6408/0	26/09/2012	221
LZF2266	55693248D	5045/0	20/10/2012	162 * V
LZS7840	55692584D	6610/2	20/10/2012	230 * VII
LZZ2063	55692777D	6920/0	11/09/2012	233
MAZ8125	55692817D	6920/0	14/10/2012	233
MBI0721	55692803D	6920/0	26/09/2012	233
MFH5749	55476874C	6599/2	24/10/2012	230 * V
MFH5749	55476875C	6610/2	24/10/2012	230 * VII
MHV9089	55693002D	5010/0	14/10/2012	162 * I
MIW3336	55692501D	5274/1	21/09/2012	175
MIW3336	55692502D	5274/2	21/09/2012	175
MJM0822	55480423C	5010/0	14/10/2012	162 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1508/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CYL2077	55478946C	5207/0	22/09/2012	169
MCN7512	54148635D	5835/0	22/10/2012	195
MCO3029	55692089D	7366/2	10/10/2012	252 * VI
MFI9372	55951641B	5525/0	22/09/2012	181 * XV
MGI5640	54147366D	5541/2	22/10/2012	181 * XVII
MIW3336	55692503D	6076/0	21/09/2012	210

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1509/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CEZ2352	55476863C	6599/2	02/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
DBJ1817	54147519D	6700/2	14/07/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
IIE4499	54148359D	5010/0	22/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZD9122	55482387C	6920/0	10/07/2012	R\$ 127,69	233
MAE6243	55476319C	6599/2	22/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDF9557	55692771D	6920/0	31/08/2012	R\$ 127,69	233
MEB9777	54789999C	5169/1	24/06/2012	R\$ 957,69	165
MEB9777	54790000C	6556/5	24/06/2012	R\$ 191,53	230 * I
MEW6679	55692753D	6920/0	17/08/2012	R\$ 127,69	233
MGC2815	55477865C	6920/0	23/07/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1510/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOJ6666	54148451D	5541/2	17/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
BET1065	54147853D	5541/2	06/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CWZ7709	54147923D	5541/2	19/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DBJ1817	54147518D	6068/1	14/07/2012	R\$ 127,69	209
LYW8166	54788611C	5185/1	22/08/2012	R\$ 127,69	167
LYZ2715	55692854D	5991/0	08/08/2012	R\$ 191,53	206 * I
MDC8395	54148212D	5541/2	16/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDC8395	54148453D	5541/2	17/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDC8927	54147719D	5380/0	02/06/2012	R\$ 85,12	181 * I
MEZ2665	54148536D	6050/1	13/09/2012	R\$ 191,53	208
MHY9936	54147833D	5738/0	21/08/2012	R\$ 191,53	186 * II
MIJ3091	54148362D	5541/2	22/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM9928	54148093D	5541/1	06/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 14 DE NOVEMBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

# Camboriú

## PREFEITURA

### Resumo de Contrato

RESUMO DE CONTRATO

PMC

Sexto Termo Aditivo

Contrato nº 082/2010

Processo: Tomada de Preços Nº.004/2010

Contratado: C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Data: 26/12/2011

Prazo: 31 de agosto de 2012

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual até o dia 31 de agosto de 2012, para a aprovação, fiscalização e medição do Projeto "As Built" junto à Caixa Econômica Federal, conforme solicitação do Secretário de Planejamento Urbano.

JOHN LENON TEODORO

Secretário De Administração

### Edital de Chamamento Nº 53/2012

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 053/2012

(Edital de Concurso Público nº. 001/2007)

"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 001/2007, e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Municipal nº. 39 de 02 de Janeiro de 2012 e na Lei Complementar nº. 008 de 18 de outubro de 2007;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 001/2007, conforme os Cargos constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getulio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 4º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal, ou seja, das 13:00 as 19:00h.

Art. 3º - A nomeação e a posse dos candidatos convocados, será realizado conforme o Decreto nº 1.548/2012.

Art. 4º Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

#### CÓPIAS AUTENTICADAS

- 1.Comprovante de residência no nome ou Declaração do proprietário do imóvel
- 2.RG (não pode ser Carteira de Habilitação)
- 3.CPF
- 4.Comprovante de inscrição no conselho de classe, respectivo (quando couber)
- 5.Fotocópia do Diploma ou Certificado das titulações exigido para o cargo (conforme Edital)
- 6.Certidão de casamento
- 7.PIS/PASEP

- 8.Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)
- 9.Título de eleitor e comprovante da ultima votação (canhoto)
- 10.Certificado de reservista (se masculino)
- 11.CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)
- 12.Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)
- 13.Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos)

#### DOCUMENTOS ORIGINAIS

Fotografia

Atestado médico admissional saúde física (com os exames agendar perícia médica na Sec. De Saúde)

Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG(Eletrocardiograma) e RX Tórax.

Atestado médico saúde mental (efetivos)

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de dctos)

Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento no ato da entrega de dctos)

Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho (entregue para preenchimento no ato da entrega de dctos)

Declaração de IR (se houver)

Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de dctos)

Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual e Federal (FORUM – estadual, Federal – site: TRF4)

§1º – O Atestado médico acima será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 5º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Art. 6º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em exercício do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 19 dias do mês de Novembro de 2012.

#### PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS	JOHN LENON TEODORO
Prefeita Municipal	Secretário Municipal Da Administração

Publicado no Mural Público Municipal e Registrado no Livro de Publicações  
Na data supra

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

#### ANEXO I

ADVOGADO – CLASSIFICADOS:


**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



05º – JUCELIA PAGGI FILIPINI

06º - CARLA PISTORE LAZZAROTTO

07 - BRUNA PEREIRA DE SOUZA

**AUX. ADMINISTRATIVO – CLASSIFICADOS:**

10º HENRIQUE JOSE BLASZCZAK  
 11º LIANA MARTA DORNELLES NERY  
 12º ALINE COELHO BRUM HALPIN  
 13º ARNO PEREIRA JUNIOR  
 14º JANETE TEIXEIRA  
 15º CARINE DUTRA BRIGNOL  
 16º ELAINE CRISTINA GARCIA  
 17º SILVANA MARIA BRUSCH JAEGER  
 18º LAYLA LAIS FRONZA  
 19º ENIO MULLER  
 20º EDUARDO ANTUNES  
 21º ALEXANDRE GREIBELER  
 22º FRANCIELE FIGUEREDO DOS SANTOS  
 23º ANDRE LEONARDO BARTOLON  
 24º MAIRA MASSON  
 25º MILENA M. CAMPOS  
 26º TANALU GARCIA SIMÕES  
 27º RODOLFO KERKHOFF  
 28º STEFANI DA SILVA FERREIRA  
 29º ALBERTO BERNARDES  
 30º DOUGLAS KELN DO NASCIMENTO  
 31º ROSALIA MARIA KIECKHOEFEL DOS SANTOS  
 32º BIANCA ERICEIRA LOBO BORBA  
 33º EVANDRA ESTRELA  
 34º FERNANDA RAFAELLA SCHWAB ROCHA PAIVA  
 35º RAFAELA REGINA HEINZEN  
 36º JOAO CARLOS DE MIRA  
 37º LILIANE APARECIDA RODE  
 38º ANDRIARA APARECIDA CORDEIRO  
 39º FRANCIELE DAIANA GOMES RODRIGUES  
 40º CAIO VINICIUS OURIQUE LOUREIRO  
 41º HERIBERTO VIEIRA  
 42º GIANINI DE LIMA  
 43º CELIA LOPES DA SILVA  
 44º PRISCILA DORNELE  
 45º PAULO CARDOSO DA SILVA JUNIOR  
 46º FABIANO DIB SIMÃO  
 47º SIMONE SANTOS SOUZA  
 48º STELLA DE ASSIS BRASIL MAGOGA  
 49º VALDIR MOREIRA JARDIM  
 50º JORDANA VIVAN HAAKE  
 51º KATIA DIEHL OTTMANN  
 52º VALTECIR BENEVENUTI

**AUX. CADASTRO – CLASSIFICADOS:**

2º PAULO CÉSAR DA GLORIA  
 3º JANAINA BERNARDO DA SILVA  
 4º MARLI GOMES  
 5º ANGELITA ANDRADE

**AUX. COZINHA – CLASSIFICADOS:**

15º ALCIMAR SABINO DA SILVA  
 16º FABIANA D. SANTOS LIMA  
 17º MARIZETE CARLETT

**AUX. ODONTOLÓGICO – CLASSIFICADOS:**

5º TATIANA APARECIDA DE OLIVEIRA MACHADO

**CADASTRADOR– CLASSIFICADOS:**

1º JESSEGA PRISCILA PEREIRA  
 2º EMANOEL CEZERINO  
 3º MARISE AKEMI DE MATTOS YAMADA  
 4º PRISCILLA THIEMI DE MATTOS YAMADA  
 5º MARINETE FERREIRA GONÇALVES

**DESENHISTA– CLASSIFICADO:**

1º PATRÍCIA MARQUES TEIXEIRA

**DIGITADOR– CLASSIFICADOS:**

2º LUCIANO GEORG  
 3º GEOVANE JAIR DA SILVA  
 4º RODRIGO ZARSKE EBERHARDT  
 5º TATIANA TOZZI  
 6º MICHELY BORBA CORREA  
 7º NELIO NUNES

**ELETRICISTA– CLASSIFICADOS:**

1º JULIO CESAR DA MAIA  
 2º MARCIO DIAS

**ENCANADOR– CLASSIFICADOS:**

2º JOSE DO NASCIMENTO  
 3º ROGERIO BRAUN  
 4º JOSE CARLOS PEREIRA

**MÉDICO NEUROLOGISTA– CLASSIFICADO:**

1º EDSON PILLOTTO DUARTE

**MÉDICO VETERINÁRIO– CLASSIFICADOS:**

6º LEANDRO AUGUSTO AGOSTINI DOS SANTOS  
 7º LUCIANA BOTELHO MARCHIORO

**MEDIDOR HIDRÔMETRO– CLASSIFICADOS:**

7º CINTIA DE OLIVEIRA  
 8º GILBERTO DE OLIVEIRA

**NUTRICIONISTA– CLASSIFICADO:**

5º GUILHERME MEDEIROS VILELA

**ODONTÓLOGO– CLASSIFICADOS:**

3º MICHELE MORESCO CRESTANI  
 4º JULIANA DE MENDONÇA INVERNICI  
 5º ISABELA CORRÊA  
 6º RAQUEL HARTENTHAL RITZMANN CABRAL  
 7º KARLA VILHALBA PAPLONA  
 8º DANIEL HIDEKI TANAKA

**PROFESSOR 5ª A 8ª SERIES – LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL– CLASSIFICADO:**

3º LIDIANI CRISTINA DE MELO

**PROFESSOR 5ª A 8ª SERIES – LÍNGUA PORTUGUESA – CLASSIFICADOS:**

26º ODAIR JOSÉ PIVOTTO  
 27º DAIANA BATISTA DOS SANTOS  
 28º MARCIA OURIQUES  
 29º KELLY LORENSINI DOS SANTOS

**PROFESSOR 5ª A 8ª SERIES – HISTÓRIA – CLASSIFICADOS:**

21º ANDRÉIA MIRIAM SCHNEIDER  
 22º JEFFINER KERLLAN DE MATTOS  
 23º MAURICIO BERTOLDO BENTO  
 24º ADRIANA VIEIRA  
 25º ROBERTO FONTANELLA AUGUSTO

**PROFESSOR 5ª A 8ª SERIES – CIÊNCIAS – CLASSIFICADOS:**

23º CRISTIANO VOITINA

**PROFESSOR 5ª A 8ª SERIES – GEOGRAFIA – CLASSIFICADOS:**

18º	MARLENE DE CASTRO
19º	TONY RAFAEL DA SILVA

**PROFESSOR 5ª A 8ª SERIES INICIAIS – CLASSIFICADOS:**

80º	BIANCA SOUZA ROSA CARDOUZO
81º	RENATA BARBOSA DA SILVEIRA
82º	ANGELA LILIANE BORGHETTI MATIAS VELASQUES
83º	MARIA DO ROCIO HAENDCHEN
84º	LILIAN MARISSOL BORGHETTI
85º	ANA VALQUIRIA DE ARAUJO MILO FERREIRA

**PSICÓLOGO – CLASSIFICADOS:**

29º	JORGE LUIZ SOUPINSKI
30º	LAURA C. BIÁZ PEREIRA
31º	MARIANE TORQUATO SHEVINSKI
32º	PATRICIA DA SILVA PANDOLFO

**Tec. AGROPECUÁRIA – CLASSIFICADOS:**

1º	ALINE PEREIRA GOMES
2º	JOSE LEONE ABICH TATSCH
3º	ELIAS DE SOUZA MELLO
4º	ALINE BERKA CARDOSO MADEIRA
5º	EDISON ROBERTO DE CARVALHO

**Tec. RADIOLOGIA – CLASSIFICADOS:**

1º	WENDY CRISTIANE NUNES
2º	ANDRE MARTINS DOMINGUES

**Tec. ENFERMAGEM – CLASSIFICADOS:**

7º	DANÚBIA DE ANDRADE
8º	SONIA REGINA PEREIRA
9º	LUCIANA RODRIGUES ROCHA
10º	ANTONIO PEREIRA FILHO
11º	FABIO DE MENEZES MARQUES

**TELEFONISTA – CLASSIFICADOS:**

8º	MARGARETE CAMARGO TOBIAS
9º	FRANCIELE DA SILVA BOEIRA
10º	DEBORA RAQUEL CABRAL DOS SANTOS PEREIRA
11º	LUCIANE DE JESUS BARBOSA

## Campo Alegre

### PREFEITURA

#### Lei Nº 3.888 de 14 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.888 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO

SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL II E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o concedido o direito de uso do Lote nº 07 da Área Industrial II do Município de Campo Alegre, situada à Rodovia Municipal CAM - 010, medindo 24.140,54m<sup>2</sup> (vinte e quatro mil, cento e quarenta metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados) pelo prazo de 10 (dez anos) consecutivos, contados a partir da vigência desta lei, à empresa CARBOSEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DERIVADOS DE MADEIRA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito

privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 08.655.601/0001-44, devendo a concessão observar os preceitos da Lei Municipal nº 2.230/97 e suas alterações.

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público, através de lei ou, prorrogar a concessão de direito de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar a propriedade do Município se não mais for atendida esta finalidade.

§1º. O prazo para início das atividades industriais é de 06 (seis) meses, contados da assinatura do Termo de Concessão, sob pena de revogação da concessão de que trata a presente lei, seguida da imediata imissão de posse do Município sobre a área concedida, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas e judiciais para a responsabilização da empresa concessionária, no caso de eventual prejuízo à Municipalidade.

§2º. Além das vedações expressas na Lei Municipal n.º 2.230/97, fica vedado à empresa mencionada no Art. 1º à sub-locar o imóvel ora concedido, sob pena de revogação da concessão.

Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997, deverão ser apresentados em até 60 (sessenta) dias pelo concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

14 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### Lei Nº 3.889 de 14 de Novembro de 2012

LEI Nº 3.889 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

CRIA E DENOMINA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL - EMEF NO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica criada e denominada a Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF, situada na Rua Professor Rufino Blaskovski, nº 134, no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município, a qual será denominada: ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL - EMEF - "Profª. MARISE NENEVE CORDEIRO".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

14 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

**AURIENE ROEPKE**

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/11/2012

**PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR**

Chefe de Gabinete do Prefeito

**BIOGRAFIA**

Nome: MARISE NENEVE CORDEIRO

Profissão: PROFESSORA

Data de Nascimento: 05 DE OUTUBRO DE 1945

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: CAMPO ALEGRE/SC.

Data de Falecimento: 26 DE MAIO DE 2000

Filiação: (Pai): PAULO SCHIESSL

(Mãe): DEOLINDA BARTSCH SCHIESSL

Cônjuge: OSNIR NENEVE CORDEIRO

Nome dos Filhos: PAULO ALEXANDRE NENEVE CORDEIRO; JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO E ANTONIO OSMAR NENEVE CORDEIRO.

Tempo de Residência no Município: 54 ANOS

Atividades Comunitárias: Auxiliar de cultos religiosos e auxiliar de catequista nas comunidades onde lecionava. Colaborou por muitos anos com a justiça eleitoral na prestação de serviço nos pleitos eleitorais.

Outras Informações que julgar necessárias: A senhora Marise filha de campo-alegrenses que colaboraram na construção do município, seu avô materno Rodolfo Bartsch profissão pedreiro e carpinteiro assim como seu pai, que muitas obras hoje existentes em nosso Município foram por eles edificadas. Sua mãe também colaborou com a educação e alfabetização durante 35 anos no cargo público de Professora em diversas Escolas em nosso Município. A senhora MARISE NENEVE CORDEIRO, também conhecida pelo pseudônimo "NETI" iniciou o curso primário na Escola Reunidas (EERR) Prof. Argemiro Gonçalves, com algumas dificuldades referentes à comunicação com seus colegas porque trazia consigo a riqueza de articular a Língua falada em dois idiomas, a Língua Portuguesa e Alemã. Em 1953, iniciou o Curso Primário nas Escolas Reunidas Prof. Argemiro Gonçalves. No ano de 1956 concluiu o Curso Primário Complementar no Grupo Escolar Lebon Régis; no ano de 1961 concluiu o Curso Normal Regional "Professor Odilon Fernandes", para regência de ensino primário em escolas rurais (Escolas Isoladas), ficando "Diplomada" para exercer a carreira do "Magistério"; no ano de 1976 recebeu o Diploma do Curso de 2º Grau no Município de Mafra, no Colégio Estadual Barão de Antonina e por fim, no ano de 1976 presta seu Estágio na Escola Isolada São Miguel na localidade do mesmo nome neste Município.

A senhora MARISE foi uma profissional comprometida com a Educação, lecionando e alfabetizando alunos em diversas Escolas de nosso Município,

Sua trajetória Profissional: No período de 1962 à 1963 lecionou na Escola Isolada Estadual Saltinho; no ano de 1963 atuou como Professora na Escola Reunidas (EERR) Prof. Argemiro Gonçalves; no ano de 1968 atuou como Professora Estagiária EERR Prof. Argemiro Gonçalves; no ano de 1969 atuou como Professora na Escola

Isolada Saltinho; no ano de 1970 atuou como Professora Estagiária EERR Prof. Argemiro Gonçalves; no ano de 1972 atuou como Professora na EERR Prof. Argemiro Gonçalves; no período de 1974 à 1975 atuou como Professora na Escola Isolada São Miguel; no ano de 1976 atuou como Professora na Escola Básica Lebon Régis; 1977 - Professora na EERR Prof. Argemiro Gonçalves; 1978 atuou como Professora na Escola Isolada Avenquinha de Santo Antonio e Escola Básica Lebon Régis; no ano de 1979 atuou como Professora na EERR Prof. Argemiro Gonçalves e Escola Isolada Saltinho; no ano de 1980 atuou como Professora na Escola Isolada Saltinho e EERR Prof. Argemiro Gonçalves; neste mesmo ano prestou concurso público para efetivação no Estado no cargo público de Professora. Sua nomeação no cargo público de Professora efetiva ocorreu em data de 12 de fevereiro de 1981, sua primeira nomeação foi para atuar na Escola Isolada Estadual da localidade de Saltinho neste município. Sua remoção aconteceu em data de 24 de agosto de 1981 para atuar no cargo de Professora na EERR Prof. Argemiro Gonçalves até o ano de 1983. Foi nomeada Responsável pela Direção da EERR Prof. Argemiro Gonçalves nos anos de 1984 e 1985; nos anos de 1986 à 1988 nomeada no cargo de Secretária de Escola da Escola Básica Prof. Argemiro Gonçalves; no período de 1988 à 1991 foi nomeada no cargo de Diretora de Escola, atuando na Escola Básica Prof. Argemiro Gonçalves; nos anos de 1992 à 1994 atuou como Professora na Escola Básica Prof. Argemiro Gonçalves; nos anos de 1995 à 1997 novamente foi nomeada para exercer o cargo de Diretora de Escola na Escola Básica Prof. Argemiro Gonçalves; requereu sua aposentadoria a qual foi concedida no ano de 1997.

Sempre procurou conservar como sua casa fosse, as estruturas físicas das "Escolas" as quais trabalhou, proporcionando uma agradável receptividade para a comunidade escolar e a todos que a visitavam. Sua maior preocupação estava centrada na prática pedagógica, oportunizando todos à aprendizagem e sempre acreditando que todos aprendem sem para isso precisarem ser maltratados.

No ano de 1985, foi Coordenadora do projeto de implantação das séries finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) na EERR Prof. Argemiro Gonçalves no Distrito de Bateias de Baixo, no ano de 1986 a Instituição Educacional passa a ter a denominação de Escola Básica "Professor Argemiro Gonçalves", recebendo um quadro maior de profissionais que muito contribuíram com a educação e aprendizagem.

Dentre as ações realizadas pela senhora MARISE, podemos ainda citar: o interesse em apresentar várias propostas para implantação do Ensino Fundamental e Médio noturno na comunidade de Bateias de Baixo; foi articuladora das Associações de Pais e Professores (APP's), Dedicou-se integralmente à Profissão que escolhera com paciência e amor assim como tratava seus familiares.

**Lei Nº 3.890 de 14 de Novembro de 2012**

LEI Nº 3.890 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI. Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 131.350,00 (cento e trinta e um mil, trezentos e cinquenta reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas  
2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS  
300000.00.000 - Despesas Correntes  
310000.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais



319000.00.000 - Aplicações Diretas  
 319004.00.119 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 13.000,00  
 319011.00.119 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 88.150,00  
 91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica  
 2.028 - Realização de Diagnóstico dos Pacientes  
 300000.00.000 - Despesas Correntes  
 330000.00.000 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.000 - Aplicações Diretas  
 339036.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 3.000,00  
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.200,00  
 91.05 - Manutenção das Ativid. de Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 2.118 - Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares  
 300000.00.000 - Despesas Correntes  
 330000.00.000 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.000 - Aplicações Diretas  
 339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00  
**TOTAL R\$ 131.350,00**

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas  
 2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde  
 400000.00.124 - Despesas de Capital  
 440000.00.124 - Investimentos  
 449000.00.124 - Aplicações Diretas  
 449051.00.124 - Obras e Instalações R\$ 73.300,00  
 91.02 - Manutenção das Atividades Básicas da Saúde  
 2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde  
 300000.00.124 - Despesas Correntes  
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.124 - Aplicações Diretas  
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.200,00  
 2.133 - Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal  
 300000.00.000 - Despesas Correntes  
 330000.00.000 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.000 - Aplicações Diretas  
 339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 5.075,31  
 339030.00.509 - Material de Consumo R\$ 18.901,04  
 400000.00.124 - Despesas de Capital  
 440000.00.124 - Investimentos  
 449000.00.124 - Aplicações Diretas  
 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 8.685,10  
 91.04 - Manutenção das Atividade Médica e Terapêutica  
 6.013 - Convênio com CIS/AMUNESC  
 300000.00.119 - Despesas Correntes  
 310000.00.119 - Pessoal e Encargos Sociais  
 317100.00.119 - Transferências a Convênios  
 317111.00.119 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 520,84  
 317113.00.119 - Obrigações Patronais R\$ 188,39  
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes  
 337100.00.119 - Transferências a Convênios  
 337130.00.119 - Material de Consumo R\$ 79,79  
 337133.00.119 - Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 39,93  
 337136.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$

27,21  
 337139.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 718,08  
 339000.00.124 - Aplicações Diretas  
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 14.168,09  
 91.05 - Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 1.025 - Convênio com Hospital São Luiz  
 300000.00.119 - Despesas Correntes  
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.119 - Aplicações Diretas  
 339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.446,22  
**TOTAL R\$ 131.350,00**

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 14 de novembro de 2012.  
**VILMAR GROSSKOPF**  
 Prefeito Municipal

**AURIENE ROEPKE**  
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/11/2012

**PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR**  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.891 de 14 de Novembro de 2012**

LEI Nº 3.891 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI.  
 Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 30.432,55 (trinta mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental  
 2.014 - Transporte Escolar  
 300000.00.519 - Despesas Correntes  
 330000.00.519 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.519 - Aplicações Diretas  
 339039.00.519 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00  
 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.  
 08.02 - Serviço de Transporte e Frota  
 2.112 - Manutenção da Frota Municipal  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 15.432,55  
**TOTAL R\$ 30.432,55**

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação



05.01 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação  
 2.045 - Pessoal do Apoio Administrativo a Educação  
 300000.00.519 - Despesas Correntes  
 310000.00.519 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.519 - Aplicações Diretas  
 319011.00.519 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 9.000,00  
 319113.00.519 - Contribuições Patronais R\$ 1.000,00  
 2.104 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação  
 300000.00.519 - Despesas Correntes  
 330000.00.519 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.519 - Aplicações Diretas  
 339014.00.519 - Diárias - Civil R\$ 925,00  
 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental  
 2.105 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental  
 300000.00.519 - Despesas Correntes  
 330000.00.519 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.519 - Aplicações Diretas  
 339014.00.519 - Diárias - Civil R\$ 900,00  
 2.106 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil  
 300000.00.519 - Despesas Correntes  
 330000.00.519 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.519 - Aplicações Diretas  
 339014.00.519 - Diárias - Civil R\$ 1.100,00  
 339030.00.519 - Material de Consumo R\$ 1.075,00  
 339036.00.519 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00  
 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente  
 1.033 - Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 110,96  
 1.041 - Distribuição de Sementes de Milho, Feijão e Adubação Orgânica.  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 70,00  
 1.047 - Distribuição de Pequenos Animais  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 6.000,00  
 07.02 - Divisão de Desenvolvimento Econômico  
 2.109 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339014.00.136 - Diárias - Civil R\$ 360,00  
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 755,93  
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00  
 339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.975,66  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 449000.00.136 - Aplicações Diretas  
 449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00  
 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.  
 08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos  
 2.026 - Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias

300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 955,00  
 339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 205,00  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 449000.00.136 - Aplicações Diretas  
 449061.00.136 - Aquisição de Imóveis R\$ 1.000,00  
 TOTAL R\$ 30.432,55

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 14 de novembro de 2012.  
 VILMAR GROSSKOPF  
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
 14/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.344 de 14 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº 7.344 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

Considerando que o Concurso Público nº 001/2012, não possui mais candidatos aprovados para admissão para o cargo de Médico IV;

Considerando que esta Administração publicou o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 012/2012 em 20/21, 22 e 23 de outubro de 2012, prorrogado em 25 de outubro de 2012, por falta de interessados, sem que mais uma vez concorressem interessados, causando assim, inquestionável prejuízo dos serviços essenciais que devem ser prestados à população;

Considerando, por fim, que com a URGÊNCIA da contratação de Médico IV para atendimento ao Plantão Médico 24 (sábados das 19:00 horas a domingo as 19:00 horas), atividade precípua da Administração Pública, cuja paralisação deve ser evitada a todo custo, sob pena de prejuízos irreparáveis aos usuários do SUS., faz-se necessária a presente contratação após o último período de prorrogação do Processo Seletivo Simplificado n. 012/2012;

DECRETA:

Art.1º) Contratar, o Sr. CLAUDIO DE OLIVEIRA, ao cargo público de Médico IV, Registro no Sistema sob o nº 955150, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de Caráter Temporário - Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 12 (doze) horas semanais, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei

Complementar Municipal nº 039 de 12 de dezembro de 2006.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de Dezembro de 2006, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 32,02 (trinta e dois reais e dois centavos) por hora, além de 40% (quarenta por cento) do valor da hora à título de Gratificação Especial Médica, mais 25% de adicional noturno por hora efetiva noturna, com carga horária de 12 (doze) horas semanais, pelo período de 14 de novembro de 2012 a 14 de maio de 2013, ou até a Homologação do Concurso Público e Convocação dos aprovados.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC",  
14 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
14/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.345 de 14 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº 7.345 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.890 de 14 de novembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 131.350,00 (cento e trinta e um mil, trezentos e cinquenta reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas  
2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS  
300000.00.000 - Despesas Correntes  
310000.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais  
319000.00.000 - Aplicações Diretas  
319004.00.119 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 13.000,00  
319011.00.119 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 88.150,00  
91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica  
2.028 - Realização de Diagnóstico dos Pacientes  
300000.00.000 - Despesas Correntes  
330000.00.000 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.000 - Aplicações Diretas  
339036.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 3.000,00  
339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.200,00  
91.05 - Manutenção das Ativid. de Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
2.118 - Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares

300000.00.000 - Despesas Correntes  
330000.00.000 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.000 - Aplicações Diretas  
339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00  
TOTAL R\$ 131.350,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas  
2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde  
400000.00.124 - Despesas de Capital  
440000.00.124 - Investimentos  
449000.00.124 - Aplicações Diretas  
449051.00.124 - Obras e Instalações R\$ 73.300,00  
91.02 - Manutenção das Atividades Básicas da Saúde  
2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde  
300000.00.124 - Despesas Correntes  
330000.00.124 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.124 - Aplicações Diretas  
339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.200,00  
2.133 - Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal  
300000.00.000 - Despesas Correntes  
330000.00.000 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.000 - Aplicações Diretas  
339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 5.075,31  
339030.00.509 - Material de Consumo R\$ 18.901,04  
400000.00.124 - Despesas de Capital  
440000.00.124 - Investimentos  
449000.00.124 - Aplicações Diretas  
449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 8.685,10  
91.04 - Manutenção das Atividade Médica e Terapêutica  
6.013 - Convênio com CIS/AMUNESC  
300000.00.119 - Despesas Correntes  
310000.00.119 - Pessoal e Encargos Sociais  
317100.00.119 - Transferências a Convênios  
317111.00.119 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 520,84  
317113.00.119 - Obrigações Patronais R\$ 188,39  
330000.00.119 - Outras Despesas Correntes  
337100.00.119 - Transferências a Convênios  
337130.00.119 - Material de Consumo R\$ 79,79  
337133.00.119 - Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 39,93  
337136.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 27,21  
337139.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 718,08  
339000.00.124 - Aplicações Diretas  
339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 14.168,09  
91.05 - Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
1.025 - Convênio com Hospital São Luiz  
300000.00.119 - Despesas Correntes  
330000.00.119 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.119 - Aplicações Diretas  
339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.446,22  
TOTAL R\$ 131.350,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.





Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
14 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
14/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.346 de 14 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº 7.346 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.891 de 14 de novembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 30.432,55 (trinta mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
05.02 - Serviço de Ensino Fundamental  
2.014 - Transporte Escolar  
300000.00.519 - Despesas Correntes  
330000.00.519 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.519 - Aplicações Diretas  
339039.00.519 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00  
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.  
08.02 - Serviço de Transporte e Frota  
2.112 - Manutenção da Frota Municipal  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 15.432,55  
TOTAL R\$ 30.432,55

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
05.01 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação  
2.045 - Pessoal do Apoio Administrativo a Educação  
300000.00.519 - Despesas Correntes  
310000.00.519 - Pessoal e Encargos Sociais  
319000.00.519 - Aplicações Diretas  
319011.00.519 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 9.000,00  
319113.00.519 - Contribuições Patronais R\$ 1.000,00  
2.104 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação  
300000.00.519 - Despesas Correntes  
330000.00.519 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.519 - Aplicações Diretas  
339014.00.519 - Diárias - Civil R\$ 925,00  
05.02 - Serviço de Ensino Fundamental  
2.105 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental  
300000.00.519 - Despesas Correntes

330000.00.519 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.519 - Aplicações Diretas  
339014.00.519 - Diárias - Civil R\$ 900,00  
2.106 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil  
300000.00.519 - Despesas Correntes  
330000.00.519 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.519 - Aplicações Diretas  
339014.00.519 - Diárias - Civil R\$ 1.100,00  
339030.00.519 - Material de Consumo R\$ 1.075,00  
339036.00.519 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00  
07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente  
1.033 - Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 110,96  
1.041 - Distribuição de Sementes de Milho, Feijão e Aducação Orgânica.  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 70,00  
1.047 - Distribuição de Pequenos Animais  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 6.000,00  
07.02 - Divisão de Desenvolvimento Econômico  
2.109 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339014.00.136 - Diárias - Civil R\$ 360,00  
339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 755,93  
339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00  
339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.975,66  
400000.00.136 - Despesas de Capital  
440000.00.136 - Investimentos  
449000.00.136 - Aplicações Diretas  
449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00  
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.  
08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos  
2.026 - Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 955,00  
339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 205,00  
400000.00.136 - Despesas de Capital  
440000.00.136 - Investimentos  
449000.00.136 - Aplicações Diretas  
449061.00.136 - Aquisição de Imóveis R\$ 1.000,00  
TOTAL R\$ 30.432,55

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
14 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
14/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.347 de 14 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº 7.347 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 013/2012.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VII e IX da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 013/2012, integrada pelos membros abaixo descritos:

§ 1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Maria Maurene Ottvagen May, Matrícula Funcional nº 000082;  
Sirley Dranca de Souza Freitas, Matrícula Funcional nº. 000069;  
José Carlos Neneve Cordeiro, Matrícula Funcional nº 000084;  
Ester Maria Forlin Fritsch, Matrícula Funcional nº 000141.

§ 2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção dos seguintes Cargos Públicos: Professor I; Professor X; Atendente de Sala de Aula e Agente Operacional I, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 013/2012, para o ano letivo de 2013 da Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão organizar a elaboração do Edital avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC",  
14 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
14/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.348 de 14 de Novembro de 2012**

Gabinete do Prefeito  
DECRETO Nº 7.348 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012  
ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO

Nº 7.254 DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Inciso IX do Artigo 71 da Lei Orgânica do Município; Decreta:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º do Decreto nº 7.254 de 04 de setembro de 2012, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Nomear a Srª. ANA MARISA CARDOSO TEIXEIRA, Matrícula Funcional nº 000692, Registro no Sistema sob nº 955133, ao Cargo Público de Agente Operacional I, Função Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de setembro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC",  
14 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
14/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 9.417 de 14 de Novembro de 2012**

Gabinete do Prefeito  
PORTARIA Nº 9.417 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONCEDE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE  
APOIO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 13 (treze) dias de férias a servidora ocupante do Cargo Público de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo da Saúde, MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000252, Registro no Sistema sob nº 788900, referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2008 a 31 de julho de 2009.

Art.2º) A Chefe gozará as férias no período de 19 de novembro de 2012 a 01 de dezembro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,  
14 de novembro de 2012.3  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 9.418 de 14 de Novembro de 2012**

PORTARIA Nº 9.418 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

### **Portaria Nº 9.419 de 14 de Novembro de 2012**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.419 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 2º DA PORTARIA  
Nº 9.419 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 2º da Portaria nº 9.419 de 14 de novembro de 2012, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência D para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência E no valor de R\$ 1.190,04 (um mil, cento e noventa reais, quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de dezembro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2010.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,  
14 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 9.420 de 14 de Novembro de 2012**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.420 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR  
DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho ao Servidor Público Municipal, ocupante do Cargo Público de Motorista, JOSÉ BAGNHUCK, Matrícula Funcional nº 000026, Registro no Sistema Sob nº 5100, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e

Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência E para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência F no valor de R\$ 1.416,44 (um mil, quatrocentos e dezesseis reais, quarenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de abril de 2012.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de novembro de 2012, será pago o valor de R\$ 259,93 (duzentos e cinquenta e nove reais, noventa e três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2012. Fica retido o valor de R\$ 31,75 (trinta e um reais, setenta e cinco centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL, o valor de R\$ 63,50 (sessenta e três reais, cinquenta centavos), refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2012.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
14 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 9.421 de 14 de Novembro de 2012**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.421 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR  
DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, MARLI LUCIA MICHALSKY CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000251, Registro no Sistema Sob nº 726900, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência F para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência A no valor de R\$ 885,40 (oitocentos e oitenta e cinco reais, quarenta centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 09 de junho de 2012.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de novembro de 2012, será pago o valor de R\$ 114,77 (cento e quatorze reais, setenta e sete centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de junho de 2012. Fica retido o valor de R\$ 14,18 (quatorze reais, dezoito centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL, o valor de R\$ 28,37 (vinte e oito reais,

trinta e sete centavos), refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2012.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
14 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
14/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 9.422 de 14 de Novembro de 2012**

Gabinete do Prefeito  
PORTARIA Nº 9.422 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR  
DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público de Odontóloga, JESSICA FISCHER, Matrícula Funcional nº 000443, Registro no Sistema Sob nº 954381, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência B para Nível 6 Sub-Nível 61 Referência C no valor de R\$ 2.718,44 (dois mil, setecentos e dezoito reais, quarenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 06 de julho de 2012.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de novembro de 2012, será pago o valor de R\$ 281,85 (duzentos e oitenta e um reais, oitenta e cinco centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de julho de 2012. Fica retido o valor de R\$ 34,83 (trinta e quatro reais, oitenta e três centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL, o valor de R\$ 69,67 (sessenta e nove reais, sessenta e sete centavos), refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de julho de 2012.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
14 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

14/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 9.423 de 14 de Novembro de 2012**

Gabinete do Prefeito  
PORTARIA Nº 9.423 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE  
NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 192 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público de Professor I, na função de Orientadora Pedagógica, ORIANE LINZMEYER STELZNER, Matrícula Funcional nº 000508, Registro no Sistema sob nº 954592, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Nível 2 Sub-Nível P2 Referência A para Nível 2 Sub-Nível P2 Referência B, com vencimento no valor de R\$ 2.152,12 (dois mil, cento e cinquenta e dois reais, doze centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 10 de outubro de 2012.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de novembro de 2012, será pago o valor de R\$ 55,79 (cinquenta e cinco reais, setenta e nove centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de outubro de 2012. Fica retido o valor de R\$ 6,89 (seis reais, oitenta e nove centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL, o valor de R\$ 13,78 (treze reais, setenta e oito centavos), refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de outubro de 2012.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
14 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
14/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito



## Campos Novos

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 41/2012

##### AVISO DE LICITAÇÃO

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2012

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 29/11/2012 às 17hs30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO FUTURA DE GÁS P13, GÁS P45, PARA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua: Expedicionário, 323, Centro, na Cidade de Campos Novos/SC no horário das 13hs às 17h00m, diariamente.

Campos Novos, 13 de novembro de 2012.

JOSE ADELAR CARPES

Prefeito Em Exercício

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### Extrato do Edital 006/2012/Sme

##### EXTRATO DO EDITAL 006/2012/SME

O Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que estarão abertas as inscrições para o processo de REMOÇÃO para ocupantes de cargo efetivo de EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS, ANOS FINAIS (Ciências, Matemática e Educação Física), ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS E PEDAGOGOS, nos dias 29 e 30 de novembro de 2012 nos locais e horário definido no respectivo edital, que se encontra disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) e afixado no mural de publicações da Secretaria Municipal de Educação, com endereço a Rua 3 de maio, nº 142, Centro, Canoinhas, SC, sendo que os Especialistas em Assuntos Educacionais e demais Professores das disciplinas de Anos Finais, somente poderão participar do Processo de REMOÇÃO POR PERMUTA, devido às vagas serem as mesmas apresentadas no Processo realizado em Maio de 2012. Ainda, os atos pertinentes ao presente Edital de Remoção terão efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2013, abaixo segue os prazos previstos dos atos referentes ao presente Edital:

##### CRONOGRAMA REMOÇÃO/2012

DATA	ATO
14/11/2012	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
29/11/2012 e 30/11/2012	Período de Inscrições
05/12/2012	Publicação da Classificação
05 e 06/12/2012	Prazo para recursos do resultado da classificação
12/12/2012	Divulgação das Vagas
14/12/2012	Realização da Remoção
17/12/2012	Divulgação da Homologação do resultado final

HAMILTON WENDT

Secretario Municipal de Educação

## Capinzal

### PREFEITURA

#### PMC - Processo Licitatório Nº 124/2012 - Pregão Eletrônico Nº 24/2012

##### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 124/2012

Pregão Eletrônico Nº 24/2012

OBJETO: Aquisição de livros para as Bibliotecas Municipais do Ensino Fundamental, convênio com o Consórcio Machadinho.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 04/12/2012.

##### MENOR PREÇO UNITÁRIO

##### INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 19 de Novembro de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

#### PMC - Processo Licitatório Nº 125/2012 - Pregão Eletrônico Nº 25/2012

##### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 125/2012

Pregão Eletrônico Nº 25/2012

OBJETO: Aquisição de Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água - UMCQA, em um veículo tipo furgão, equipado e adaptado para funcionar como laboratório de campo, conforme Termo de Referência anexo, e de 14 Kits de equipamentos de laboratório para controle e qualidade da água.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 29/11/2012.

##### MENOR PREÇO UNITÁRIO

##### INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

CAPINZAL, 19 de Novembro de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

## Catanduvas

### PREFEITURA

#### **Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0094/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0045/2012**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0094/2012

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0045/2012

Objeto: Constitui o objeto da presente licitação a contratação de empresa ou consórcio de telecomunicações, que possua autorização para prestar serviços de telefonia móvel pessoal (SMP), com área de registro na região de Catanduvas/SC e que atenda no território nacional conforme outorga concedida pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, pelo sistema digital pós-pago, mediante o fornecimento de até 25 (vinte e cinco) linhas telefônicas, com tarifa zero entres linhas do plano e com o fornecimento de aparelhos em comodato sendo uma linha contendo 1 pacote para modem 3 G ilimitado com franquia de 1 GB.

Abertura das Propostas: às 09 horas do dia 29 de novembro de 2012.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 07 horas às 13 horas, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 14 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN.

Prefeita Municipal.

## Concórdia

### PREFEITURA

#### **Editais de Pregão Presencial Nº 17/2012 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2012 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamentos para os Programas e Farmácia Básica da Policlínica Concórdia do Fundo Municipal de Saúde. Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço.

Recebimento das propostas: até às 10:00 do dia 29/11/2012.

Abertura: dia 29/11/2012, às 14:00.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 14 de Novembro de 2012.

GENAIR LOURDES BOGONI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

#### **Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 2/2012 - Fmc**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2012-FMC

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura - FMC, torna público que ratificou o ato do Senhor Gelson Antonio Garghetti, Tesoureiro, que declarou Inexigível a licitação, nos termos do Inciso III, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de palestrante para a 3ª Feira do Livro, a ser realizada no período de 28 e 29 de novembro de 2012, em favor de MAICON TENFEN, no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Concórdia, SC, 14 de novembro de 2012.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da FMC

#### **Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 35/2012 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2012 - PMC

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Neusa Aparecida Dahmer, Diretora de Assistência Social, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de empresa para prestação de serviço de internamento em clínica especializada, da Srª Claudia Marta Cardoso pessoa com deficiência, de acordo com a determinação judicial, autos nº 019.12.005708-3 e parecer social, a favor da empresa SOCIEDADE GETULIENSE DE AMPARO AO IDOSO, no valor total de R\$ 14.928,00 (quatorze mil, novecentos e vinte e oito reais).

Concórdia, SC, 14 de novembro de 2012.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

# PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



## Balancetes Mês de Novembro 2012

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Outubro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	9.935,50	ORÇAMENTÁRIA	104.177,12
Receitas Orçamentárias	9.935,50	Despesas Correntes	99.058,55
Receitas Correntes	9.935,50	Pessoal e Encargos Sociais	39.222,42
Receitas de Serviços	455,20	Outras Despesas Correntes	59.836,13
Outras Receitas Correntes	9.480,30	Despesas Intra-Orçamentárias	5.118,57
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	5.118,57
		Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	250.445,78	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	116.530,78
Depósitos	12.353,66	Depósitos	12.353,66
Depósitos em Diversas Origens	12.353,66	Depósitos em Diversas Origens	12.353,66
Obrigações em Circulação	104.177,12	Obrigações em Circulação	104.177,12
Obrigações a Pagar	104.177,12	Obrigações a Pagar	104.177,12
Fornecedores	59.418,22	Fornecedores	59.418,22
Pessoal a Pagar	41.431,37	Pessoal a Pagar	41.431,37
Encargos Sociais a Recolher	2.967,37	Encargos Sociais a Recolher	2.967,37
Obrigações Tributárias	360,16	Obrigações Tributárias	360,16
Interferências Ativas	133.915,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	133.915,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	127.982,79	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	167.656,17
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	1.375,16	Bancos Conta Movimento	6.889,43
Bancos Conta Vinculada	8.148,90	Bancos Conta Vinculada	2.508,01
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	118.458,73	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	158.258,73
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	388.364,07	TOTAL	388.364,07

Fonte: Fundação Municipal de Cultura

ELIZA TEBALDIBORSATTI  
 Contador  
 CRC/SC 028226/O-9

SANDRA MARA ROMAN  
 Ordenador de Despesa

**FUNDAÇÃO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Outubro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	467,70	ORÇAMENTÁRIA	40.233,63
Receitas Orçamentárias	467,70	Despesas Correntes	38.738,91
Receitas Correntes	467,70	Pessoal e Encargos Sociais	20.133,49
Receitas Patrimoniais	467,70	Outras Despesas Correntes	18.605,42
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesas de Capital	156,40
		Investimentos	156,40
		Despesas Intra-Orçamentárias	1.338,32
		Despesa Corrente Intra-Orçamentária	1.338,32
		Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	100.801,83	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	48.896,20
Depósitos	5.568,18	Depósitos	6.601,04
Depósitos em Diversas Origens	5.568,18	Depósitos em Diversas Origens	6.601,04
Obrigações em Circulação	40.233,65	Obrigações em Circulação	42.295,16
Obrigações a Pagar	40.233,65	Obrigações a Pagar	42.295,16
Fornecedores	18.585,90	Fornecedores	18.585,90
Pessoal a Pagar	19.410,30	Pessoal a Pagar	19.410,30
Encargos Sociais a Recolher	2.061,53	Encargos Sociais a Recolher	4.123,04
Obrigações Tributárias	175,92	Obrigações Tributárias	175,92
Interferências Ativas	55.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	55.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	188.309,69	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	200.449,39
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	188.309,69	Bancos Conta Movimento	1.438,60
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	199.010,79
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>289.579,22</b>	<b>TOTAL</b>	<b>289.579,22</b>

Fonte: FUMDEMA

ARGEU ALBIERO  
 Contador  
 CRC/SC 027453/O-2

LEVIELOI DOS SANTOS  
 DIRETOR / SUPERINTENDENTE

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Outubro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	1.855,60	ORÇAMENTÁRIA	306.820,87
Receitas Orçamentárias	1.855,60	Despesas Correntes	300.235,47
Receitas Correntes	1.855,60	Pessoal e Encargos Sociais	68.680,29
Receitas Patrimoniais	975,00	Outras Despesas Correntes	231.555,18
Receitas de Serviços	661,25	Despesas Intra-Orçamentárias	6.585,40
Outras Receitas Correntes	219,35	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	6.585,40
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	643.028,81	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	323.028,81
Depósitos	16.207,94	Depósitos	16.207,94
Consignações	76,54	Consignações	76,54
Depósitos em Diversas Origens	16.131,40	Depósitos em Diversas Origens	16.131,40
Obrigações em Circulação	306.820,87	Obrigações em Circulação	306.820,87
Obrigações a Pagar	306.820,87	Obrigações a Pagar	306.820,87
Fornecedores	230.958,16	Fornecedores	230.958,16
Pessoal a Pagar	70.465,83	Pessoal a Pagar	70.465,83
Encargos Sociais a Recolher	4.799,86	Encargos Sociais a Recolher	4.799,86
Obrigações Tributárias	597,02	Obrigações Tributárias	597,02
Interferências Ativas	320.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	320.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	443.829,81	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	458.864,54
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	437.352,78	Bancos Conta Movimento	441.606,11
Bancos Conta Vinculada	6.477,03	Bancos Conta Vinculada	17.258,43
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.088.714,22</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.088.714,22</b>

Fonte: Fundação Mun. de Esportes de Concordia

Gil Artion  
Ordenador de Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT  
Contador  
CRC: 15097/O-2 /SC

**FUNDO MUN. DE ASSIST. DO SERVIDOR DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Outubro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	301.374,90	ORÇAMENTÁRIA	333.843,45
Receitas Orçamentárias	301.374,90	Despesas Correntes	333.843,45
Receitas Correntes	183.140,90	Outras Despesas Correntes	333.843,45
Receitas de Contribuições	138.868,38	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Receitas Patrimoniais	3.540,04	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receitas de Serviços	202,62		
Outras Receitas Correntes	40.529,86		
Receita Intra-Orçamentária Correntes	118.234,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	336.131,30	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	336.131,30
Depósitos	2.287,85	Depósitos	2.287,85
Depósitos em Diversas Origens	2.287,85	Depósitos em Diversas Origens	2.287,85
Obrigações em Circulação	333.843,45	Obrigações em Circulação	333.843,45
Obrigações a Pagar	333.843,45	Obrigações a Pagar	333.843,45
Fornecedores	333.843,45	Fornecedores	333.843,45
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	741.794,91	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	709.326,36
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	50.294,91	Bancos Conta Movimento	2.826,36
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	691.500,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	706.500,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	1.379.301,11	TOTAL	1.379.301,11

Fonte: Fundo Mun.de Assist. ao Servidor

Beatriz F. da Silva Rosa  
Ordenador de Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT  
Contador  
CRC: 15097/O-2 /SC

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Outubro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	88.671,28	ORÇAMENTÁRIA	143.417,32
Receitas Orçamentárias	88.671,28	Despesas Correntes	143.417,32
Receitas Correntes	74.151,28	Outras Despesas Correntes	143.417,32
Receitas Patrimoniais	582,94	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Transferências Correntes	73.568,34	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receitas de Capital	14.520,00		
Transferências de Capital	14.520,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	204.871,55	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	146.341,55
Depósitos	1.424,23	Depósitos	1.424,23
Depósitos em Diversas Origens	1.424,23	Depósitos em Diversas Origens	1.424,23
Obrigações em Circulação	143.447,32	Obrigações em Circulação	144.917,32
Obrigações a Pagar	143.447,32	Obrigações a Pagar	144.917,32
Fornecedores	143.417,32	Fornecedores	144.857,32
Recursos Especiais a Liberar	30,00	Recursos Especiais a Liberar	60,00
Interferências Ativas	60.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	60.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	219.794,13	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	223.578,09
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	22.350,40	Bancos Conta Movimento	8.436,04
Bancos Conta Vinculada	197.443,73	Bancos Conta Vinculada	215.142,05
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>513.336,96</b>	<b>TOTAL</b>	<b>513.336,96</b>

Fonte: Fundo Mun. Assist. Social

CRISTIANE FERNANDA WERLANG  
 Ordenadora de Despesa

SOLANGE B. K. VICARI  
 Contador  
 CRC: 024478/O-8/SC

**FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROP. DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Outubro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	2.465,78	ORÇAMENTÁRIA	3.000,26
Receitas Orçamentárias	2.465,78	Despesas Correntes	3.000,26
Receitas Correntes	2.465,78	Outras Despesas Correntes	3.000,26
Receitas Patrimoniais	198,08	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Receitas Agropecuárias	562,50	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receitas de Serviços	1.443,62		
Outras Receitas Correntes	261,58		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.136,08	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.136,08
Depósitos	135,82	Depósitos	135,82
Depósitos em Diversas Origens	135,82	Depósitos em Diversas Origens	135,82
Obrigações em Circulação	3.000,26	Obrigações em Circulação	3.000,26
Obrigações a Pagar	3.000,26	Obrigações a Pagar	3.000,26
Fornecedores	3.000,26	Fornecedores	3.000,26
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	81.702,80	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	81.168,32
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	81.702,80	Bancos Conta Movimento	81.168,32
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>87.304,66</b>	<b>TOTAL</b>	<b>87.304,66</b>

Fonte: Fundo MUUn de Desenv. Agropecuario

HILDA CAMINI  
 Contador  
 CRC/SC 029632/O-2

MARNIO ALBERTO CADORE  
 ordenador de despesas

**FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTER. SOC. DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Outubro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	329,98	ORÇAMENTÁRIA	33.493,20
Receitas Orçamentárias	329,98	Despesas Correntes	33.493,20
Receitas Correntes	329,98	Outras Despesas Correntes	33.493,20
Receitas Patrimoniais	329,98	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	49.450,19	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	34.193,94
Depósitos	700,74	Depósitos	700,74
Depósitos em Diversas Origens	700,74	Depósitos em Diversas Origens	700,74
Obrigações em Circulação	33.493,20	Obrigações em Circulação	33.493,20
Obrigações a Pagar	33.493,20	Obrigações a Pagar	33.493,20
Fornecedores	33.493,20	Fornecedores	33.493,20
Interferências Ativas	15.256,25	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	15.256,25	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	94.991,03	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	77.084,06
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	94.991,03	Bancos Conta Movimento	77.084,06
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>144.771,20</b>	<b>TOTAL</b>	<b>144.771,20</b>

Fonte: Fundo Mun. de Habitação

CRISTIANE FERNANDA WERLANG  
Ordenadora de Despesa

SOLANGE B. K. VICARI  
Contador  
CRC: 024478/O-8/SC



**FUNDO MUN. DE INFANCIA E ADOLESCENCIA DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Outubro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	663,37	ORÇAMENTÁRIA	4.750,00
Receitas Orçamentárias	663,37	Despesas Correntes	4.750,00
Receitas Correntes	663,37	Outras Despesas Correntes	4.750,00
Receitas Patrimoniais	92,37	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	571,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.750,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.750,00
Obrigações em Circulação	4.750,00	Obrigações em Circulação	4.750,00
Obrigações a Pagar	4.750,00	Obrigações a Pagar	4.750,00
Fornecedores	4.750,00	Fornecedores	4.750,00
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	39.023,28	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	34.936,65
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	39.023,28	Bancos Conta Movimento	34.936,65
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>44.436,65</b>	<b>TOTAL</b>	<b>44.436,65</b>

Fonte: Fundo Mun. de Infância e Adolescência

ELIZA TEBALDIBORSATTI  
 Contador  
 CRC/SC 028226/O-9

CRISTIANE FERNANDA WERLANG  
 Ordenadora de Despesa

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Outubro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	1.792.116,88	ORÇAMENTÁRIA	3.374.562,40
Receitas Orçamentárias	1.792.116,88	Despesas Correntes	3.151.367,00
Receitas Correntes	1.792.116,88	Pessoal e Encargos Sociais	973.846,00
Receita Tributária	22.930,14	Outras Despesas Correntes	2.177.521,00
Receitas Patrimoniais	11.091,06	Despesas de Capital	105.000,00
Transferências Correntes	1.758.072,98	Investimentos	105.000,00
Outras Receitas Correntes	22,70	Despesas Intra-Orçamentárias	118.195,40
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	118.195,40
		Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	5.253.420,11	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.610.420,11
Realizável	16.356,09	Realizável	16.356,09
Créditos em Circulação	16.356,09	Créditos em Circulação	16.356,09
Depósitos	217.515,41	Depósitos	217.515,41
Consignações	22,70	Consignações	22,70
Depósitos em Diversas Origens	217.492,71	Depósitos em Diversas Origens	217.492,71
Obrigações em Circulação	3.376.548,61	Obrigações em Circulação	3.376.548,61
Obrigações a Pagar	3.376.548,61	Obrigações a Pagar	3.376.548,61
Fornecedores	2.267.867,07	Fornecedores	2.267.867,07
Pessoal a Pagar	982.438,11	Pessoal a Pagar	982.438,11
Encargos Sociais a Recolher	109.603,29	Encargos Sociais a Recolher	109.603,29
Obrigações Tributárias	16.640,14	Obrigações Tributárias	16.640,14
Interferências Ativas	1.643.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	1.643.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.012.946,31	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.073.500,79
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	237.397,06	Bancos Conta Movimento	143.043,08
Bancos Conta Vinculada	129.121,47	Bancos Conta Vinculada	1.930.457,71
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	1.646.427,78	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	9.058.483,30	TOTAL	9.058.483,30

Fonte: Fundo Municipal de Saúde de Concordia

GENAIR LOURDES BOGONI  
 Ordenador da Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO  
 Téc.Contábil  
 CRC: 17.218

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Outubro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	8.910.348,78	ORÇAMENTÁRIA	6.906.404,98
Receitas Orçamentárias	8.910.348,78	Despesas Correntes	5.184.268,14
Receitas Correntes	8.830.519,67	Pessoal e Encargos Sociais	2.979.499,44
Receita Tributária	1.177.589,27	Juros e Encargos da Dívida	5.481,90
Receitas de Contribuições	166.653,10	Outras Despesas Correntes	2.199.286,80
Receitas Patrimoniais	58.822,03	Despesas de Capital	1.213.646,70
Receitas de Serviços	20.479,91	Investimentos	1.140.225,04
Transferências Correntes	8.196.290,26	Amortização	73.421,66
Outras Receitas Correntes	280.274,19	Despesas Intra-Orçamentárias	508.490,14
(-)Deduções da Receita Corrente	1.069.589,09	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	508.490,14
Receitas de Capital	79.829,11	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Alienação de Bens	6.855,17		
Transferências de Capital	91.143,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	18.169,06		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	7.928.922,54	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.428.557,13
Realizável	10.361,66	Realizável	10.361,66
Créditos em Circulação	10.361,66	Créditos em Circulação	10.361,66
Depósitos	894.491,96	Depósitos	894.491,96
Consignações	53.796,34	Consignações	53.796,34
Depósitos em Diversas Origens	840.695,62	Depósitos em Diversas Origens	840.695,62
Obrigações em Circulação	6.985.752,21	Obrigações em Circulação	7.088.232,26
Obrigações a Pagar	6.985.752,21	Obrigações a Pagar	7.088.232,26
Fornecedores	3.309.189,70	Fornecedores	3.294.873,27
Pessoal a Pagar	3.311.455,52	Pessoal a Pagar	3.311.455,52
Encargos Sociais a Recolher	178.734,13	Encargos Sociais a Recolher	178.734,13
Obrigações Tributárias	97.058,79	Obrigações Tributárias	97.058,79
Recursos Especiais a Liberar	78.479,77	Recursos Especiais a Liberar	195.276,25
Precatórios de Pessoal a Pagar	10.834,30	Precatórios de Pessoal a Pagar	10.834,30
Acréscimos Patrimoniais	38.316,71	Interferências Passivas	2.435.471,25
Interferências Ativas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	2.435.471,25
Transferências Financeiras Recebidas	0,00		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	13.226.493,56	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	12.730.802,77
Caixa	2.151,77	Caixa	21.309,10
Bancos Conta Movimento	1.333.396,94	Bancos Conta Movimento	1.299.075,71
Bancos Conta Vinculada	218.288,04	Bancos Conta Vinculada	262.905,47
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	7.581.417,73	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	6.860.632,64
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	4.091.239,08	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	4.286.879,85
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>30.065.764,88</b>	<b>TOTAL</b>	<b>30.065.764,88</b>

Fonte: PREFEITURAMUNICIPAL DE CONCÓRDIA

JOAQUIM P. B. BICCA N.  
SEGUNDO  
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI  
Contador  
CRC/SC 028226/O-9

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### Portaria Nº 428/2012

PORTARIA N.º 428/2012, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DO FILHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhamento de tratamento de saúde do filho, a Servidora Municipal, Sra. KELY CRISTINA RANZAN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### Portaria Nº 429/2012

PORTARIA N.º 429/2012, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012  
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. ELOEDES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

### Portaria Nº 430/2012

PORTARIA N.º 430/2012, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012  
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de

Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. LICIANE MAGNANTI PASA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

### Portaria Nº 431/2012

PORTARIA Nº 431/2012, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município, Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Servidora Municipal, Sra. LOURDES LANZARIN FAVERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06/02/2011 a 05/02/2012, que serão gozadas no período de 19/11/2012 a 18/12/2012.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

LOURDES LANZARIN FAVERO Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

### Portaria Nº 432/2012

PORTARIA Nº 432/2012, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município, Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Servidora Municipal, Sra. LOURDES MARIA GABRIEL MAGGIONI, ocupante do cargo de Assistente Técnico de

Secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2011 a 31/01/2012, que serão gozadas no período de 03/12/2012 a 22/12/2012.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de novembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

LOURDES MARIA GABRIEL MAGGIONI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Portaria Nº 433/2012

PORTARIA Nº 433/2012, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município, Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Servidora Municipal, Sra. FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/02/2011 a 15/02/2012, que serão gozadas no período de 03/12/2012 a 03/01/2012.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de novembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Resultado de Licitação - PR 49/2012

#### EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial/Compras e Serviços 49/2012  
JULGAMENTO: Menor preço por item.  
PROCESSO: 63/2012

OBJETO: Aquisição de veículos.

VALOR: R\$ 214.000,00.

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, o Pregoeiro declarou vencedora a

empresa GAMBATTO VEÍCULOS LTDA, adjudicando o objeto da licitação em epígrafe. Depois de publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 14 de novembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

## Garopaba

### PREFEITURA

#### Lei N.º 1.669/2012.

LEI N.º 1.669, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 1.184.910,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 1.184.910,00 (um milhão e cento e oitenta e quatro mil e novecentos e dez reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 489.810,00

12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 390.650,00

3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 102.000,00

3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 288.650,00

12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil 99.160,00

4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 99.160,00

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 1.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.000,00

08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social 1.000,00

3.3.90.0.1.29.000005 - Aplicações Diretas 1.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 211.100,00

23695512.029 - Funcionamento e Manut. do Setor Turismo 201.100,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 201.100,00

27812512.031 - Func. e Manut. do Setor de Esporte 10.000,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 1.000,00

26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura 1.000,00

3.3.90.0.1.64.000019 - Aplicações Diretas 1.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 482.000,00

10301252.073 - Funcionamento e Manutenção do Setor Saude 470.000,00

3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 470.000,00

10301252.074 - Manutenção do SAMU 12.000,00

3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 12.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 1.184.910,00 (um milhão e cento e oitenta e quatro mil e novecentos e dez reais), correrão por conta da anulação parcial, das

seguintes dotações do Orçamento vigente:

03.01 - GABINETE DO VICE-PREFEITO 32.500,00  
 0412262.003 - Func. e Manut. do Gabinete do Vice-Prefeito 32.500,00  
 3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 500,00  
 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 29.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 2.000,00  
 0412291.004 - Aquisição de Veículos 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 0412292.006 - Apoio ao Fórum da Comarca de Garopaba 1.000,00  
 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 1.800,00  
 20606481.010 - Aquisição de Equip. Agrícolas e Pesqueiros 800,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 800,00  
 20606481.011 - Const., Ref. e Apar. de Emp. Rurais e Pesqueiros 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 530.810,00  
 12361281.014 - Construção, Ampliação e Reforma de Escola Ensino Fundamental 249.210,00  
 4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 99.160,00  
 4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 150.050,00  
 12361281.016 - Construção de Bibliotecas 4.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00  
 4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00  
 13392281.017 - Construção do Museu Municipal 6.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 6.000,00  
 12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil 40.600,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 32.000,00  
 4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 8.600,00  
 12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 100.000,00  
 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 100.000,00  
 12361282.022 - Manutenção do Supletivo 70.000,00  
 3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 70.000,00  
 12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil 60.000,00  
 3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 50.000,00  
 4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00  
 12367282.024 - Manutenção da Educação Especial 1.000,00  
 3.3.90.0.1.29.000005 - Aplicações Diretas 1.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 86.800,00  
 23695511.026 - Empreendimentos Turístico 8.800,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 8.800,00  
 23695511.027 - Const., Ref. e Apar. do Centro de Convenções 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 27812511.028 - Const., Ref. e Apar. de Equipamentos Esportivos 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 13391511.086 - Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 23695512.030 - Garopaba 04 Estação 15.000,00  
 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00  
 27812512.032 - Incentivo ao Esporte Amador 50.000,00  
 3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. a Instit. Privadas sem Fins Lucrativos 50.000,00  
 13392512.033 - Apoio a Cultura 10.000,00  
 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 9.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 135.000,00  
 17512311.037 - Ampliação da Rede de Saneamento Básico 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 17512311.038 - Construção de Banheiros Públicos 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 26782311.040 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial 112.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 112.000,00  
 15451311.041 - Recuperação do Lixão Sanitário 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 15452312.042 - Funcionamento e Manutenção da Sec. Plan. Territ. e Meio Ambiente 20.000,00  
 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 3.000,00  
 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.000,00  
 08244561.054 - Aquisição de Veículos 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 08244561.055 - Const., do Centro de Ref. de Assistência Social 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 08244562.057 - Projeto Juventude Cidadã 1.000,00  
 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00

12.03 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 5.000,00  
 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 5.000,00  
 16482562.060 - Func. e Manut. do Fundo Mun. de Habit. de Interesse Social 5.000,00  
 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 375.000,00  
 26782351.046 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 26453351.048 - Construção do Terminal Rodoviário Urbano 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 26782351.049 - Empreendimentos de Infra-Estrutura 2.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 4.4.90.0.1.64.000019 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 15451352.051 - Projeto Guarda Municipal 1.000,00  
 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 250,00  
 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 250,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 500,00  
 26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura 370.000,00  
 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 370.000,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS 13.000,00  
 2884500.062 - Contribuição a GRANFPOLIS, FECAM E C.N.M. 13.000,00  
 3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos 8.000,00  
 4.4.50.0.1.00.000000 - Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos 5.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Novembro de 2012.  
 LUIZ CARLOS LUIZ  
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.





RONALDO GABRIEL TEIXEIRA  
Secretário de Administração em Exercício

**Decreto N.º 159/2012.**

DECRETO N.º 159, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 22.800,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais ) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 22.800,00  
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde 22.300,00  
3.1.90.0.2.14.000071 - Aplicações Diretas 2.300,00  
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00  
10301252.074 - Manutenção do SAMU 500,00  
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 500,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 22.800,00  
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde 22.300,00  
3.3.50.0.1.02.000000 - Transf. a Instit. Privadas sem Fins Lucrativos 20.000,00  
4.4.90.0.2.14.000071 - Aplicações Diretas 2.300,00  
10301252.074 - Manutenção do SAMU 500,00  
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de novembro de 2012.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

**Decreto N.º 160/2012.**

DECRETO N.º 160, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 9.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 9.000,00 (nove mil reais ) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 9.000,00  
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde 9.000,00

3.1.90.0.2.14.000067 - Aplicações Diretas 5.000,00  
3.3.90.0.2.14.000067 - Aplicações Diretas 4.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 9.000,00 (nove mil reais ), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de novembro de 2012.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

**Decreto N.º 161/2012.**

DECRETO N.º 161, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 15.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais ) no Orçamento vigente:

10.02 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 15.000,00  
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO 15.000,00  
17512312.079 - Serviços de Destinação de Resíduos Sólidos 15.000,00  
3.3.90.0.3.65.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de novembro de 2012.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

**Decreto N.º 162/2012.**

DECRETO N.º 162, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 54.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,



**DECRETA,**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais ) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 54.000,00  
10301251.072 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. de Unidades de Saude 54.000,00  
4.4.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas 54.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais ), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de novembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

**Decreto N.º 163/2012.**

DECRETO N.º 163, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 1.184.910,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.669 de 14/11/2012 e demais legislação vigente,

**DECRETA,**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 1.184.910,00 (um milhão e cento e oitenta e quatro mil e novecentos e dez reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 489.810,00  
12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 390.650,00  
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 102.000,00  
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 288.650,00  
12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil 99.160,00  
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 99.160,00

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 1.000,00  
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.000,00  
08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social 1.000,00  
3.3.90.0.1.29.000005 - Aplicações Diretas 1.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 211.100,00  
23695512.029 - Funcionamento e Manut. do Setor Turismo 201.100,00  
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 201.100,00  
27812512.031 - Func. e Manut. do Setor de Esporte 10.000,00  
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 1.000,00  
26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura 1.000,00  
3.3.90.0.1.64.000019 - Aplicações Diretas 1.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 482.000,00  
10301252.073 - Funcionamento e Manutenção do Setor Saude 470.000,00  
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 470.000,00  
10301252.074 - Manutenção do SAMU 12.000,00  
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 12.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 1.184.910,00 (um milhão e cento e oitenta e quatro mil e novecentos e dez reais), correrão por conta da anulação parcial, das seguintes dotações do Orçamento vigente:

03.01 - GABINETE DO VICE-PREFEITO 32.500,00  
0412262.003 - Func. e Manut. do Gabinete do Vice-Prefeito 32.500,00  
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 500,00  
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 29.000,00  
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 2.000,00  
0412291.004 - Aquisição de Veículos 1.000,00  
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
0412292.006 - Apoio ao Fórum da Comarca de Garopaba 1.000,00  
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 1.800,00  
20606481.010 - Aquisição de Equip. Agrícolas e Pesqueiros 800,00  
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 800,00  
20606481.011 - Const., Ref. e Apar. de Emp. Rurais e Pesqueiros 1.000,00  
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 530.810,00  
12361281.014 - Construção, Ampliação e Reforma de Escola Ensino Fundamental 249.210,00  
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 99.160,00  
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 150.050,00  
12361281.016 - Construção de Bibliotecas 4.000,00  
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00  
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00  
13392281.017 - Construção do Museu Municipal 6.000,00  
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 6.000,00  
12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil 40.600,00  
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 32.000,00  
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 8.600,00  
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 100.000,00  
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 100.000,00  
12361282.022 - Manutenção do Supletivo 70.000,00  
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 70.000,00  
12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil 60.000,00  
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 50.000,00  
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00  
12367282.024 - Manutenção da Educação Especial 1.000,00  
3.3.90.0.1.29.000005 - Aplicações Diretas 1.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 86.800,00  
23695511.026 - Empreendimentos Turístico 8.800,00  
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 8.800,00  
23695511.027 - Const., Ref. e Apar. do Centro de Convenções 1.000,00  
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
27812511.028 - Const., Ref. e Apar. de Equipamentos Esportivos 1.000,00  
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
13391511.086 - Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico 1.000,00



4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 23695512.030 - Garopaba 04 Estação 15.000,00  
 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00  
 27812512.032 - Incentivo ao Esporte Amador 50.000,00  
 3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. a Instit. Privadas sem Fins Lucrativos 50.000,00  
 13392512.033 - Apoio a Cultura 10.000,00  
 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 9.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 135.000,00  
 17512311.037 - Ampliação da Rede de Saneamento Básico 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 17512311.038 - Construção de Banheiros Públicos 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 26782311.040 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial 112.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 112.000,00  
 15451311.041 - Recuperação do Lixão Sanitário 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 15452312.042 - Funcionamento e Manutenção da Sec. Plan. Territ. e Meio Ambiente 20.000,00  
 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 3.000,00  
 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.000,00  
 08244561.054 - Aquisição de Veículos 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 08244561.055 - Const., do Centro de Ref. de Assistência Social 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 08244562.057 - Projeto Juventude Cidadã 1.000,00  
 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00

12.03 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 5.000,00  
 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 5.000,00  
 16482562.060 - Func. e Manut. do Fundo Mun. de Habit. de Interesse Social 5.000,00  
 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 375.000,00  
 26782351.046 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 26453351.048 - Construção do Terminal Rodoviário Urbano 1.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 26782351.049 - Empreendimentos de Infra-Estrutura 2.000,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 4.4.90.0.1.64.000019 - Aplicações Diretas 1.000,00  
 15451352.051 - Projeto Guarda Municipal 1.000,00  
 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 250,00  
 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 250,00  
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 500,00  
 26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura 370.000,00  
 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 370.000,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS 13.000,00  
 2884500.062 - Contribuição a GRANFOPOLIS, FECAM E C.N.M. 13.000,00  
 3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos 8.000,00  
 4.4.50.0.1.00.000000 - Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos

5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de novembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RONALDO GABRIEL TEIXEIRA

Secretário de Administração em Exercício

### Portaria N.º 758/2012.

PORTARIA N.º 758, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELAS ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE JUNTA MILITAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, a Servidora DANIELA MARIA DOS SANTOS, Contador, CPF n.º 004.404.179-96, para RESPONDER, sem ônus, pelas atribuições do Setor de Junta Militar e pelo setor de emissão de Carteira de Identidade da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 14/11/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de novembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### Aviso de Licitação Pr91/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2012

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a Contratação de empresa para confecção de blocos de Auto de Infração de Transito. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 16h55min do dia 04/12/2012. A sessão se dará a partir das 17h00min do dia 04/12/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 13 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

**Edital CMDCA Nº 002/2012**  
EDITAL CMDCA Nº 002/2012

Divulga a relação de inscritos para o processo de eleição de Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Garopaba/SC, e dá outras providências

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal nº 1.533, de 02 de junho de 2011, divulga a relação de inscritos para o processo de eleição de Conselheiro Tutelar e suplentes para o Conselho Tutelar de Garopaba/SC, triênio 2013-2015.

**1.RELAÇÃO DOS CANDIDATOS**

01-	Nadir da Silva
02-	Paulo Roberto Vieira
03-	Rozane Fatima Torres Koch
04-	Fábio José Latuf
05-	Marianna Medeiros
06-	Diomar de Amorim
07-	Roberta Pires Leguissamo
08-	Sandra Beatriz da Rocha Ribeiro
09-	Charles Veleda Broqua
10-	Deborah Cabral Hemmer
11-	Maria de Fátima Vedoy
12-	José Ricardo Lobo
13-	Enia Aparecida Gracia Bernardo

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 14 de Novembro de 2012.  
ROSILENE PACHECO DE LIMA  
Presidente do CMDCA

**Gaspar****PREFEITURA****Decreto Nº 5.241, de 13 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 5.241, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, a seguinte área de terras matriculada no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar:

I - Área de terras matriculada sob o nº 21.622, de propriedade de Nélio Gaertner, portador do CPF nº 050.578.929-91, contendo as seguintes características: Uma área de terras, situada na cidade de Gaspar, ocupada pela Rua Paulo Evaldo Gaertner, bairro Colômbia, contendo a área de 495,58 m<sup>2</sup> (quatrocentos e noventa e cinco metros e cinquenta e oito décimos quadrados), fazendo frente ao Leste partindo do "vértice-I" para o "vértice 32", com o

azimute de 136º05'03" e distância de 18,00m com o lado par da Rua Paulo Evaldo Gaertner, lado direito ao Sul, em cinco linhas, a primeira em uma linha curva formada pela esquina da Rua Paulo Evaldo Gaertner e a Rua Paulo Gaertner, partindo do "vértice-32" para o "vértice 31", com o azimute em relação a corda da curva de 273º09'46" e distância de 7,60m com o lote 10 a desmembrar, a segunda partindo do "vértice-31" para o "vértice 30", com o azimute de 229º02'37" e distância de 26,10m com o lote 10 a desmembrar, a terceira em uma linha curva formada pela esquina da Rua Paulo Gaertner, partindo do "vértice-30" para o "vértice 29", com o azimute em relação a corda da curva de 186º42'28" e distância de 7,40m com o lote 10 a desmembrar, a quarta partindo do "vértice-29" para o "vértice 26", com o azimute de 144º22'19" e distância de 38,35m, sendo 9,35m com o lote 10 a desmembrar, 13,50m com o lote 9 a desmembrar e 15,50m com o lote 8 a desmembrar e a quinta partindo do "vértice-26" para o "vértice 24", com o azimute de 235º38'02", ângulo interno de 88º44'17" e distância de 34,50m, sendo 8,00m com o lote 7 a desmembrar, 16,00m com terras de Manoel da Cruz e 10,50m com o lote 6 a desmembrar, fundos ao Oeste partindo do "vértice-24" para o "vértice 23", com o azimute de 323º36'20", ângulo interno de 92º01'42" e distância de 5,00m com uma faixa sanitária do Loteamento Gaspense e lado esquerdo ao Norte, em cinco linhas, a primeira partindo do "vértice-23" para o "vértice 22", com o azimute de 55º38'02" e distância de 21,40m, a segunda em uma linha curva formada pela esquina da Rua Paulo Gaertner, partindo do "vértice-22" para o "vértice 21", com o azimute em relação a corda da curva de 349º59'50" e distância de 7,96m, ambas com o lote 5 a desmembrar, a terceira partindo do "vértice-21" para o "vértice 15", com o azimute de 324º22'19" e distância de 40,05m sendo 13,15m com o lote 5 a desmembrar, 22,50m com o lote 4 a desmembrar e 4,40m com o lote 3 a desmembrar, a quarta partindo do "vértice-15" para o "vértice 12", com o azimute de 49º02'37", ângulo interno de 95º19'42" e distância de 36,75m, sendo 12,05m com o lote 2 a desmembrar e 24,70m com o lote 1 a desmembrar e a quinta em uma linha curva formada pela esquina da Rua Paulo Gaertner e a Rua Paulo Evaldo Gaertner, partindo do "vértice-12" para o "vértice 11", com o azimute em relação a corda da curva de 3º09'02" e distância de 8,10m com o lote 1 a desmembrar.

Parágrafo único: A área descrita no inciso deste artigo é destinada à formalização de ruas integrantes do Sistema Viário Municipal, já instituídas e nominadas pelas respectivas leis.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 5.242, de 13 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 5.242, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2012, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:



Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
KELLY LUCIA DOS SANTOS DE SOUSA	Enfermeira ESF	40	10º	Secretaria de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de novembro de 2012.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

#### **Decreto Nº 5.247, de 14 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 5.247, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DA ÁREA GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Nomeia, em substituição, os membros abaixo indicados, para integrarem o CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, conforme segue:

ENTIDADE	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Titular: Ana Janaina Medeiros	Titular: Michelle V. Marchetto
Gabinete do Prefeito	Suplente: Bianca R. Schadrack	Aline Haverroth

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 14 de novembro de 2012.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

#### **Decreto Nº 5.248, de 14 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 5.248, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DA ÁREA GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE GASPARG – CMDIG.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Nomeia, em substituição, o membro abaixo indicado, para integrar o CMDIG – Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Gaspar, conforme segue:

ENTIDADE	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Suplente: Silvio de Mello	Suplente: Camila Duarte Steinbach

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 14 de novembro de 2012.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

#### **Decreto Nº 5.249, de 14 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 5.249, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DA ÁREA GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Nomeia, em substituição, o membro abaixo indicado, para integrar o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

ENTIDADE	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Suplente: Sandra Gerusa dos Santos da Silva	Suplente: Michelle Franzoni Inácio

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 14 de novembro de 2012.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

#### **Portaria Nº 2.913, de 13 de Novembro de 2012.**

PORTARIA Nº 2.913, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.  
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 07/2008, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE PELO DESAPARECIMENTO DE UMA MÁQUINA FOTOGRÁFICA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GASPARG.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91, e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 29 de novembro de 2012, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 07/2008, instaurada para apurar a responsabilidade pelo desaparecimento de uma máquina fotográfica de propriedade do Município de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de novembro de 2012.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

**Portaria Nº 2.914, de 13 de Novembro de 2012.**

PORTARIA Nº 2.914, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 10/2011, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS COM ALIMENTOS COM DATAS DE VALIDADE VENCIDAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 07 de dezembro de 2012, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 10/2011, instaurada para apurar a responsabilidade na distribuição de cestas básicas com alimentos com datas de validade vencidas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

**Portaria Nº 2.915, de 13 de Novembro de 2012.**

PORTARIA Nº 2.915, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 01/2012, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE PELO DESAPARECIMENTO DE UM APARELHO CELULAR UTILIZADO PELO SAMU.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 01 de dezembro de 2012, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 01/2012, instaurada para apurar a responsabilidade pelo desaparecimento de um aparelho celular utilizado pelo SAMU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

**Portaria Nº 2.916, de 13 de Novembro de 2012.**

PORTARIA Nº 2.916, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 03/2012, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE EM

SUPOSTAS IRREGULARIDADES NOS PROGRAMAS DE APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 21 de novembro de 2012, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 03/2012, instaurada para apurar a responsabilidade em supostas irregularidades nos programas de apoio socioeducativo em meio aberto de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Aviso do Pregão Presencial Nº 152/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 152/2012

O OBJETO é Registro de Preços de Asfalto. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 9h do dia 29/11/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 29/11/2012 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar, 13 de novembro 2012

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Governador Celso Ramos****PREFEITURA****Decreto Nº 401, de 07 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 401, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012.

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DO SAMAE DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE

Anísio Anatólio Soares, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº764, de 21 de Dezembro de 2011:

**DECRETA:**

Art. 1 - Fica transferido dentro da mesma categoria de programação do orçamento fiscal vigente, as dotações abaixo especificadas:

17.512.0004.2.011 FUN. E MANUT. DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

**ANULA**

(4) 3.1.90.00.00.00.0101 Aplicações Diretas 40.000,00

**SUPLEMENTA****DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

(5) 3.3.90.00.00.00.0101 Aplicações Diretas 40.000,00

17.512.0004.2.012 FUN. E MANUT. DOS SERVIÇOS TECNICOS

ANULA

(7) 3.1.90.00.00.00.0101 Aplicações Diretas 10.000,00

SUPLEMENTA

(8) 3.3.90.00.00.00.0101 Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 07 de novembro de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 402, de 01 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 402, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

Decreta ponto facultativo nos órgãos da administração direta e indireta do município, e dá outras providências.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES, Prefeito Municipal no uso da atribuição que lhe confere o Inciso V, do Art. 77, da Lei Orgânica do Município de Governador Celso Ramos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo, nos órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município de Governador Celso Ramos, o expediente do dia 06 de novembro de 2012, terça-feira, devido ao aniversário de Emancipação do Município.

Art. 2º - Excetuam-se do disposto neste Decreto às atividades consideradas essenciais e indispensáveis no serviço público municipal, saúdes, saúde-plantão, coleta de lixo, sistema viário e outros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 01 de Novembro de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 403, de 09 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 403, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

Decreta ponto facultativo nos órgãos da administração direta e indireta do município, e dá outras providências.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES, Prefeito Municipal no uso da atribuição que lhe confere o Inciso V, do Art. 77, da Lei Orgânica do Município de Governador Celso Ramos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo, nos órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município de Governador Celso Ramos, o expediente do dia 16 de Novembro de 2012, sexta-feira.

Art. 2º - Excetuam-se do disposto neste Decreto às atividades consideradas essenciais e indispensáveis no serviço público municipal, saúdes, saúde-plantão, coleta de lixo, sistema viário e outros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 09 de Novembro de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 404 de 13 Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 404 DE 13 NOVEMBRO DE 2012.

Anula e suplementa dotações do orçamento fiscal vigente da Câmara Municipal e dá outras providências.

Anísio Anatólio Soares, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular, no limite de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) as dotações abaixo especificadas:

01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara Municipal

3.3.90.00.00.00.00.0100 - Aplicações Diretas R\$: 15.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0100 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º - Fica suplementado, no valor total, por conta do Art. 1º desta Lei, as dotações abaixo especificadas:

01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.02 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara Municipal

3.1.90.00.00.00.00.0100 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 13 de Novembro de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

### **Lei Nº 2.964/2012.**

L E I Nº 2964 /2012

"DÁ DENOMINAÇÃO EM VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA"

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica denominada como sendo "RUA AVELINO RATTI", a via pública que se inicia na Rua Itororó, no Bairro São Vicente, município de Herval d'Oeste, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A Rua mencionada no Art.1º é a constante do mapa em anexo, que fará parte integrante desta LEI.

Art. 3º Esta LEI entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste - (SC), em 12 de novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal



## Suspensão de Licitação CC 0032012

### SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 00091/2012  
Concorrência nº 0003/2012  
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Objeto: Contratação de empresa especializada por empreitada por preço unitário, para prestação de serviços relativos à coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos compactáveis, resíduos de serviços de saúde de estabelecimentos públicos (destinação final em aterro disponibilizado pela contratada, devidamente licenciado pelo órgão ambiental responsável), do município de Herval d'Oeste

Fica SUSPENSA a abertura da concorrência pública nº 003/2012 que realizar-se-ia dia 22/11/2012 as 14:00 horas, para verificação e retificação de informações conforme solicitado pelo setor de planejamento.

Nova data será definida em momento oportuno.

Informe-se aos interessados e publique-se este aviso na imprensa oficial do município.

Herval d'Oeste (SC), 13 de novembro de 2012.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº 0045/2012

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Unidades Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
Contratante

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Empresa: Plumo Construtora Ltda. EPP.  
CNPJ/MF Nº 11.517.944/0001-57  
Endereço: Rua Getúlio Vargas nº 215 sala 04 - 1º andar Centro  
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 0045/2012, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012. Pelo presente instrumento de Termo Aditivo ao contrato nº 22/2012, que faz a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF n. 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa, estabelecida na Rua Getúlio Vargas nº 215 sala 04 - 1º andar - Centro - Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº CNPJ n. 11.517.944/0001-57 mediante sujeição às normas do Edital de Tomada de Preços nº 004/2012 Processo licitatório nº 019/2012, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual bem como o prazo de execução da ordem de serviço nº 006/2012 por mais 120 dias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

O aditivo se faz necessário em decorrência de não aceitação dos serviços por parte da fiscalização que exigiu a adequação das pedras de acordo com os termos do memorial descritivo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor.

Herval d'Oeste, 09 de novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

## Imbituba

### PREFEITURA

#### Extrato do Edital de Abertura - CP No 01/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA – SC

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL PMI/CERSP/CP No 01/2012

#### EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Concurso Público, destinado a contratação de pessoal para o preenchimento dos cargos públicos existentes no quadro permanente de pessoal da Prefeitura, sob a égide do regime jurídico adotado pela Administração Municipal de Imbituba, conforme Lei nº 1.144/91, 3.135/07 e 3.330/08. As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM. São de competência da Prefeitura Municipal de Imbituba os procedimentos admissionais competentes.

Cargos/Vagas/Carga horária semanal	Valor de Inscrição e Vencimento
Nível Superior	
Contador, Educador do CREAS, Médico Clínico Geral – ESF. (RT)	Valor de inscrição R\$ 70,00
Carga horária semanal 40h.	R\$ 1.470,24 – Contador e Educador do CREAS R\$ 4.656,41 – Médico Clínico Geral - ESF
Médico Auditor, Médico Clínico Geral – DST. (RT).	Valor de inscrição R\$ 70,00
Carga horária semanal 20h	R\$ 3.001,86 – Médico Auditor R\$ 2.328,20 – Médico Clínico Geral (DST)

As inscrições serão realizadas no período de 21/11/2012 à 18/12/2012 pela internet no site [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

As provas serão realizadas em 13 de janeiro de 2013, no período matutino.

Edital Completo: Disponível na internet [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br) e no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.

Imbituba, 16/11/2012.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Presidente da CERSP

### Extrato do Edital de Abertura - PSS No 04/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA – SC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS No 04/2012

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP - da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto PMI nº 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado, destinado a reserva técnica para o preenchimento dos cargos temporários existentes nos Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991. As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM. São de competência da Prefeitura Municipal de Imbituba os procedimentos contratuais competentes.

Cargos/ Carga horária semanal	Escolaridade/Valor de Inscrição e Vencimentos
Nível Superior	
Professor I e II de: Anos Iniciais, Artes, Ciências, Educação Especial, Educação Física, Educação Infantil, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática.	Valor de inscrição R\$ 50,00 (Nível superior completo) e R\$ 40,00 (nível superior incompleto). Vencimento de R\$ R\$ 328,52 (10h -I) a R\$ 1.422,73 (40h -II).
Carga horária semanal: de acordo com a necessidade.	
Nível Fundamental incompleto – (4º ano/série)	
Servente/Merendeira	Valor de inscrição R\$ 30,00
Carga horária semanal 40h.	Vencimento de R\$ 622,00

As inscrições serão realizadas no período de 21/11/2012 à 18/12/2012 pela internet no site [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)

Edital Completo: Disponível na internet [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br) e no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.

Data das provas: 13/01/2013

Imbituba, 16/11/2012.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Presidente da CERSP

## CÂMARA MUNICIPAL

### Ato da Presidência Nº 44/12

Ato da Presidência nº 44/12

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 39ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 19 de novembro de 2012 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
081	PL nº 4.302/2012	15/10/12	Executivo Municipal	José Roberto Martins	Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Imbituba para o Exercício de 2013.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 14 de novembro de 2012.

JAISON CARDOSO DE SOUZA Presidente Interino	
LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário	ZELI PIRES Segundo-Secretário

## Irineópolis

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Portaria Nº 018/2012

Portaria Nº 18/2012

“CONCEDE LICENÇA PARA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO CARLOS SENFF, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

Conceder a Servidora PATRICIA FABIANE FRONCZAK, Agente Administrativo, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família pelo período de 15 (quinze) dias, compreendido de 24/10/2012 à 07/11/2012, retornando as atividades normais em 08/11/2012, conforme Declaração Médica e Estudo Sócio-Econômico anexo, e em conformidade com o que determina a Seção I, artigo 112 da Lei Complementar nº 001/97.

Gabinete da Presidência, em 25 de Outubro de 2012.

ANTONIO CARLOS SENFF

Presidente da Mesa

#### Portaria Nº 019/2012

Portaria Nº 19/2012

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO CARLOS SENFF, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

Conceder a Servidora, GRASIELE BARCELOS AMARAL, Assessora Jurídica, o gozo das férias pelo período de 29/10/2012 à 27/11/2012, retornando as atividades normais em 28/11/2012. Referente ao período aquisitivo de 03/01/2011 à 02/01/2012.

Gabinete da Presidência, em 30 de Outubro de 2012.

ANTONIO CARLOS SENFF

Presidente da Mesa

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### Extrato PP 50/2012/PMJ - PL 92/2012/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2012/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2012/PMJ

Objeto: Aquisição de móveis de escritório destinados à sede administrativa do 26º Batalhão de Polícia Militar. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 15h, do dia 03/12/2012. Processamento do Pregão: às 15h do dia 03/12/2012, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 13 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### SIMAE

#### Pregão Presencial JHL 0059/2012 -Registro de Preço - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0084/2012

TÍTULO: Registro de Preços

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0059/2012

PROTOCOLO JHL 3054/2012

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0059/2012 - Licitação 0084/2012, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA DE FORMA PARCELA-DA.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 29/11/2012 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 29/11/2012 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 19/11/2012 a 29/11/2012.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 19 de NOVEMBRO de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

### Resumo de Contrato JHL 0135/2012

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0135/2012

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0046/2012

PROCESSO LICITATÓRIO 0069/2012

PROTOCOLO Nº 2617/2012

Data: 08/11/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS EM SERVIDORES DO SIMAE DE JOAÇABA, DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS DECRETOS MUNICIPAIS Nº 2.920/2007 E 3.054/2007.

Contratado: FEIMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 8.000,00 (Oito mil reais)

PROGRAMA: 04.122.0028.2060

ELEMENTO: 3390.39.56.00

Prazo: 08/11/2012 a 07/11/2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

## Lages

### PREFEITURA

#### Resultado TP 23-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2012 - PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS FREI ADELINO, JOAQUIM BORGES DE MELO E GUERINO OMIZZOLO.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: CCL CONSTRUTORA LTDA.

VALOR: R\$ 296.431,41

Lages, 14 de novembro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

## Lebon Régis

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 520/2012

PORTARIA Nº 520 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR DARCI DEBIAZZI, para o cargo de SECRETARIO DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 05/11/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de novembro de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de novembro de 2012 no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

#### Portaria Nº 521/2012

PORTARIA Nº 521 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, ANTONIO MAEBERG PADILHA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Agricultura e Pecuária, a partir de 06/11/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 06 de novembro de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 06 de novembro de 2012 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

#### Portaria Nº 522/2012

PORTARIA Nº 522 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições



legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR, OSNILDO MORAES DE MEDEIROS, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 06/11/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 06 de novembro de 2012.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 06 de novembro de 2012 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. e Finanças

**Portaria Nº 523/2012**

PORTARIA Nº 523 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012  
REDUZ CARGA HORÁRIA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. REDUZIR CARGA HORÁRIA do funcionário TÁELIS TASCA, Assistente Social, lotada na Secretaria de Bem Estar Social, de 40 horas semanais, para 30 horas semanais, a partir de 06/11/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 06 de novembro de 2012.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 06 de novembro de 2012 no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. e Finanças

**Portaria Nº 524/2012**

PORTARIA Nº 524 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONCEDE AUXILIO MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER, a funcionária ROSENIR SCHEFFMACHER, Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO MATERNIDADE, a partir de 05/11/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de novembro de 2012.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 08 de novembro de 2012 no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. e Finanças

**Portaria Nº 525/2012**

PORTARIA Nº 525 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONCEDE FÉRIAS

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 72/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, ao funcionário FERNANDO RIBEIRO DA SILVA, lotado na Secretaria de Administração, no cargo de Oficial Administrativo, férias referente o período aquisitivo de 14/02/2010 a 13/02/2011, a partir do dia 07/11/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de novembro de 2012.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 08 de novembro de 2012 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. e Finanças

**Portaria Nº 526/2012**

PORTARIA Nº 526 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONCEDE AUXILIO MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER, a funcionária LADY DAYANA TIBES FARIAS, Secr. De Gab. Do Prefeito, lotada no Gabinete do Prefeito, AUXILIO MATERNIDADE, a partir de 09/11/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de novembro de 2012.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 13 de novembro de 2012 no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. e Finanças

**Portaria Nº 527/2012**

PORTARIA Nº 527 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONCEDE FÉRIAS

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 72/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, ao funcionário NEIMAR DO VALE ROCHA, lotado na Secretaria de Serviços Municipais, no cargo de Operador de Maquinas Pesadas, férias referente o período aquisitivo de 01/08/2011 a 31/07/2012, a partir do dia 13/11/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de novembro de 2012.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 13 de novembro de 2012 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. e Finanças

**Leoberto Leal****PREFEITURA****Processo Licitatório Nº 082/2012 Pregão Presencial Nº 070/2012**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL  
Divisão de Licitações e Compras  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2012

Tipo: "Menor Preço" (por item). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de tintas, materiais para pintura e prestação de serviços para lavagem e pintura do Ginásio de Esportes Municipal Norberto Henrique Alves na localidade de Rio das Pedras, pertencente à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, em conformidade com as especificações do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 070/2012. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 29 de novembro de 2012. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 13/11/2012.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal.

**Luzerna****PREFEITURA****Extrato Alteração Pregão PML.044.12 - Teste Seletivo**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE EDITAL  
Pregão Presencial nº 044/2012

**AVISO DE ALTERAÇÃO**

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal em exercício, CARLOS RENATO MARCON, comunica aos interessados que Edital de Pregão Presencial nº 044.2012, cujo objeto é "Contratação de serviços especializados para a realização de teste seletivo para contratação temporária - ACT" sofreu ALTERAÇÕES NO ANEXO nº01 DO EDITAL.

Diante disso, fica alterada a data para o processamento do pregão para o dia 30/11/2012 às 08h, com abertura no dia 30/11/2012 às 08h10min.

Permanecem inalteradas as demais disposições do PREGÃO em referência.

Luzerna (SC), 14 de novembro de 2012.

**1º Apostilamento - Contrato PML.051.12 - Serigráfica Luzerna Ltda - Placas de Sinalização**

1º ATO DE APOSTILAMENTO - Contrato nº pml.051.12 de 09/07/2012

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao CONTRATO Nº pml.051.12 de 09/07/2012, proveniente do Processo Licitatório nº 0056/2012, Convite p/Compras e Serviços nº 0010/2012, celebrada entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) e a empresa SERIGRÁFICA LUZERNA LTDA.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento ao Contrato pml.051.12 de 09/07/2012, proveniente do Processo Licitatório nº 0056/2012, Convite p/Compras e Serviços nº 0010/2012, incluindo a dotação orçamentária:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

3.3.90.30.44 - Material de sinalização e afins

3.3.90.39.24 - Serviços de confecção, manutenção e instalação de sinalização visual e afins

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.305.0016.2019 - Manutenção dos Serviços da Vigilância Epidemiológica

Reduzido: 008

Fonte 66: Vigilância em Saúde R\$ 383,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Reduzido: 047

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transf. De Impostos Educação R\$ 392,00



Luzerna(SC), 12 de novembro de 2012.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

### Edital de Receita PML

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros recebidos do Estado de Santa Catarina:

22/10/2012	Transporte Escolar - verba estadual	7.374,77
------------	-------------------------------------	----------

Luzerna(SC), 08 de novembro de 2012.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em Exercício

### Edital de Receita PML

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais:

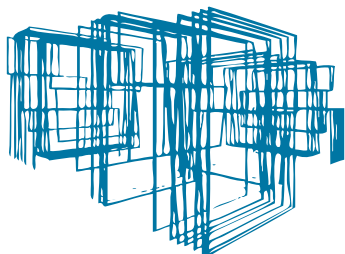
02/10/2012	Programa Nacional da Merenda Escolar - PNAE	1.700,00
02/10/2012	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	3.704,39
02/10/2012	Programa Nacional da Merenda Escolar - PNAE	1.420,00
03/10/2012	Programa Nacional da Merenda Escolar - PNAE	3.462,00
10/10/2012	Cota-parte da Contribuição de intervenção sobre o Domínio Econômico - CIDE	702,30
19/10/2012	Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	6.432,18
22/10/2012	Transferência Salário Educação	17.380,15

Luzerna(SC), 08 de novembro de 2012.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em Exercício

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



## Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Balancete do Financeiro FMAS**

[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 10/2012

Emissão: 31/10/2012

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	6.426,07	DESPESA ORÇAMENTARIA	21.951,19
RECEITA CORRENTE	6.426,07	ASSISTÊNCIA SOCIAL	21.951,19
RECEITA PATRIMONIAL	238,57		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.187,50		
<b>&gt; RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>21.596,82</b>	<b>&gt; DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.555,30</b>
PREVIDENCIA SOCIAL	1.110,59	PREVIDENCIA SOCIAL	1.110,59
INSS	1.110,59	INSS	1.110,59
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	423,02	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	381,50
ISS	65,07	ISS	65,07
IRRF/GDF	357,95	IRRF/GDF	316,43
IRRF RENDIMENTOS PESSOAS FISICAS	357,95	IRRF RENDIMENTOS PESSOAS FISICAS	316,43
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	18,66	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	18,66
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	18,66	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	18,66
Contribuição ASM	18,66	Contribuição ASM	18,66
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	44,55	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	44,55
Clemens Salvi Klein	44,55	Clemens Salvi Klein	44,55
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	20.000,00		
REPASSE RECEBIDO PREFEITURA MUNICIPAL D	20.000,00		
<b>&gt; DESPESA EMPENHADA</b>	<b>21.951,19</b>	<b>&gt; DESPESA PAGA</b>	<b>28.213,12</b>
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	21.951,19	CREDITO LIQUIDADO	28.213,12
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	28.213,12
<b>&gt; SALDOS ANTERIORES</b>	<b>93.932,87</b>	<b>&gt; SALDOS ATUAIS</b>	<b>92.187,34</b>
APLICACOES FINANCEIRAS	93.892,87	APLICACOES FINANCEIRAS	92.147,34
BANCO DO BRASIL	40,00	BANCO DO BRASIL	40,00
<b>&gt; TOTAL</b>	<b>143.906,95</b>	<b>&gt; TOTAL</b>	<b>143.906,95</b>

Gestor do FMAS  
ORLANDO FAVEROContador SC20394/0-8  
MARIA INÊS DALLOLMO

Sistema de  
Indicadores de  
Desenvolvimento  
Municipal  
Sustentável

Informações municipais para a promoção do  
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

[indicadores.fecam.org.br](http://indicadores.fecam.org.br)

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## Massaranduba

### PREFEITURA

**Decreto Nº. 2593 de 06 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº. 2593 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 133.000,00 (Cento e trinta e três mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12219 - Transferências Municipalização Fundeb 40%

R\$ 133.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do provável Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,  
EM 09 DE NOVEMBRO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

## Meleiro

### PREFEITURA

**Portaria N.º 008/2012**

PORTARIA n.º 008/2012

PRORROGA CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE ESTAÇÃO (ETA/ETE) POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1186/2006, e as Leis Complementares nº 022/2006, nº 026/2009 e nº 035/2011, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 006/2011 do Senhor ÉRICK SARTOR, ocupante do cargo de Operador de Estação (ETA/ETE), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo suas atividades vinculadas ao SAMAE, por um período de até seis meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 18/11/2012.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm e Finanças

**Portaria N.º 338/2012**

PORTARIA n.º 338/2012

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

R E T O R N A R

Art. 1º Da Licença saúde, a servidora ROSINÉIA DA SILVA TOMAZI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 289/2012.

Meleiro, 14 de Novembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## Monte Carlo

### PREFEITURA

**Extrato de Termo Aditivo Nº 01/2012 do Contrato de Locação de Imóvel Urbano**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2012 DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO

PARA FUNCIONAMENTO DE POSTO DE SAÚDE nº 37/2012.

Pelo presente Termo Aditivo de Contrato e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

GILBERTO ZAMBONIM, brasileiro, casado, empregado da iniciativa privada, portador da Cédula de Identidade nº 3.620.032 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 020.420.479-88, residente e domiciliado na Rua João Dias de Deus, nº 220, Bairro Por do Sol, na cidade de Monte Carlo - SC, doravante denominada, "LOCADORA"; e

FUNDO DE SAÚDE DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia SC 456, Km 15, Estado de Santa

Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.923.104/0001-45, neste ato representada pelo Sr. VALDERI DA SILVA, investido nas atribuições que lhe conferem o cargo de Secretário Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC, doravante denominada simplesmente, "LOCATÁRIA".

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

Constitui o objeto do presente Contrato, a prorrogação de vigência até o dia 08 de dezembro de 2012, a locação do presente imóvel para funcionamento do Posto de Saúde do Bairro Santo Antonio constituído de um Casa com área construída de 90,00 m2, localizada na Rua João Dias de Deus, 220, bairro Por do Sol - Monte Carlo/ SC ("o imóvel).

#### CLÁUSULA SEGUNDA: VALOR DO ALUGUEL E FORMA DE PAGAMENTO

A LOCATÁRIA pagará mensalmente à LOCADORA, a título de aluguel, o valor líquido de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), o qual deverá ser pago até o 15º dia do mês subsequente à utilização do imóvel pela LOCATÁRIA, através de depósito bancário em conta-corrente de titularidade da LOCADORA, ou emissão de cheque pagos em carteira, com o que o LOCATÁRIA concorda expressamente, sem qualquer ressalva, condição ou exigência, valendo os respectivos comprovantes de depósitos, após devidamente compensados, como recibos de pagamento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

Os recursos para atender às despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta do orçamento do Fundo de Saúde de Monte Carlo, conforme dotação orçamentária 2012:

Código: 44

Órgão 01

Unidade 01

Projeto/atividade 2.030

3.3.90.00.00.00.00

ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

#### CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na forma original do contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA: FORO

Elegem as partes o foro da Comarca de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, para dirimir as dúvidas resultantes do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem, justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 3 (tres) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Monte Carlo, 08 de outubro de 2012.

GILBERTO ZAMBONIM

CPF Nº 020.420.479-88

LOCADOR

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

LOCATÁRIA

#### Extrato de Termo Aditivo Nº 01/2012 do Contrato de Locação de Imóvel Urbano

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2012 DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO

PARA FUNCIONAMENTO DE POSTO DE SAÚDE nº 42/2012.

Pelo presente Termo Aditivo de Contrato e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

ANGELO PERASSOLI, brasileiro, casado, aposentado, portador da Cédula de Identidade nº 325.030 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 032.643.279-53, residente e domiciliado na Localidade de Santa Barbara - Irakitam, , na cidade de Tangará - SC, doravante denominada, "LOCADORA"; e

FUNDO DE SAÚDE DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia SC 456, Km 15, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.923.104/0001-45, neste ato representada pelo Sr. VALDERI DA SILVA, investido nas atribuições que lhe conferem o cargo de Secretário Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC, doravante denominada simplesmente, "LOCATÁRIA".

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

Constitui o objeto do presente Contrato, a prorrogação de vigência até o dia 08 de dezembro de 2012, a locação do presente imóvel para funcionamento do Posto de Saúde do Bairro Santo Antonio constituído de um Casa com área construída de 90,00 m2, localizada na Rua João Dias de Deus, 220, bairro Por do Sol - Monte Carlo/ SC ("o imóvel).

#### CLÁUSULA SEGUNDA: VALOR DO ALUGUEL E FORMA DE PAGAMENTO

A LOCATÁRIA pagará mensalmente à LOCADORA, a título de aluguel, o valor líquido de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), o qual deverá ser pago até o 15º dia do mês subsequente à utilização do imóvel pela LOCATÁRIA, através de depósito bancário em conta-corrente de titularidade da LOCADORA, ou emissão de cheque pagos em carteira, com o que o LOCATÁRIA concorda expressamente, sem qualquer ressalva, condição ou exigência, valendo os respectivos comprovantes de depósitos, após devidamente compensados, como recibos de pagamento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

Os recursos para atender às despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta do orçamento do Fundo de Saúde de Monte Carlo, conforme dotação orçamentária 2012:

Código: 44

Órgão 01

Unidade 01

Projeto/atividade 2.030

3.3.90.00.00.00.00

ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

#### CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na forma original do contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA: FORO

Elegem as partes o foro da Comarca de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, para dirimir as dúvidas resultantes do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem, justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Monte Carlo, 31 de outubro de 2012.

ANGELO PERASSOLI

CPF Nº 032.643.279-53

Locador



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC  
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES  
Locatária

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 114/2012

DECRETO Nº 114 / 2012.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2013 e dá outras providências.

ORIVAN JARBAS ORSI, Prefeito Municipal, faz saber a todos os habitantes o Município de NOVA TRENTO, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Nova Trento, para o exercício de 2013 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

#### I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2013, 2014 e 2015, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são a aquelas identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

- I - Anexo I.1 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício Anterior;
- II - Anexo I.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- III - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- IV - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
- V - Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- VI - Anexo I.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- VII - Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;

VIII - Anexo I.8 - Demonstrativo das receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

IX - Anexo I.9 - Demonstrativo de Projeção Atuarial;

X - Anexo I.10 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI - Anexo I.11 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XII - Anexo I.12 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XIII - Anexo I.13 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIV - Anexo II - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XV - Anexo III - Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2013;

XVI - Anexo IV - Demonstrativo das obras que passarão para 2013 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVII - Anexo V - Demonstrativo da Compatibilização da Origem com a Destinação dos Recursos;

XVIII - Anexo VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados à Saúde; e

IXX - Anexo VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados ao Ensino.

#### II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2013

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II E IV de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos II a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa na execução orçamentária.

#### III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da

despesa;

VII - receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem na caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na participação nos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX - execução orçamentária - arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira - efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI - categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal - nível de classificação da despesa por programa de governo, representada pelos projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Fiscais e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2009 e alterações posteriores.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2013 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional do Município aprovada pela Lei Complementar n. 11/2009 e alterações posteriores.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2013 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara, Fundos e Autarquias e identificará os códigos das destinações e das fontes dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e Portaria Conjunta nº 2/2009 (Manual da Despesa Nacional) e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei

4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Fiscais e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2013. (Art. 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2013. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2013. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º. O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal, Autarquias e Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º. O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro da ação ou programa de governo o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro ou de uma ação para outra, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º. Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º. A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, pelo menos:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecados até 2011, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2010 e 2011 e despesa fixada para 2012 e 2013;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária



e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2011 a 2013;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2012;

IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2011, 2012 e 2013;

Art. 9º. A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2013.

Art. 10º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora IPREVENT será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11º. A execução da Lei Orçamentária Anual de 2013 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12º. A Lei Orçamentária Anual de 2013 poderá tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias, transferindo, em 31/12/2011, o saldo das contas apurado em balanço desses Fundos, para a Unidade Gestora Prefeitura.

§ 1º. Os Fundos Municipais tratados na Lei Orçamentária Anual de 2013 como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento da Unidade Gestora Prefeitura, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas aos seus objetivos identificados em Plano de Aplicação representados pelas planilhas de despesas referidas no artigo 6º, inciso X desta LEI.

§ 2º. O Chefe do Poder Executivo Municipal será o gestor dos recursos vinculados a estes fundos operacionalizados como Unidades Orçamentárias.

§ 3º. Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo os Fundos Municipais da Saúde e da Assistência Social.

Art. 13º. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2013 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, aparelhamento da máquina arrecadadora, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14º. Se a receita estimada para 2013, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15º. Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações,

adotarão o mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§ 1º. Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000, 0.1.01.000000 e 0.1.02.000000, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre as seguintes dotações abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;  
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal; e  
IV - Dotações que não comprometam a execução de serviços essenciais.

§ 2º. A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subseqüentes ao encerramento do bimestre por indicação da Controladoria Geral do Município.

Art. 16º. A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2013, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17º. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta LEI.

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do de 2012.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º. Não se efetivando até o dia 20/12/2013 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduos a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2013 com insuficiência de caixa.

Art. 18º. O orçamento para o exercício de 2013 das principais Unidades Gestoras, reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta LEI.

Art. 19º. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20º. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2013 em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas

e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21º. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2013 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio ou contrato de financiamento.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores, de forma que o controle do equilíbrio de caixa seja evidenciado em cada fonte de recursos.

§ 3º. O controle da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos, de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no sistema de compensação e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita no caixa e mediante o registro da liquidação da despesa.

Art. 22º. A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2013, constantes do ANEXO I.11 integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23º. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 24º. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2013, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25º As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de

recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26º Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Nova Trento quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27º A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2013 a preços correntes.

Art. 28º A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 29º Durante a execução orçamentária de 2013, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2012 e constantes desta lei.

Art. 30º O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 31º Os programas priorizados por esta lei e extraídos do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI e contemplados na Lei Orçamentária para 2013, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32º Na execução da Lei Orçamentária de 2013, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II - o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33º Na execução da Lei Orçamentária de 2013 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 10% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34º A Lei Orçamentária de 2013 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado nºs 40/2001 e 43/2002.

Art. 35º Ultrapassado o limite global de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36º O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2013, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2013 ou em créditos adicionais.

Art. 37º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38º O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39º Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Nova Trento, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos,

não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40º O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 41º Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 42º O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2010.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43º Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44º Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45º O Executivo Municipal está autorizado em 2013 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 46º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 12 de Novembro de 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 12 de Novembro de 2012.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças



**Processo Licitatório Nº 088/2012 - CV Nº 002/2012**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DE NOVA TRENTO**  
 Processo Licitatório nº 088/2012 - Carta Convite nº 002/2012

Objeto: Contratação de Empresa para Execução de serviços, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, para Construção de Muros de divisa da Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, localizado na Rua Francisco Dalsenter, 32, bairro Trinta Réis, Nova Trento / SC.

Julgamento: Menor Preço Global por preço Unitário. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 27/11/2012 às 15 horas. Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673211 - Ou compras@novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI  
 Prefeito

## Palhoça

### PREFEITURA

**Decreto Nº 1.451, de 09 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 1.451, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012.  
 REVOGAÇÃO. PMI. Revoga o Decreto nº 1.397, de 05 de junho de 2012; Decreto nº 1.414, de 27 de julho de 2012; Decreto nº 1.420, de 07 de agosto de 2012; e o Decreto nº 1.424, de 27 de agosto de 2012.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

No uso de suas atribuições legais, com base no disposto no art. 21 da Lei Federal nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 31 da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995, no art. 3º, caput, da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Ficam revogados os Decretos nº 1.397, de 05 de junho de 2012; Decreto nº 1.414, de 27 de julho de 2012; Decreto nº 1.420, de 07 de agosto de 2012; e o Decreto nº 1.424, de 27 de agosto de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 09 de novembro de 2012.  
 RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
 Prefeito Municipal.

## Passo de Torres

### PREFEITURA

**Decreto Nº 300/2012**

DECRETO Nº.300 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.  
 "SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso III da Lei Nº 784/2011;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, no montante de R\$ 282.500,00 (duzentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Proj/Atividade: 2.003 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E ASSESSORIAS

3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (04) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj/Atividade: 2.007 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMIN. E FINANÇAS

3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (09) - Aplicações Diretas R\$ 115.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA DE TURISMO

Proj/Atividade: 2.024 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO

3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (73) - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONÔMICO

Proj/Atividade: 2.047 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (101) - Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

Órgão: 12 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Proj/Atividade: 2.0478 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSP. E OBRAS

3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (127) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão: 13 - ENCARGOS GERAIS

Proj/Atividade: 0.055 - MANUTENÇÃO DE ENCARGOS GERAIS

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (141) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Total R\$ 282.500,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Proj/Atividade: 2.003 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E ASSESSORIAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (05) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj/Atividade: 2.007 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMIN. E FINANÇAS

3.3.50.00.00.00.00.00.0100 (10) - Transf a Inst. Priv. S/ fins lucrat. R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (12) - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (14) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA DE TURISMO

Proj/Atividade: 2.024 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (75) - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONÔMICO

Proj/Atividade: 2.047 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (104) - Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

Órgão: 12 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Proj/Atividade: 2.0478 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSP. E OBRAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (130) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão: 13 - ENCARGOS GERAIS

Proj/Atividade: 0.055 - MANUTENÇÃO DE ENCARGOS GERAIS

4.6.90.00.00.00.00.0100 (142) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
Total R\$ 282.500,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 01 de novembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS  
Secretario de Administração e Finanças

### Decreto Nº 301/2012

DECRETO Nº301 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso I da Lei Nº 784/2011;

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, abaixo discriminado, no montante de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 12 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
Proj/Atividade: 2.050 - MANUT. DE INFRAESTRUTURA E OPER. DE SERV. PÚBLICOS

3.3.90.00.00.00.00.0144 (138) - Aplicações Diretas R \$ 7.700,00

Total R\$ 7.700,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta do provável excesso de arrecadação até o mês dezembro, proveniente do Fundo Especial do Petróleo - FEP, creditado na conta corrente nº008.448-4 da agência 778-1 do Banco do Brasil.

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 01 de novembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS  
Secretario de Administração e Finanças

### Decreto Nº 302/2012

DECRETO Nº. 302, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

"DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Passo de Torres, o dia 16 de novembro de 2012, (Sexta - Feira) .

Art. 2º - Os serviços Públicos Municipais não funcionarão na data referida acima, ficando os servidores dispensados de suas atividades, sem prejuízos de salários.

Parágrafo - Único - Os serviços municipais: coleta de lixo e saúde permanecerão em atividade pelo regime de plantão.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Decreto Nº 303/2012

DECRETO Nº.303 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso III da Lei Nº 784/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Proj/Atividade: 2.034 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN DE DESENV. SOCIAL

3.3.90.00.00.00.00.0052 (80) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E

**SOCIAL**

Proj/Atividade: 2.034 - MANUTENÇÃO DO FIMDO MUN DE DE-  
SENV. SOCIAL

4.4.90.00.00.00.00.00.0052 (82) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
Total R\$ 10.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 01 de novembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto Nº 304/2012**

DECRETO Nº. 304, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

"FIXA O VALOR DA UFM - UNIDADE FISCAL MONETÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica estabelecido o valor da UFM - Unidade Fiscal Monetária de R\$ 48,60 (quarenta e oito reais e sessenta centavos).

Parágrafo Único - O valor de que trata o caput deste artigo inclui a correção monetária, INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do período de novembro de 2011 a outubro de 2012, totalizando 5,9868% (cinco inteiros e nove mil e oitocentos e sessenta e oito décimos de milionésimos por cento).

Art. 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do exercício de 2013.

Passo de Torres, em 01 de Novembro 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 novembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto Nº 305/2012**

DECRETO Nº 305, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

"ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL NO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2013".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 481, da Lei Municipal Nº 167, de 15 de Dezembro de 1995;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica estabelecido o Calendário Fiscal para a Cobrança de tributos municipais abaixo especificados, para o exercício de 2013, com os Seguintes Vencimentos:

I - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU:

a) Parcela Única com desconto de 20% ( vinte pôr cento ) com o pagamento até 31 de Janeiro de 2013;

b) Parcela Única com desconto de 10% (dez por cento) com pagamento até 28 de fevereiro de 2013;

b) Em 4 (quatro) parcelas, com vencimentos:

a) Primeira Parcela até 31 de janeiro de 2013;

b) Segunda Parcela até 28 de fevereiro de 2013;

c) Terceira Parcela até 28 de março de 2013;

d) Quarta Parcela até 30 de abril de 2013;

Parágrafo Único: O Parcelamento deverá respeitar o disposto no artigo 234, da Lei 167, de 15 de Dezembro e o calendário previsto no item "b", inciso I do caput do Art. 1º.

II - Imposto sobre serviços de qualquer natureza ISSQN para estabelecimento fixo:

A) Parcela Única até 31 de Janeiro do corrente ano.

III - Taxa de Licença para localização:

a) Parcela Única até 31 de Janeiro do corrente ano.

IV - Taxa de limpeza e coleta de resíduos sólidos:

a) Serão as mesmas datas do vencimento do IPTU.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua Publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 097/2012**

PORTARIA 097, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VERA REGINA DOS SANTOS BOCH, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Vera Regina dos Santos Boch, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;



**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Vera Regina dos Santos Boch até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de novembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de novembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

**Lei Nº 1.636, de 13 de Novembro de 2012.**

LEI Nº 1.636, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI: Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária do Fundo de Assistência Social no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), para atender a seguinte programação:

04 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
0401 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
0401.08 ASSISTENCIA SOCIAL  
0401.08.244 ASSISTENCIA COMUNITÁRIA  
0401.08.244.0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL  
0401.08.244.0801.4012 MANUTENÇÃO DO FUNDO M. ASSISTENCIA SOCIAL  
3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 3.000,00  
Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais):

02 Poder Executivo  
0206 Secretaria de Transportes e Obras  
0206.15 Urbanismo  
0206.15.452 Serviços Urbanos  
0206.15.452.1503 Serviços de Utilidade Publica  
0206.15.452.1503.4045 Manutenção dos Serviços de Utilidade Publica  
3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 3.000,00  
Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto,  
13 DE NOVEMBRO DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Lei Nº 1.637, de 13 de Novembro de 2012.**

LEI Nº 1.637, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI: Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), para atender a seguinte programação:

03 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
0301 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
0301.10 SAUDE  
0301.10.301 ATENÇÃO BASICA  
0301.10.301.1001 SAUDE PARA TODOS  
0301.10.301.1001.4020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAUDE  
3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 25.000,00  
Fonte de Recursos 0102

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais):

02 Poder Executivo  
0206 Secretaria de Transportes e Obras  
0206.15 Urbanismo  
0206.15.452 Serviços Urbanos  
0206.15.452.1503 Serviços de Utilidade Publica  
0206.15.452.1503.4045 Manutenção dos Serviços de Utilidade Publica  
3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 25.000,00  
Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto,  
13 DE NOVEMBRO DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 3697, de 13 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº 3697, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI: Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), para atender a seguinte programação:

03 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
0301 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

0301.10 SAUDE  
0301.10.301 ATENÇÃO BASICA  
0301.10.301.1001 SAUDE PARA TODOS  
0301.10.301.1001.4020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAUDE  
3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 25.000,00  
Fonte de Recursos 0102

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais):

02 Poder Executivo  
0206 Secretaria de Transportes e Obras  
0206.15 Urbanismo  
0206.15.452 Serviços Urbanos  
0206.15.452.1503 Serviços de Utilidade Publica  
0206.15.452.1503.4045 Manutenção dos Serviços de Utilidade Publica  
3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 25.000,00  
Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto,  
13 DE NOVEMBRO DE 2012.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 3698, de 13 de Novembro de 2012.**  
DECRETO Nº 3698, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.  
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:  
Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizando a proceder suplementação na dotação orçamentária do Fundo de Assistência Social no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), para atender a seguinte programação:

04 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
0401 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
0401.08 ASSISTENCIA SOCIAL  
0401.08.244 ASSISTENCIA COMUNITÁRIA  
0401.08.244.0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL  
0401.08.244.0801.4012 MANUTENÇÃO DO FUNDO M. ASSISTENCIA SOCIAL  
3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 3.000,00  
Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais):

02 Poder Executivo  
0206 Secretaria de Transportes e Obras  
0206.15 Urbanismo  
0206.15.452 Serviços Urbanos  
0206.15.452.1503 Serviços de Utilidade Publica  
0206.15.452.1503.4045 Manutenção dos Serviços de Utilidade Publica  
3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto,  
13 DE NOVEMBRO DE 2012.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

## Porto União

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 1.010/2012

DECRETO Nº 1.010, de 13 de novembro de 2012.  
Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.892, de 30 de junho de 2011 (LDO) e 3.939, de 29 de novembro de 2011 (LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0207 - SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBLICOS  
ATIVIDADE 1016 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários  
MODALIDADE 4490 - 174 - Aplicações Diretas 72 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro ocorrido no exercício de 2011, na Fonte 174.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de novembro de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

#### Decreto Nº 1.011/2012

DECRETO Nº 1.011, de 13 de novembro de 2012.  
Dispõe sobre Pensão por Morte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, § 7º, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, devidamente combinado com art. 61, inc. I e art. 64, inc. I, letra 'a', ambos da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

**DECRETA:**

Art. 1º Conceder PENSÃO POR MORTE a GABRIEL ANTÔNIO BENDLIN, pela morte da funcionária Sra. REGINA MARIA VANIN, portadora da CI nº 10ª R-1.331.915 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 512.339.249-15, em 13 de agosto de 2012, lotada na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, no Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com ingresso no Serviço Público em 12 de março de 2012, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de agosto de 2012.

Porto União (SC), 13 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ADÉLIA SALETE DE OLIVEIRA

Presidente do IMPRESS

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

**Lei Nº 3093/12**

LEI Nº 3093, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

**O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Projeto: 20.606.0009.1.008 - Investimentos na Agropecuária

4.4.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 4.500,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 20.606.0009.2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária

3.3.90.14.00.00.00.00.0100 - Diárias - Civil R\$ 2.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$

13.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$

7.200,00

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado como fonte de recurso às anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Projeto: 20.606.0009.1.008 - Investimentos na Agropecuária

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 7.700,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 18.541.0021.4.003 - Manutenção do Depto. de Meio Ambiente e Planejamento Ambiental

3.3.90.31.00.00.00.00.0100 - Prem. Cult., Artist., Cient. Outras

R\$ 10.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$

5.000,00

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locomoção

R\$ 4.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3096/2012**

LEI Nº 3096, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

DENOMINA DE ALEXANDRE DZIEDICZ, RUA DO MUNICÍPIO.

**O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de Alexandre Dziedicz, rua localizada no Bairro Brasília, sendo lateral da Rua Manaus, com extensão de 35 metros e largura de 12 metros.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3097/2012**

LEI Nº 3097, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

DENOMINA DE JOÃO RÜCKL, TRAVESSA DO MUNICÍPIO.

**O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de João Rückl, travessa localizada no Bairro Progresso, lateral da Rua Alberto Malschitzky, com extensão de 32,60 metros e largura de 12,00 metros, conforme croqui anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3098/2012**

LEI Nº 3098, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

DENOMINA DE OTTO LINZMEIER, RUA DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de Otto Linzmeier, Rua do Município, situada no Bairro Cruzeiro, com 52,20 m de extensão e 12,00 m de largura, conforme croqui em anexo

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1294/2012**

DECRETO Nº 1294, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3093, de 13 de novembro de 2012

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Projeto: 20.606.0009.1.008 - Investimentos na Agropecuária

4.4.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 4.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado como fonte de recurso às anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 18.541.0021.4.003 - Manutenção do Depto. de Meio Ambiente e Planejamento Ambiental

3.3.90.31.00.00.00.00.0100 - Prem. Cult., Artist., Cient. Outras R\$ 4.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1295/12**

DECRETO Nº 1295, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3093, de 13 de novembro de 2012

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais) no orçamento

vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 20.606.0009.2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária

3.3.90.14.00.00.00.00.0100 - Diárias - Civil R\$ 2.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 13.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 7.200,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado como fonte de recurso às anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Projeto: 20.606.0009.1.008 - Investimentos na Agropecuária

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 7.700,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 18.541.0021.4.003 - Manutenção do Depto. de Meio Ambiente e Planejamento Ambiental

3.3.90.31.00.00.00.00.0100 - Prem. Cult., Artist., Cient. Outras R\$ 5.500,00

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1297/12**

DECRETO Nº 1297, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

ALTERA O DECRETO Nº 302 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010 QUE DESIGNA COMISSÃO.

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto nº 302 de 26 de fevereiro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. Ficam designados os Senhores Uwe Stortz, Márcio Dreveck, Mauro Osowsky, Marco Rodrigo Redlich e Alexandre Vinícius Weiss para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão que deverá sugerir as novas tarifas de ônibus do transporte coletivo urbano e serviço de táxis no Município de São Bento do Sul."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1298/12**

DECRETO Nº 1298, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de se reduzir os custos operacionais da Prefeitura de São Bento do Sul,

RESOLVE:



Art. 1º. Fica suspensa em toda a Administração Municipal Direta e Indireta o pagamento de diárias, previstos no art. 64, I; 65 e 66 da Lei nº 228, de 28/12/2001, bem como seminários, congressos e cursos aos servidores públicos municipais até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º. Poderão, a critério dos titulares dos órgãos serem aceitas e pagas diárias em caráter excepcional.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 1299/2012

DECRETO Nº 1299, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

ALTERA O DECRETO Nº 977 DE 27 DE JANEIRO DE 2012 QUE REGULAMENTA AQUISIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE MORADIAS POPULARES CONFORME ART. 4º, I, DA LEI Nº 56, DE 18 DE MAIO DE 2001, QUE CRIA A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art.1º. O art. 5º do Decreto nº 977 de 27 de janeiro de 2012, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º. O limite financeiro a ser aplicado em cada ajuda não poderá ultrapassar o valor de 4500 (quatro mil e quinhentas) UFM.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 1300/2012

DECRETO Nº 1300, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º da Lei nº 1691, de 24 de outubro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, do município de São Bento do Sul, e seus respectivos suplentes.

§1º. Representantes das Entidades Governamentais:

I - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) Valdeci Ropelato - Titular;

b) Joalberto Kalempa - Suplente;

II - Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Silvana Maria Bianco Bauer - Titular;

b) Rafael Schroeder - Suplente;

III - Representante da Secretaria de Agricultura:

a) Fabiano Cesar Ossoski - Titular;

b) Luiz Cesar Wolff - Suplente;

IV - Representante da Secretaria de Finanças:

a) Sílvia Cristina Homechen - Titular;

b) Élia de Fátima da Cruz - Suplente;

V - Representante da Secretaria da Educação:

a) Liliâne Grein - Titular;

b) Marcia Sueli Weiller Pscheidt - Suplente;

§2º Representantes das Entidades não Governamentais:

I - Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

a) Dilma Serliane Radoll - Titular;

b) Aldair Nancy Cubas - Suplente;

II - Representantes do Centro de Assistência Social e Beneficente Monte Moriá:

a) Genésio Cristofolini - Titular;

b) Alexandre Mauli - Suplente;

III - Representantes da União São Bentense das Associações de Moradores - USBAM:

a) Arnaldo Jose de Conto - Titular;

b) Adriana Bombassaro Zanella - Suplente;

IV - Representantes do Instituto de Desenvolvimento Integral - IDI:

a) Wiegand Link - Titular;

b) Daguiomar Nogueira - Suplente;

V - Representante que atua na preparação de alimentos:

a) Cirlei Aparecida Calistro - Titular;

b) Jussara Pedrocheski - Suplente.

Art. 2º. O mandato do Conselho nomeado é de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/11/2012.

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 369/2012 - Semas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº369/2012

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

OBJETO: FORNECIMENTOS DE PASSES (VALE TRANSPORTE) PARA USUÁRIOS DO PAFI E PROGRAMA FAMÍLIA DE APOIO.

CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl - Transportes Coletivos  
VALOR: R\$ 12.720,00 (Doze mil setecentos e vinte reais).

SÃO BENTO DO SUL, 12 de novembro de 2012.

LINDACIR EMIDIA CONDE - SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 369/2012 - Semas

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: FORNECIMENTOS DE PASSES (VALE TRANSPORTE) PARA USUÁRIOS DO PAFI E PROGRAMA FAMÍLIA DE APOIO.

II - Contratado: NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl - Transportes Coletivos é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

LINDACIR EMIDIA CONDE

Secretária Municipal De Assistência Social



## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### Aviso de Anulação do Convênio 019/2011. AVISO DE ANULAÇÃO DO CONVÊNIO 019/2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, o cancelamento do Convênio nº 19/2011, de 28 de dezembro de 2011, Publicado no DOM/SC - Edição Nº 903 06/01/2012, página 185. Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/001-08. Conveniada: Esporte Clube Bela Vista, CNPJ/MF nº 83.42.881/0001-66.

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação

##### AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 103.2012  
MODALIDADE: Tomada de Preços

OBJETO: A pavimentação e drenagem da rua Matias Nicolau Hoffmann e a pavimentação da Servidão Pedro Paulo Kretzer, Manutenção e pavimentação da rua das Orquídeas neste município, conforme memorial descritivo, orçamento e projetos dispostos no Anexo I deste Edital.

A ENTREGA DAS PROPOSTAS E A DOCUMENTAÇÃO SERÁ SOMENTE ATÉ AS 09:00 (NOVE HORAS) DO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2012. A DATA DE ABERTURA SERÁ NESTA MESMA DATA E HORÁRIO.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (art. 10, II, "a", da Lei n.º 8.666/1993). RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) ou pelo email [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203. São Pedro de Alcântara, 16/11/2012

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal.

#### Primeiro Aditivo do Edital - Pregão Presencial N.º 101/2012

PRIMEIRO ADITIVO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL n.º 101/2012, que tem por objeto a Aquisição parcelada e estimada de tubos de cimento para a Secretaria de Obras do Município, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I deste Edital. CONSIDERANDO a previsão contida no item 17.10 do Edital n.º 101/2012, que permite à Administração a alteração dos termos da licitação, respeitados os princípios da conveniência e oportunidade públicas;

RESOLVE a Administração alterar os quantitativos e especificações constantes no Anexo I do edital, fazendo constar o que segue:

ITENS	DESCRIÇÃO	Ref.	Qtidade	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
01	Tubos de Concreto Ø 0,40	Und	450	27,00	12.150,00
02	Tubos de Concreto Armado Ø 0,60	Und	100	89,00	8.900,00
03	Tubos de Concreto Armado Ø 0,80 CAL	Und	50	140,00	7.000,00
04	Tubos de Concreto Armado Ø 1.00 CAL	Und	50	235,00	11.750,00
05	Tubos de Concreto Armado Ø 1.50 CAL2	Und	50	550,00	27.500,00

TOTAL: R\$ 67.300,00 (sessenta e sete mil e trezentos reais)

A nova data da sessão pública para recebimento da documentação de habilitação e a proposta de preços será dia 30 de novembro de 2012 até as 09:30h.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de novembro de 2012.

Município De São Pedro De Alcântara

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

## Schroeder

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato Registro de Preço N.º. 197/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 197/2012-PMS

Processo de licitação nº. 139/2012 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 87/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CONAUT CONTROLES AUTOMÁTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 60.659.166/0001-46, estabelecida na Estrada Louis Pasteur, nº 230, na cidade de Embu, Estado de São Paulo, CEP: 06835-000.

Objeto: Constitui objeto do presente visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medidor de vazão e materiais em fofo para suprir as necessidades da Estação de Tratamento de Água – ETA da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	<p>Medidor de vazão ultra-sônico para vertedouro triangular com as características gerais, conforme segue:</p> <p>Características gerais do Medidor de vazão para Canais aberto</p> <p>1- Medidor de vazão de Líquido Tipo Ultra-sônico,</p> <p>2- Range de medição: 0,2 ~ 4 metros,</p> <p>3- Ângulo de abertura do sinal: 5º,</p> <p>4- Exatidão na medição: <math>\pm 0,2\%</math> do valor medido,</p> <p>5- Temperatura do processo: -50 ~ +90°C,</p> <p>6- Material do sensor e conexão: Polipropileno,</p> <p>7- Conexão ao processo DN 1.1/2" BSP, Sinal de Saída 4 ~ 20 mA – Sistema a dois fios, sendo que este medidor deverá conseguir controlar equipamentos pela saída 4 ~ 20 mA.</p> <p>8- Alimentação 12 ~ 36 Vcc – Sistema a dois fios, Com display para configuração/programação,</p> <p>9- Invólucro do Conversor em PTB reforçado com fibra de vidro, Conexão Elétrica: 2x M20x1,5 com prensa cabo,</p> <p>10- Proteção IP67,</p> <p>11- Equipamento especial para montagem em vertedouro triangular</p> <p>12- O medidor de vazão ultra-sônico não deve possuir qualquer parte mecânica em contato com o processo uma vez que seu funcionamento deve ser totalmente baseado na emissão de pulsos de ultra-som por um sensor instalado acima do canal e que são refletidos pelo líquido que está sendo monitorando. 13- A vazão deve ser calculada com base na altura do nível do líquido em um ponto específico do canal; esta altura medida pelo instrumento será utilizada para o cálculo da vazão por meio de fórmulas matemáticas que o próprio equipamento irá realizar.</p> <p>14- O display deve ser em cristal líquido e deve apresentar de forma configurável, a instantânea em L/s (litros por segundos) ou m³/h (metros cúbicos por hora). Também deverá ter acesso no display o totalizador de m³ (resetável), outro não resetável. As informações no display devem ser fornecidas obrigatoriamente na língua portuguesa.</p> <p>15- O medidor de vazão deverá permitir ajustes de sinal para que não perca o eco em caso de gás e nevoeiro</p> <p>16- Distância entre o sensor e o fundo do tanque 2m.</p> <p>Acessórios para funcionamento e instalação</p> <p>-Manual de instalação e operação em português</p> <p>-Treinamento técnico de operação de duas horas caso for solicitado</p> <p>-A empresa fornecedora deverá garantir suporte técnico gratuito via telefone e/ou correio eletrônico, no período de vigência da garantia contra defeitos de fabricação, no mínimo, para diminuir dúvidas quanto à utilização, manuseio e manutenção do equipamento fornecido e seus acessórios</p> <p>-Garantia de 1 anos contra defeitos de fabricação.</p> <p>-Caso a empresa vencedora oferecer um aparelho de fabricação internacional a mesma deverá apresentar carta de solidariedade</p> <p>- A empresa fornecedora deverá oferecer manutenção e assistência técnica nacional</p> <p>- A empresa vencedora da licitação deverá fornecer todas as peças necessárias para a instalação do mesmo, sendo que é permitido fazer uma visita a ETA, caso julgar necessário-01</p> <p>rio para verificar o local em que o mesmo será instalado.</p>				
	VALOR R\$ TOTAL				2.730,00

Valor do contrato: R\$ 2.730,00 (dois mil, setecentos e trinta reais).  
Data da Assinatura: 14/11/2012 – Vigência: 14/11/2013

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 198/2012-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 198/2012-PMS  
Processo de licitação nº. 139/2012 - PMS  
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 87/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: H.D.S. COMERCIAL HIDRÁULICA E SANEMAENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.582.844/0001-01, estabelecida



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

na Avenida Angelo Franzini, nº 1780, Residencial Bosque de Versalles, na cidade de Araras, Estado de São Paulo, CEP: 13609-391.

Objeto: Constitui objeto do presente visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medidor de vazão e materiais em fofo para suprir as necessidades da Estação de Tratamento de Água – ETA da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Tubo c/ flanges fofo DN200 (peças de 6m)	6	Unidade	1.830,00	10.980,00
03	Tubo c/ flanges fofo DN250 (peças de 6m)	2	Unidade	2.300,00	4.600,00
05	Curva 90° c/ flanges fofo DN200	20	Unidade	345,00	6.900,00
06	Curva 90° c/ flanges fofo DN250	6	Unidade	570,00	3.420,00
07	Redução c/ flanges fofo DN200x150	2	Unidade	265,00	530,00
08	Tê redução c/ flanges fofo DN-200x200x100	1	Unidade	480,00	480,00
09	Tê redução c/ flanges fofo DN-200x200x150	2	Unidade	510,00	1.020,00
10	Tê c/ flanges fofo DN200x200x200	6	Unidade	570,00	3.420,00
11	Tê redução c/ flanges fofo DN-250x250x200	1	Unidade	715,00	715,00
16	Colar de tomada/ de ligação fofo DN100x3/4"	4	Unidade	14,00	56,00
17	Colar de tomada/ de ligação fofo DN150x3/4"	1	Unidade	17,50	17,50
18	Colar de tomada/ de ligação fofo DN200x3/4"	3	Unidade	26,00	78,00
19	Colar de tomada/ de ligação fofo DN250x3/4"	1	Unidade	31,00	31,00
VALOR R\$ TOTAL					32.247,50

Valor do contrato: R\$ 32.247,50 (trinta e dois mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 14/11/2012 – Vigência: 14/11/2013  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 199/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 199/2012-PMS  
Processo de licitação nº. 139/2012 - PMS  
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 87/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.977.109/0001-48, estabelecida na Rua Abelardo Manoel Peixer, nº 48, Barreiros, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88110-05.

Objeto: Constitui objeto do presente visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medidor de vazão e materiais em fofo para suprir as necessidades da Estação de Tratamento de Água - ETA da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
15	Ventosa c/ flanges fofo DN150 c/ anel de borracha	3	Unidade	590,00	1.770,00
VALOR R\$ TOTAL					1.770,00

Valor do contrato: R\$ 1.770,00 (um mil, setecentos e setenta reais).

Data da Assinatura: 14/11/2012 - Vigência: 14/11/2013  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 200/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 200/2012-PMS  
Processo de licitação nº. 139/2012 - PMS  
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 87/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.151.335/0001-61, estabelecida na Rua Carlos Essenfelder, nº 1665, Boqueirão, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81650-090.

Objeto: Constitui objeto do presente visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medidor de vazão e materiais em fofo para suprir as necessidades da Estação de Tratamento de Água - ETA da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do

instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
04	Curva 45° c/ flanges fofo DN100	1	Unidade	125,00	125,00
12	Registro chato de esfera fofo DN100 c/ volante e anel de borracha	5	Unidade	320,00	1.600,00
14	Registro chato de gaveta fofo DN250 c/ volante e anel de borracha	1	Unidade	1.770,00	1.770,00
VALOR R\$ TOTAL					3.495,00

Valor do contrato: R\$ 3.495,00 (três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).

Data da Assinatura: 14/11/2012 - Vigência: 14/11/2013

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

#### **Termo Aditivo Nº. A82/2012 - PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A82/2012 - PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 108/2012 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.103.065/0001-01, estabelecida na Rua João Maluta Junior, nº. 1455, Sala 03, Centro, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Ademir Augusto Noernberg, inscrito no CPF sob o nº. 093.085.809-30, portador da carteira de identidade nº. 374.825.1-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 108/2012-PMS, celebrado em 06 de julho de 2012, proveniente da Modalidade Tomada de Preço nº. 13/2012-PMS, Processo nº. 65/2012-PMS, para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), de construção das canchas de bocha (bairas) e piso, no galpão montado anexo ao Ginásio de esportes Alfredo Passold, na Avenida dos Imigrantes, no município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, frente à prorrogação para conclusão dos serviços em 15 (quinze) dias, sendo até 21 de novembro de 2012, devido à instalação de lavatório, serviço esse não previsto inicialmente, serviço adicionais solicitados pela Administração Municipal.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57,§ 1º, II da

Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando que a empresa ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA, solicitou o aditivo de execução da obra em 30 de outubro de 2012.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização da Engenheira Civil Fabieli Pilatti, CREA-SC 093.485-5, da Administração Pública e aprovação da mesma, conforme anexo a este processo, na data de 31 de outubro de 2012.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada com efeito retroativo a partir deste a Cláusula Segunda (do prazo de entrega e do local) no item 2.1 e Cláusula Décima (das obrigações da empresa vencedora) no item 10.1.4 do contrato nº 108/2012-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra em 15 (quinze) dias, sendo até dia 21 de novembro de 2012.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 108/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 14 de novembro de 2012.

Contratada:

ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA

Ademir Augusto Noernberg

CPF nº. 093.085.809-30

Contratante:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: IVANDRA DE SOUZA 2ª Nome: MARILENE BUSCH

CPF nº. 047.563.299-00

CPF nº. 037.813.699-27

#### **Edital de Contribuição de Melhoria das Ruas : Acre, Jorge Lacerda e Palmeiras**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CME - 00037/2012

A Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder, faz saber aos contribuintes abaixo relacionados, que a Prefeitura Municipal de Schroeder, com base nos Artigos 241, 242 e 243 da Lei Complementar 01/1995 - Código Tributário de Schroeder. Torna público o presente edital para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, decorrente da PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - RUAS 84-ACRE, 24-JORGE LACERDA E 144-PALMEIRAS - CONFORME EDITAL DE PRAÇA 02/2012., publicado no diário oficial dos municípios, edições 1117, 1118 e 1119/2012.

Item 01 - Identificação dos Sujeitos Passivos:

Rua 84 - Acre



Imóvel	Proprietário	Valor Lançado
856	NAIR RENATA DIEHL	2.582,51
857	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	3.748,58
858	ALTAIR JACOB	4.121,53
859	LORELI JACOBI PETRY	1.913,98
860	DARIO JACOB	2.793,04
861	ALBUS JACOB	5.054,34
8.047	LUCIANE FISCHER MUNIZ DE OLIVERA	1.032,28
8.048	ALEXANDRA GONÇALVES	1.012,39
8.049	MARIELY KALAISSA PROENÇA	1.085,95
9.152	RONALDO VOLLES	2.541,61
9.153	LENOIR LUIZ HENRICH	1.171,11

## Rua 24 – Jorge Lacerda

Imóvel	Proprietário	Valor Lançado
846	ROSELEIA FLÔHR PASQUALLI	1.363,56
847	LEONIDIA BAUER WEIDAUER	1.658,27
848	NORBERTO JORDAN	1.554,49
849	LUIZ BAESSO NETO	1.606,20
850	LUIZ BAESSO NETO	1.414,43
851	FRIDEMUNDO HOLTZ	4.921,56
920	ROLANDO GAEDKE	16.856,75
8.031	MICHAEL JACKSON FLORIANO	2.023,68
8.032	LORI MARIA MUNDEL	2.023,68
8.033	NOELI DE SIQUEIRA	2.030,83

## Rua 144 - Palmeiras

Imóvel	Proprietário	Valor Lançado
895	WALDEMAR HANG	4.035,80
896	JAIRO RUDIGER	4.352,31
897	JAIRO RUDIGER	1.649,79
898	FRIEDALINA KOPP	3.392,67
901	IDIANE POMMERENING CORREIA	2.009,25
908	FARMÁCIA ANJO-FARMA LTDA - ME	3.086,24
910	OSMAR LANGE	2.157,78
913	OSMAR LANGE	1.347,51
3.564	FABIANO WELTER DA SILVA	1.417,45
4.226	OSVALDO LANGE	1.438,65
4.469	GIOVANY WALZ	2.115,01
4.470	MARCIANE WALZ	1.317,24
4.980	OSVALDO LANGE	1.389,17
4.981	ADEMAR HILGER	1.381,57
4.982	OSVALDO LANGE	1.462,67
5.678	MARA ZOZ	1.140,29
6.185	JAIRSON SCHNEIDER	1.462,67
8.165	IGOMAR DE CONTO	1.007,97
9.096	OSMAR LANGE	6.271,40

Item 02 - Memorial Descritivo da obra:  
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - RUAS 84-ACRE, 24-JORGE LACERDA E 144-PALMEIRAS - CONFORME EDITAL DE PRAÇA 02/2012., trecho de:4855m<sup>2</sup>

## Item 03 - Condições de Pagamento:

Ficam convocados os contribuintes supracitados a comparecerem no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Schroeder, com Paço Municipal a Rua Marechal Castelo Brancos, número 3.201, bairro centro, Schroeder (SC), no período de 30(trinta) dias, contados da notificação individual.

Schroeder (SC), 19 de novembro de 2012.  
MILTON TRAPP JUNIOR  
Fiscal de Tributos  
Matrícula 1559



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)





**Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 87/2012-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/5

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 56/2012****Número do Registro de Preços: 56/2012****Data do Registro: 14/11/2012****Válido até: 14/11/2013**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medidor de vazão e materiais em fofa para suprir as necessidades da Estação de Tratamento de Água - ETA da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	<p>Medidor de vazão ultra-sônico para vertedouro triangular com as características gerais, conforme segue:</p> <p>Características gerais do Medidor de vazão para Canais aberto</p> <p>1- Medidor de vazão de Líquido Tipo Ultra-sônico,</p> <p>2- Range de medição: 0,2 ~ 4 metros,</p> <p>3- Ângulo de abertura do sinal: 5º,</p> <p>4- Exatidão na medição: ±0,2% do valor medido,</p> <p>5- Temperatura do processo: -50 ~ +90°C,</p> <p>6- Material do sensor e conexão: Polipropileno,</p> <p>7- Conexão ao processo DN 1.1/2" BSP, Sinal de Saída 4 ~ 20 mA - Sistema a dois fios, sendo que este medidor deverá conseguir controlar equipamentos pela saída 4 ~ 20 mA.</p> <p>8- Alimentação 12 ~ 36 Vcc - Sistema a dois fios, Com display para configuração/programação,</p> <p>9- Invólucro do Conversor em PTB reforçado com fibra de vidro, Conexão Elétrica: 2x M20x1,5 com prensa cabo,</p> <p>10- Proteção IP67,</p> <p>11- Equipamento especial para montagem em vertedouro triangular</p> <p>12- O medidor de vazão ultra-sônico não deve possuir qualquer parte mecânica em contato com o processo uma vez que seu funcionamento deve ser totalmente baseado na emissão de pulsos de ultra-som por um sensor instalado acima do canal e que são refletidos pelo líquido que está sendo monitorando.</p> <p>13- A vazão deve ser calculada com base na altura do nível do líquido em um ponto específico do canal; esta altura medida pelo instrumento será utilizada para o cálculo da vazão por meio de fórmulas matemáticas que o próprio equipamento irá realizar.</p> <p>14- O display deve ser em cristal líquido e deve apresentar de forma configurável, a instantânea em L/s (litros por segundos) ou m³/h (metros cúbicos por hora). Também deverá ter acesso no display o totalizador de m³ (resetável), outro não resetável. As informações no display devem ser fornecidas obrigatoriamente na língua portuguesa.</p> <p>15- O medidor de vazão deverá permitir ajustes de sinal para que não perca o eco em caso de gás e nevoeiro</p> <p>16- Distância entre o sensor e o fundo do tanque 2m.</p> <p>Acessórios para funcionamento e instalação</p> <p>-Manual de instalação e operação em português</p> <p>-Treinamento técnico de operação de duas horas caso for solicitado</p> <p>-A empresa fornecedora deverá garantir suporte técnico gratuito via telefone e/ou correio eletrônico, no período de vigência da garantia contra defeitos de fabricação, no mínimo, para diminuir dúvidas quanto à utilização, manuseio e manutenção do equipamento fornecido e seus acessórios</p> <p>-Garantia de 1 anos contra defeitos de fabricação.</p> <p>-Caso a empresa vencedora oferecer um aparelho de fabricação internacional a mesma deverá apresentar carta de solidariedade</p> <p>- A empresa fornecedora deverá oferecer manutenção e assistência técnica nacional</p> <p>- A empresa vencedora da licitação deverá fornecer todas as peças necessárias para a instalação do mesmo, sendo que é permitido fazer uma visita a ETA, caso julgar necessário para verificar o local em que o mesmo será instalado.</p>	UN	CONAUT CONTROLES AUTOMÁTICOS LTDA (11023)		0	2.730,0000	1
			NIVETEC INSTRUMENTAÇÃO E CONTROLE LTDA (12477)		0	3.756,0000	2
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	7.003,5000	3
2	Tubo c/ flanges fofa DN200 (peças de 6m)	UN	H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	1.830,0000	1
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	1.832,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/5

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 56/2012**

Número do Registro de Preços: 56/2012

Data do Registro: 14/11/2012

Válido até: 14/11/2013

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medidor de vazão e materiais em fofa para suprir as necessidades da Estação de Tratamento de Água - ETA da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	2.500,0000	3
3	Tubo c/ flanges fofa DN250 (peças de 6m)	UN	H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	2.300,0000	1
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	2.302,0000	2
			MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	3.000,0000	3
4	Curva 45° c/ flanges fofa DN100	UN	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	125,0000	1
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	129,0000	2
5	Curva 90° c/ flanges fofa DN200	UN	H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	345,0000	1
			MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	350,0000	2
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	351,0000	3
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	351,0000	4
6	Curva 90° c/ flanges fofa DN250	UN	H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	570,0000	1
			MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	599,0000	2
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	600,0000	3
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	600,0000	4
7	Redução c/ flanges fofa DN200x150	UN	H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	265,0000	1
			MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	270,0000	2
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	275,0000	3
8	Tê redução c/ flanges fofa DN200x200x100	UN	H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	480,0000	1
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	484,0000	2
			MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	489,0000	3
9	Tê redução c/ flanges fofa DN200x200x150	UN	H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	510,0000	1
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	517,0000	2
			MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	530,0000	3
10	Tê c/ flanges fofa DN200x200x200	UN	H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	570,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/5

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 56/2012**

Número do Registro de Preços: 56/2012

Data do Registro: 14/11/2012

Válido até: 14/11/2013

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medidor de vazão e materiais em fofa para suprir as necessidades da Estação de Tratamento de Água - ETA da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	572,0000	2
			MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	599,0000	3
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	600,0000	4
11	Tê redução c/ flanges fofa DN250x250x200	UN	H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	715,0000	1
			MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	720,0000	2
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	880,0000	3
12	Registro chato de esfera fofa DN100 c/ volante e anel de borracha	UN	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	320,0000	1
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	380,0000	2
			H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	534,6500	3
13	Registro chato de gaveta fofa DN200 c/ volante e anel de borracha	UN	TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	1.290,0000	1
14	Registro chato de gaveta fofa DN250 c/ volante e anel de borracha	UN	MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	1.770,0000	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	1.770,0000	2
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	1.774,0000	3
15	Ventosa c/ flanges fofa DN150 c/ anel de borracha	UN	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	590,0000	1
			H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	1.190,7000	2
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	1.210,0000	3
16	Colar de tomada/de ligação fofa DN100x3/4"	UN	H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	14,0000	1
			MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	15,0000	2
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	18,6000	3
17	Colar de tomada/de ligação fofa DN150x3/4"	UN	H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	17,5000	1
			MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	18,0000	2
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	23,0000	3
18	Colar de tomada/de ligação fofa DN200x3/4"	UN	H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	26,0000	1
			MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	28,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 4/5

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 56/2012****Número do Registro de Preços: 56/2012****Data do Registro: 14/11/2012****Válido até: 14/11/2013**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medidor de vazão e materiais em fofó para suprir as necessidades da Estação de Tratamento de Água - ETA da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)		0	35,0000	3
19	Colar de tomada/de ligação fofó DN250x3/4"	UN	H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA (12476)		0	31,0000	1
			MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (10309)		0	36,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 5/5

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 56/2012****Número do Registro de Preços: 56/2012****Data do Registro: 14/11/2012****Válido até: 14/11/2013**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medidor de vazão e materiais em fôfo para suprir as necessidades da Estação de Tratamento de Água - ETA da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
	TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA (12478)				0	46,0000	3

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2012****PROCESSO Nº 139/2012**

(10309) - MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA

(11023) - CONAUT CONTROLES AUTOMÁTICOS LTDA

(11096) - HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP

(12476) - H.D.S. COMERCIAL HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA

(12477) - NIVETEC INSTRUMENTAÇÃO E CONTROLE LTDA

(12478) - TUBOS E CONEXÕES SUNS DO BRASIL LTDA

SCHROEDER, 14 de Novembro de 2012.



# Timbó

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2.929 de 12 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 2.929 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "COSMA PURIN", situado no lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 118,50 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tiroleses, nesta Cidade, com a área de 3.242,07m<sup>2</sup> (Três mil, duzentos e quarenta e dois metros e sete decímetros quadrados), processo D-027/2012 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente COSMA PURIN, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 24.295, datado de 07 de novembro de 2012.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 21.249, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.018.0546.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 01 (uma) área e mais área remanescente;

01 - Área a Desmembrar - com área de 7,80m<sup>2</sup> (Sete metros e oitenta decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi, distante pelo lado esquerdo do imóvel, 130,22 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tiroleses; estremando na frente em 6,02 metros com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi; fundos estrema em 9,44 metros na curva de transição com a área remanescente; e, lado direito estrema em 6,02 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 18.865, livro 2. Esta área deverá ser obrigatoriamente anexada a matrícula nº 18.865, livro 2 de propriedade de Rita Ittner;

02 - Área Remanescente - com área de 3.234,27m<sup>2</sup> (Três mil, duzentos e trinta e quatro metros e vinte e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 118,50 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tiroleses; estremando na frente em 11,72 metros com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi; fundos estrema em 19,00 metros com terras de Cosma Purin, matrícula nº 21.244, livro 2; lado direito estrema em 9,44 metros na curva de transição com a área a desmembrar e em 170,52 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 18.865, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 176,47 metros com terras de Cosma Purin, matrícula nº 21.244, livro 2; continuação do Decreto n.º 2.929/2012, fls. 02

Artigo 3º - O Desmembramento destina-se para anexação obrigatória à matrícula nº 18.865, livro 2 de propriedade de Rita Ittner, em cumprimento ao Termo Extrajudicial de Compromisso de Ajustamento de Conduta do Loteamento Capitais I.

Artigo 4º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo

estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 5º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 6º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 12 de novembro de 2012.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

### Decreto Nº 2.930 de 12 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 2.930 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "COSMA PURIN", situado no lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 107,54 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tiroleses, nesta Cidade, com a área de 6.716,63m<sup>2</sup> (Seis mil, setecentos e dezesseis metros e sessenta e três decímetros quadrados), processo D-028/2012 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente COSMA PURIN, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 24.296, datado de 07 de novembro de 2012.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 21.244, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.018.0494.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 01 (uma) área e mais área remanescente;

01 - Área a Desmembrar - com área de 7,75m<sup>2</sup> (Sete metros e setenta e cinco decímetros quadrados), situado na interseção dos fundos com o lado direito, distante pelo lado direito do imóvel, 360,92 metros do lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi; estremando na frente em 9,42 metros na curva de transição com a área remanescente; fundos estrema em 6,01 metros com terras de Maria Goll, matrícula nº 19.677, livro 2; e, lado direito estrema em 6,01 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 18.865, livro 2. Esta área deverá ser obrigatoriamente anexada a matrícula nº 19.677, livro 2 de propriedade de Maria Goll;

02 - Área Remanescente - com área de 6.708,88m<sup>2</sup> (Seis mil, setecentos e oito metros e oitenta e oito decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 107,54 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Tiroleses; estremando na frente em 10,96 metros com o lado ímpar da Rua Professor Alfredo Girardi; fundos estrema em 11,09 metros e em 21,00 metros com terras de Maria Goll, matrícula nº 19.677, livro 2; lado direito estrema em 176,47 metros e em 19,00 metros com terras de Cosma Purin, matrícula nº 21.249, livro 2, em 165,45 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 18.865, livro 2, e em 9,42 metros na curva de transição com a área a desmembrar; e, lado esquerdo estrema em 330,57 metros, sendo em 30,00 metros com terras de Renato Reinicke, matrícula nº 7.611, livro 2, em 67,72 metros com

continuação do Decreto n.º 2.930/2012, fls. 02

terras de Wilfried Brandt, matrícula nº 4.984, livro 2, em 159,18 metros com terras de 4F Administradora de Bens Ltda, matrícula nº 4.750, livro 2 e em 73,67 metros com terras de Maria Goll, matrícula nº 19.677, livro 2;

Artigo 3º - O Desmembramento destina-se para anexação obrigatória à matrícula nº 19.677, livro 2 de propriedade de Maria Goll, em cumprimento ao Termo Extrajudicial de Compromisso de Ajustamento de Conduta do Loteamento Capitais IV.

Artigo 4º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 5º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 6º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 12 de novembro de 2012.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

**Aviso Edital Pregão Presencial N.º 138 2012 - Aquisição de Material de Expediente**  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2012

OBJETO: Aquisição de material de expediente destinado a diversos setores da administração. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 29 de novembro de 2012. ABERTURA: dia 29 de novembro de 2012 as 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes).

Timbo (SC), 05/11/2012.  
THOMAZ H. N. CAMPREGHER  
Diretor de Administração

**Extrato Segundo Termo Aditivo Contrato 114/2012**  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/114.

CONTRATANTE: Município de Timbó. CONTRATADO: Salver Construtora e Incorporadora Ltda

OBJETO: prorrogação do prazo previsto na Cláusula Sexta do Contrato Administrativo 2012/114. OBRA: Reforma do Pavilhão de Eventos Henry Paul Edital de Tomada de Preço nº. 01/2012. Data da Assinatura: 01/10/2012. PRAZO: prorrogado por mais 80 (oitenta) dias corridos.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

## CÂMARA MUNICIPAL

### Ata da Sessão de Abertura do Pregão Presencial Pregão Nº 02/2012

Aos catorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às nove horas, o Pregoeiro acompanhado da sua Equipe de Apoio e da servidora Luciana Storino, na sede da Câmara Municipal de Timbó, localizada na Rua Germano Brandes, 711, sala 11, Centro, Timbó (SC), designado pela Portaria nº 02/2012, de 19/01/2012, para, na forma da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente da Lei nº. 8.666/93, proceder a abertura dos trabalhos do Pregão Presencial 02/2012, objeto do Processo Licitatório nº 04/2012, destinado a Contratação de empresa especializada em locação de sistemas integrados de gestão pública e serviços de informática, com implantação na Câmara Municipal de Timbó, conforme Anexo I, nos termos da minuta de contrato constante do Anexo IV, do Edital de Pregão Presencial nº. 02/2012. O pregoeiro iniciou a sessão no horário estabelecido pelo Edital, constando que atendeu ao ato convocatório a empresa IPM Informática Ltda, que apresentou os documentos de credenciamento, bem como o envelope contendo a proposta de preço (envelope nº 01), que foi rubricado pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelo licitante. O Pregoeiro procedeu a abertura do envelope contendo a proposta de preço da empresa IPM Informática Ltda, que ofertou a implantação e locação dos softwares pretendidos pela Câmara Municipal de Timbó pelo valor de R\$ 89.688,40, para o período de 48 meses, sendo a locação pelo valor mensal de R\$ 1.831,60 e a implantação pelo valor de R\$ 1.771,60 e a hora técnica no valor de R\$ 90,00 para serviços de atendimento técnico e R\$ 130,00 para o serviço de customização de softwares, estando a proposta de acordo com as exigências

do edital. Em negociação com a empresa participante, conforme os critérios estabelecidos no Edital, o valor obtido pelo pregoeiro foi de R\$ 88.891,60, para o período de 48 meses, sendo a locação pelo valor mensal de R\$ 1.815,00 e a implantação pelo valor de R\$ 1.771,60 e a hora técnica no valor de R\$ 90,00 para serviços de atendimento técnico e R\$ 130,00 para o serviço de customização de softwares. Procedeu-se a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação da empresa participante, e, depois de detida análise, constatou-se que os requisitos de habilitação jurídica e fiscal exigidos no Edital foram atendidos, declarando-se vencedora do certame a empresa IPM Informática Ltda. Não havendo manifestação dos presentes, em especial com relação ao interesse em recorrer da decisão, o Pregoeiro adjudicou os objetos da licitação à empresa declarada vencedora.

Nada mais havendo a relatar sobre o presente julgamento, o Pregoeiro encerrou a Sessão com a lavratura desta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante da licitante presente. Esta ata será extratada e publicada Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

### Edital de Audiência Pública

A Câmara Municipal de Timbó convida a sociedade civil organizada, com atuação e sede no Município, bem como os demais municípios a participarem de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, que se realizará no dia 19 de novembro de 2012, com início às 17:00h, no Plenário do Legislativo, à rua Germano Brandes Sênior nº 711 - Sala 11, neste Município.

A audiência, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000), tem por objetivo discutir o Projeto de Lei Ordinária nº 46/2012, do Poder Executivo, que "Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Timbó, para o exercício financeiro de 2013".

Timbó, 14 de novembro de 2012.

WIEGOLD SATRKE

Presidente da Mesa Diretora

JOSÉ OSMARIN TELLES

Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização

## Turvo

### PREFEITURA

#### Lei 2137/2012

LEI Nº 2.137/12, de 13 de novembro de 2012.

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído o Conselho Municipal da Juventude, órgão de assessoria, planejamento e consultoria do município, vinculado ao Poder Executivo Municipal, encarregado de promover a integração e a participação da juventude no processo social, econômico, político e cultural do município de Turvo.

Art. 2º. São objetivos do Conselho Municipal da Juventude:

I - encaminhar aos canais competentes - órgãos públicos, empresas privadas, entidades civis e em particular, junto ao Poder Público Municipal, as reivindicações e sugestões da juventude deste Município, tendo por base, deliberações oriundas de processos democráticos e participativos;

II - atuar de forma decisiva na defesa dos direitos de organização e manifestação juvenil;

III - garantir a participação da juventude na vida política do Município, de tal forma que possam opinar, debater e participar das decisões políticas e administrativas do Poder Público Municipal;

IV - propugnar, de modo imperativo, pela defesa da juventude e dos seus direitos, com absoluta prioridade: ao direito à vida; à saúde; à cultura; à liberdade; à convivência familiar e comunitária, colocando-a a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, marginalização, violência, crueldade e opressão;

V - promover e incentivar campanhas de conscientização e programas educativos, particularmente junto às instituições de ensino e pesquisa, empresas, veículos de comunicação e outras entidades, sobre potencialidades, direitos e deveres da juventude;

VI - despertar a consciência de todos os setores da comunidade para a realidade, necessidade e potencialidades da juventude;

VII - incentivar nas diferentes entidades civis e populares a criação de departamentos e atividades específicas do interesse da juventude, visando incorporá-los na vida política e social da nossa comunidade;

VIII - mobilizar a juventude para participar de todo o processo legislativo, nas três esferas do governo, objetivando com isso, contribuir para que as leis assegurem os anseios democráticos e patrióticos de nosso povo que, especificamente, garanta os direitos da juventude, à educação, ao trabalho, ao esporte, à cultura e ao lazer;

IX - zelar pelos interesses e direitos inerentes à juventude, fiscalizando e fazendo cumprir a legislação pertinente.

Art. 3º. São atribuições do Conselho Municipal da Juventude:

I - promover entendimento e intercâmbio com organizações e instituições que tenham objetivos comuns ao do Conselho;

II - estabelecer critérios e promover entendimento para o emprego de recursos destinados pelo Município a projetos que visem

implementar a realização de programas de real interesse da juventude;

III - criar comissões técnicas temporárias e permanentes;

IV - mobilizar recursos governamentais e não governamentais e apoiar programas e projetos relacionados à juventude;

V - convidar entidades governamentais e privadas, bem como pessoas físicas e jurídicas, para colaborar na execução das tarefas;

VI - estimular a criação de serviços e campanhas que promovam o bem-estar e desenvolvimento dos jovens, que estimulem sua participação nos processos sociais;

VII - formular, propor e coordenar projetos executados pelos órgãos ligados à questão da juventude;

VIII - desenvolver estudos e pesquisas relativas ao público jovem, objetivando subsidiar o planejamento das ações públicas para este segmento no Município;

IX - prestar assessoramento ao Poder Executivo Municipal, emitindo pareceres e prestando acompanhamento aos projetos e execução dos programas de governo no âmbito municipal, nas questões referentes à juventude;

X - promover e participar de seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para a discussão de temas relativos à juventude e que contribuam para a conscientização dos problemas relativos ao jovem na sociedade atual;

XI - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. O Conselho Municipal da Juventude será composto dos seguintes membros, com mandato de dois anos, renovável, uma única vez, por igual período:

I - 2 (dois) representantes de estudantes do Ensino Médio do Município;

II - 2 (dois) representantes de estudantes do Ensino Fundamental do Município;

III - 3 (três) representantes de estudantes do Ensino Superior;

IV - 3 (três) representantes do Poder Executivo Municipal;

V - 5 (cinco) representantes da Sociedade Civil.

§ 1º. A função de membro do Conselho será considerada como relevante atividade pública, vedada a sua remuneração.

§ 2º. Os membros integrantes do Conselho a que se refere o caput deste artigo deverão ser compostos por jovens entre 14 e 30 anos de idade.

3º. Cada Membro indicado deverá ter um suplente.

Art. 5º. Para cumprir suas atribuições, nos termos da Lei, o Conselho Municipal de Juventude deve atuar através do Colegiado, da Presidência e da Secretaria Executiva.

§ 1º. O Colegiado deve ser constituído por todos os membros do Conselho.

§ 2º. A presidência é exercida pelo Presidente e na ausência deste pelo Vice-Presidente.

§ 3º. O mandato da presidência é de dois anos, permitindo somente uma recondução por igual período.

§ 4º. O executivo designará um servidor de carreira para desempenhar a função da secretaria executiva, tendo esta secretaria a finalidade de desempenhar as funções burocráticas do Conselho, sem direito a voto nas deliberações.

Art. 6º. No dia da posse do Conselho, sob a presidência de uma Comissão provisória, será feita a eleição do presidente e do vice, em eleição direta, sendo eleito presidente o conselheiro que obtiver maioria simples dos votos. Deve ser declarado vice-presidente,



o segundo candidato mais votado.

§ 1º. Apenas os Conselheiros poderão ser candidatos ao cargo de presidente.

§ 2º. Na data da posse, depois de eleito o presidente e o Vice, fica automaticamente desfeita a comissão provisória.

Art. 7º. Caberá aos Membros do Conselho Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da posse, a elaboração e aprovação do seu regimento, que irá dispor sobre suas normas de organização e funcionamento.

Art. 8º. A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo de sessenta (60) dias, contados da sua publicação.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 13 de novembro de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI

Secretária de Adm. e Finanças - designada.

#### **Lei 2138/2012**

LEI nº 2.138/12, de 13 de novembro de 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER RECURSOS FINANCEIROS NA FORMA DE CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder recursos financeiros na forma de Contribuição à Câmara de Dirigentes Lojistas de Turvo - CDL, CNPJ nº 83.475.582/0001-90, durante o exercício de 2012, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para serem utilizados na realização da Festa Natalina e festividades de final de ano.

Art. 2º. A entidade beneficiada ficará sujeita a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 13 de novembro de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI

Secretária de Adm. e Finanças - designada.

#### **Lei 2139/2012**

LEI nº 2.139/12, de 13 de novembro de 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER RECURSOS FINANCEIROS NA FORMA DE CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder recursos financeiros na forma de Contribuição ao Lions Clube de Turvo, CNPJ nº 83.266.486/0001-31, durante o exercício de 2012, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e mil reais), para serem utilizados na aquisição de terreno.

Art. 2º. A entidade beneficiada ficará sujeita a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 13 de novembro de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI

Secretária de Adm. e Finanças - designada.

#### **Lei Complementar 12/2012**

Lei Complementar nº 012/12, de 13 de novembro de 2012

INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE GESTÃO, PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica instituído no Município de Turvo Sistema Eletrônico de Gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, através do Livro Eletrônico.

Art. 2º. As pessoas jurídicas de direito público e privado, inclusive da Administração indireta da União, dos Estados e do Município, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município de Turvo, ficam obrigadas a adotar o Livro Eletrônico, para processamento de dados de suas declarações, apresentando as informações mensalmente, via Internet, até o dia 10 do mês subsequente, relativas aos serviços contratados e/ou prestados.

§ 1º. Inclui-se nessa obrigação o estabelecimento equiparado a pessoa jurídica.

§ 2º. Poderá sofrer retificação as informações prestadas, a qualquer tempo, desde que não iniciado procedimento fiscal.

Art. 3º. A escrituração das notas fiscais eletrônicas será gerada por programa específico, disponibilizado gratuitamente via internet, no endereço eletrônico da Prefeitura do Município de Turvo, [www.turvo.sc.gov.br](http://www.turvo.sc.gov.br).

Art. 4º. A apuração do imposto será feita, salvo disposição em contrário, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante registro de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela autoridade fiscal.

§ 1º. O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico,

disponibilizado via internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas emitidas, com seus respectivos valores, emitindo ao final do processamento o boleto bancário e efetuar o pagamento do imposto devido.

§ 2º. O tomador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISSQN exigidas na legislação, emitir, ao final do processamento, o boleto bancário e efetuar o pagamento do imposto devido, quando se revestir da qualidade de substituto ou responsável.

Art. 5º. No mês que não prestarem e que não adquirirem serviços, os contribuintes e os tomadores deverão informar obrigatoriamente, através do programa Livro Eletrônico, a ausência de movimentação econômica, através de declaração "SEM MOVIMENTO".

Art. 6º. Em substituição ao Livro de Registro de Serviços previsto na legislação vigente, o Tomador de Serviços, substituto tributário ou não e o Contribuinte emitente de Nota Fiscal de Serviços, ficam obrigados a manter em cada um dos estabelecimentos sujeitos à inscrição, os seguintes livros fiscais de registro das prestações de serviços efetuadas ou contratadas, escriturados eletronicamente através do programa Livro Eletrônico:

I - Livro de Registro de Prestação de Serviços Próprios;

II - Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas Sujeitos a Retenção ou não.

§ 1º. O Livro Registro de Prestação de Serviços deverá ser escriturado pelos Contribuintes Prestadores de Serviços.

§ 2º. O Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas Sujeitos a Retenção ou não, deverá ser escriturado pelos Tomadores contratantes de serviços, com responsabilidade para recolhimento do ISSQN, por Substituição e Retenção Tributária, atribuída pela legislação vigente e também pelos Tomadores de Serviços domiciliados no Município, independentemente dos mesmos não serem sujeitos a retenção.

§ 3º. Findo o exercício fiscal, o contribuinte deverá emitir os livros fiscais em papel, contendo termo de abertura, encerramento, numeração em ordem seqüencial dos livros, paginado, encadernado e assinado pelo contribuinte e pelo contabilista, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias e registrar no órgão municipal competente, e conservá-lo no estabelecimento pelo prazo regulamentar para exibição ao fisco quando solicitado.

Art. 7º. Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários, dispensados da emissão de notas fiscais de serviços, ficam obrigados ao preenchimento da planilha de taxas e serviços, disponível no programa Livro Eletrônico, declarando a Receita Bruta, detalhando-a por conta analítica, baseada no plano de contas do Banco Central.

§ 1º. Os estabelecimentos mencionados no "caput" deverão manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§ 2º. Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a codificação contábil, a discriminação dos serviços e os valores mensais de receitas correspondentes.

Art. 8º. Todos os demais desobrigados de emissão de Notas Fiscais de Serviços, nos termos da legislação vigente, ficam também obrigados a escriturar a planilha a que se refere o artigo anterior,

em relação aos serviços prestados e tomados.

Art. 9º. O recolhimento do imposto retido na fonte, previsto na legislação vigente, far-se-á em nome do prestador de serviços, com a indicação do responsável pela retenção, observando-se o prazo regulamentar de pagamento.

Art. 10. Ficam substituídas as guias de recolhimento mensal e os "carnês" de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, pela Guia de Recolhimento do ISSQN, emitida através do programa Livro Eletrônico.

Art. 11. A solicitação para "Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF", bem como sua homologação, poderão, a qualquer tempo, ser disponibilizadas e autorizadas pela Administração, por meio eletrônico, no endereço eletrônico [www.turvo.sc.gov.br](http://www.turvo.sc.gov.br).

Art. 12. A Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - AIDF será concedida com observância nos critérios previstos na legislação vigente.

§ 1º. O prazo para utilização de documento fiscal fica fixado em 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de expedição da AIDF, sendo que o estabelecimento gráfico fará imprimir no rodapé, em destaque, logo após o número e a data da AIDF, a data de validade do documento, através da seguinte expressão: "válida para uso até "; sendo esta data, 24 (vinte e quatro meses) após a data da AIDF.

§ 2º. O prazo de validade das notas fiscais será renovado uma única vez, por igual período.

§ 3º. Encerrado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, os documentos fiscais em branco serão inutilizados pela autoridade fiscal competente, mediante termo lavrado no Livro próprio.

§ 4º. No caso do parágrafo anterior, o contribuinte poderá solicitar nova AIDF para impressão de novos documentos fiscais, que terão numeração seqüencial aos documentos inutilizados.

§ 5º. Considera-se inidôneo, para todos os efeitos legais, o documento emitido após a data limite de sua utilização, independentemente de formalidade ou atos administrativos da autoridade fiscal competente.

§ 6º. A Autoridade Fiscal poderá, em casos especiais, autorizar a confecção de documentos fiscais em números e prazos superiores ao previsto neste artigo, por solicitação do contribuinte, mediante processo administrativo.

Art. 13. A impressão das Notas Fiscais de Serviços e das Faturas de Serviços deverá conter os dados mínimos obrigatórios apontados no documento AIDF.

Art. 14. O descumprimento às normas deste regulamento sujeita o infrator, prestador ou tomador de serviços, às seguintes penalidades:

I - deixar de remeter à Secretaria de Administração e Finanças do Município o Livro Eletrônico no prazo determinado, independente do pagamento do imposto, multa de 1 (uma) UFM;

II - Escriturar o Livro Eletrônico com omissões ou dados inverídicos que constituam fraude multa de 10,5 (dez vírgula cinco) UFM.

Art. 15. Ficam concedido 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação da presente lei, para que os contribuintes e tomadores de serviços façam as adaptações necessárias para o cumprimento da mesma.



Art. 16. Findo o prazo a que se refere o artigo anterior, passará a ser obrigatória a utilização do sistema previsto nesta lei e não será mais aceita a escrituração de Livros de Registro de Serviços até então utilizada e nem a forma de pagamento do imposto devido ou retido até então vigente, passando o recolhimento a ser efetuado apenas na forma prevista neste diploma legal.

Art. 17. O acesso ao preenchimento dos livros previstos no artigo 6º utilizará uma senha que será fornecida ao contribuinte ou ao seu preposto, vinculado ao número do CRC do contabilista responsável.

Art. 18. Os valores expressos nesta Lei serão reajustados anualmente no primeiro dia útil de Janeiro com base no Índice do INPC - Índice Geral de preços do IBGE, ou de indexador oficial que venha a substituí-lo

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

Turvo(SC), 13 de novembro de 2012.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei Complementar nesta Secretaria na data supra.

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI  
Secretária de Adm. e Finanças - designada.

### **Lei Complementar 13/2012**

Lei Complementar nº 013/12, de 13 de novembro de 2012  
INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

#### **CAPÍTULO I** **DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E**

##### **SEÇÃO I** **DA DEFINIÇÃO DA NFS-E**

Art. 1º. Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo Único. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Turvo, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças antes da ocorrência do fato gerador.

##### **SEÇÃO II** **DOS CONTRIBUINTES OBRIGADOS**

Art. 2º. A Administração Municipal de Turvo definirá através de Decreto os prestadores de serviço obrigados à emissão da NFS-e.

Parágrafo Único. Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

#### **CAPÍTULO II** **DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E**

##### **SEÇÃO I** **DO ACESSO PELO CONTRIBUINTE**

Art. 3º. O acesso ao Sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, que conterà dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 4º. As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata essa Lei, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico [www.turvo.sc.gov.br](http://www.turvo.sc.gov.br).

Art. 5º. Após o cadastramento, tratado no artigo anterior, o interessado deverá imprimir o formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" e apresentá-lo à Secretaria de Administração e Finanças, direcionada ao Departamento de Tributos.

Art. 6º. Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 4º desta Lei e comprovação, pela Secretaria de Administração e Finanças, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 1º. No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º. Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 7º. A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 8º. Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo Único. A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica será concedida ao representante legal indicado no formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO", e conterà as seguintes funções:

I - Habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;  
II - Gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 9º. A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como, pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

##### **SEÇÃO II** **DO ACESSO PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 10. O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterà dados fiscais de interesse da Administração

Tributária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 11. A senha de acesso prevista do artigo anterior será outorgada ao Secretário da Administração e Finanças ou a quem ele delegar por ato legal, a qual conterá as seguintes funções:

- I - Habilitar e desabilitar usuários;
- II - Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;
- III - Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Tributária no portal da NFS-e.

Art. 12. Aos funcionários da Administração Tributária será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado, levando-se em consideração a função exercida.

### CAPITULO III

#### DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Art. 13. A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

- I - número seqüencial;
- II - código de verificação de autenticidade;
- III - data e hora da emissão;
- IV - identificação do prestador de serviços, com:
  - a) nome ou razão social;
  - b) endereço;
  - c) "e-mail";
  - d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
  - e) inscrição no Cadastro Mobiliário;
- V - identificação do tomador de serviços, com:
  - a) nome ou razão social;
  - b) endereço;
  - c) "e-mail";
  - d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- VI - discriminação do serviço;
- VII - valor total da NFS-e;
- VIII - valor da dedução na base de cálculo se houver e na forma prevista na legislação municipal;
- IX - valor da base de cálculo;
- X - código do serviço - enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Municipal nº 002/04, de 20 de dezembro de 2004;
- XI - alíquota e valor do ISSQN;
- XII - indicação no corpo da NFS-e de:
  - a) isenção ou imunidade relativa ao ISSQN, quando for o caso;
  - b) serviço não tributável pelo Município de Turvo, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal e municipal.
  - c) retenção de ISSQN na fonte;
  - d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";
  - e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;
  - f) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;
  - g) número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.

§ 1º. A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Turvo", "Secretaria Municipal de Administração e Finanças" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e".

§ 2º. O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente seqüencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º. O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa

prestadora dos serviços.

§ 4º. A NFS-e deverá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil, contendo o CNPJ de qualquer estabelecimento do emitente ou o CPF do responsável.

Art. 14. A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico [www.turvo.sc.gov.br](http://www.turvo.sc.gov.br), somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Turvo, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo Único. A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 15. As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 16. Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

Art. 17. Não incidirá preço público relativo às emissões de NFS-e quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

### SEÇÃO I

#### DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E POR PESSOA FÍSICA

Art. 18. É facultado às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e na sede da Secretaria de Administração e Finanças, caso em que haverá a incidência do respectivo preço público.

Parágrafo Único. O ISSQN relativo às NFS-e geradas nas instalações da Secretaria de Administração e Finanças, deverá ser recolhido nos bancos credenciados mediante autenticação mecânica no Documento Arrecadatório Municipal Eletrônico - DAM-e.

Art. 19. A NFS-e na forma dos artigos anteriores será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Administração Tributária destacado para este fim.

Parágrafo Único. A liberação para impressão da NFS-e dar-se-á mediante comprovação visual da autenticação mecânica do DAM-e.

### SEÇÃO II

#### DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO MUNICIPAL - NFS-E POR BANCOS E DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 20. Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais - NFS-e.

### SEÇÃO III

#### DO CANCELAMENTO DA NFS-E

Art. 21. A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("on line"), no endereço eletrônico [www.turvo.sc.gov.br](http://www.turvo.sc.gov.br), na rede mundial de computadores (internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º. Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser

cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º. Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§ 3º. O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e, e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 22. Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, conforme disposto na Lei Complementar Municipal nº 002/04, de 20 de dezembro de 2004.

#### SEÇÃO IV DA CARTA DE CORREÇÃO ELETRÔNICA - CC-E

Art. 23. Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§ 1º. É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§ 2º. Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo à base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§ 3º. A Carta de Correção Eletrônica - CC-e deverá ser assinada digitalmente pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ ou CPF, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 4º. Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§ 5º. Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

#### CAPÍTULO IV DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS

##### SEÇÃO I DA DEFINIÇÃO DE RPS E SUA UTILIZAÇÃO

Art. 24. Nos casos previstos nesta Lei, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

§ 1º. Entende-se por Recibo Provisório de Serviços - RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual deverá conter:

I - identificação do prestador dos serviços, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

II - identificação do tomador dos serviços contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;

d) número no cadastro mobiliário municipal;

e) correio eletrônico (e-mail);

III - numeração seqüencial;

IV - série;

V - descrição:

a) dos serviços prestados;

b) do preço do serviço;

c) do enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);

d) da alíquota aplicável;

e) do valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI - inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º. Todas as informações descritas no § 1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea "e" do inciso II, o qual é facultado.

Art. 25. O Recibo Provisório de Serviços - RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I - adoção pelo contribuinte de regimes especiais;

II - prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;

III - impossibilidade de acesso à página eletrônica da NFS-e;

IV - para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e;

V - prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 26. O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, mediante Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF, na forma e modelo desejado pelo contribuinte, devendo conter todos os dados previstos no § 1º do art. 24 desta LEI.

§ 1º. O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 2º. O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços

§ 3º. A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividades, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§ 4º. Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a seqüência numérica do último documento fiscal emitido.

§ 5º. As notas fiscais convencionais já confeccionadas poderão ser utilizadas até o término dos blocos impressos ou inutilizadas pela unidade competente da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a critério do contribuinte.

§ 6º. Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

§ 7º. Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Secretaria de Administração e Finanças disponibilizará o "layout" do sistema da NFS-e no portal eletrônico [www.turvo.sc.gov.br](http://www.turvo.sc.gov.br).

Art. 27. Havendo prova fundada de que a emissão do RPS esteja impossibilitando a perfeita identificação dos serviços prestados, apuração da receita auferida e do imposto devido, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças poderá vincular a validade

do RPS à prévia Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF.

## SEÇÃO II DA CONVERSÃO DO RPS EM NFS-E

Art. 28. Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

§ 1º. Nos casos em que o tomador de serviços for o responsável tributário, na forma da legislação vigente, o prazo disposto no "caput" deste artigo não poderá ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§ 2º. O prazo previsto no "caput" deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil, caso vença em dia não útil.

§ 3º. A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no art. 42 do Capítulo VI desta LEI.

§ 4º. Também deverão ser convertidos em uma NFS-e as notas fiscais convencionais já confeccionadas.

§ 5º. A não substituição do RPS pela NFS-e, equipara-se a não emissão de nota fiscal convencional.

§ 6º. Aplica-se o disposto neste artigo às notas fiscais convencionais já confeccionadas que venham a ser utilizadas na conformidade desta LEI.

Art. 29. Fica o prestador de serviço desobrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, ficando esta disponível no sistema informatizado da Secretaria Municipal de Administração e Finanças ("on-line").

## SEÇÃO III DO SISTEMA DE "EMIÇÃO DE CUPOM FISCAL - ECF"

Art. 30. O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, pela Legislação Estadual - RICMS/SC deverá observar o seguinte: I - a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal - ECF será em regime especial, depois de comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;

II - as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISSQN e na Legislação Estadual vigente - RICMS/SC;

III - a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Art. 31. As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal ficam dispensadas de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

## SEÇÃO IV DA CONVERSÃO DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM RPS

Art. 32. A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, converter-se-ão em RPS, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado e sua numeração seguirá o da última nota fiscal emitida de forma

convencional anteriormente ao início de vigência desta LEI.

§ 1º. Quando da utilização da nota fiscal equiparada a RPS, fica o prestador dos serviços obrigado a inserir no corpo do documento a seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º. As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e/ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

## SEÇÃO V DA CONVERSÃO DA NOTA FISCAL CONJUGADA EM RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS

Art. 33. A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços), não emitidas, converter-se-ão em Recibo Provisório de Serviços - RPS.

Art. 34. É permitido o uso de notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços) como RPS, devendo ser convertidas em NFS-e somente aquelas que contenham operações de prestação de serviços.

Parágrafo Único. Na hipótese do contribuinte deixar de utilizar definitivamente as notas fiscais convencionais conjugadas, este poderá emitir RPS a partir do número da última nota fiscal conjugada emitida.

Art. 35. No corpo do RPS deverá ser impressa a seguinte frase: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

## CAPÍTULO V DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO RETIDO NA FONTE RELATIVO AO RPS NÃO CONVERTIDO

### SEÇÃO I

"DECLARAÇÃO DENÚNCIA DE NÃO CONVERSÃO DE RPS - DDNC".

Art. 36. Fica instituída a "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS - DDNC", de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 37. As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados no art. 28 desta LEI.

Art. 38. A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo Único. O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista no inciso II do artigo 42 desta LEI.

Art. 39. A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

I - CPF/CNPJ do prestador;

II - endereço do prestador e do tomador;

III - CPF/CNPJ do tomador;

IV - e-mail do tomador;

V - o valor dos serviços prestados;

VI - o enquadramento na lista de serviços; e

VII - número do RPS não convertido e respectivo data de emissão.

## SEÇÃO II DA INSUFICIÊNCIA OU NÃO RECOLHIMENTO DO ISSQN



Art. 40. A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

## CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 41. Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

- I - 30% (trinta por cento) do valor do imposto, não inferior a 01 (uma) UFM, para cada NFS-e não emitida, ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração Tributária;
- II - 3,70 (três vírgula setenta) UFM para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;
- III - 1,80 (uma vírgula e oitenta) UFM para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada.

Art. 42. Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

- I - 01 (uma) UFM para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, no prazo legal;
- II - 01 (uma) UFM para cada RPS não convertido em NFS-e, e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados.

Parágrafo Único. A conversão espontânea do RPS realizada após o prazo estabelecido no artigo 28 da presente Lei implicará em multa diária correspondente a 0,67% (zero vírgula sessenta e sete por cento) até atingir o máximo de 20% (vinte por cento), se realizado até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor do RPS.

Art. 43. Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

- I - aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;
- II - registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo Único. A infração ao presente artigo será punida com multa no valor correspondente a 10,5 (dez vírgula cinco) UFM.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44. Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Secretaria de Administração e Finanças pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo Único. O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 45. A partir da vigência desta Lei, tornam-se sem efeito todos os regimes especiais concedidos anteriormente, ressalvados os contribuintes que possuam autorização para utilização de "Emissor de Cupom Fiscal - ECF" ou recolham o ISSQN sob o regime de estimativa fixa mensal.

Art. 46. No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir de ofício no Cadastro Mobiliário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como:

- I - mudança de endereço; e
- II - mudança de ramo de atividade.

Art. 47. A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e os contribuintes abrangidos será definida em Decreto.

§ 1º. Nos primeiros 30 (trinta) dias do uso obrigatório da NFS-e, não se aplica o disposto no art. 5º desta LEI.

§ 2º. Durante o prazo previsto no § 1º deste artigo, os cadastros efetuados e respectivas senhas informadas serão habilitadas automaticamente, devendo o formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" e demais documentos descritos no Capítulo II desta Lei, serem entregues à Secretaria de Administração e Finanças num prazo máximo de até 60 (sessenta) dias após esgotado o prazo previsto naquele parágrafo.

§ 3º. Os contribuintes que não cumprirem o disposto no parágrafo anterior terão seu acesso suspenso enquanto não regularizarem sua situação.

Art. 48. Fica estabelecido um período de transição de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da obrigatoriedade do uso da NFS-e, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI desta LEI.

Parágrafo Único. As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte em até 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas no Capítulo VI desta LEI.

Art. 49. Os valores expressos nesta Lei serão reajustados anualmente no primeiro dia útil de Janeiro com base no Índice do INPC - Índice Geral de preços do IBGE, ou de indexador oficial que venha a substituí-lo.

Art. 50. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 13 de novembro de 2012.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei Complementar nesta Secretaria na data supra.

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI  
Secretária de Adm. e Finanças - designada.

## Decreto 64/2012

DECRETO Nº 064/12, de 14 de novembro de 2012  
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.108/11 (Lei Orçamentária Anual), de 13/12/2011.  
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), assim classificados:

08.01 - SECRETARIA DE SAÚDE A AÇÃO SOCIAL

08.244.0004.2.028 - COMUNIDADE PARTICIPATIVA ASSOCIAÇÕES  
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0080.0(87) - Transf.a Instit.Privadas sem fins lucrat. . R\$ 53.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação, da fonte 0080 do exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 14 de novembro de 2012  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal



Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI  
Secretária de Adm. e Finanças-designada.

**Videira**

**PREFEITURA**

### **Lei Nº 2.814/12**

LEI N.º 2.814/12, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder brinde de Natal aos servidores municipais, no exercício de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder aos servidores do Município, como brinde de Natal, 1 (uma) bolsa térmica com capacidade de no mínimo 12 (doze) Litros e 1 (um) Pernil Suíno temperado, com peso aproximado entre 2,20 e 2,50 Kg.

Art. 2º Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar, até o montante de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício anterior, a seguinte dotação orçamentária:

03 - Secretaria de Administração

01 - Administração

2.010 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas 82.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 82.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 1594/12**

PORTARIA nº 1594/12

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 12928/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, na Lei Complementar nº 007/97 - Estatuto dos Servidores,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, MARCOS DEMARTINI e ALVAIR LIRIO BARZOTTO para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim

de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 12928/2012.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de novembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Julgamento Habilitação TP 40-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 40/2012

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a contratação de empresa para elaboração, organização e execução de processo seletivo para cadastro de reserva da Prefeitura Municipal de Videira, no âmbito da Secretaria de Educação, restando INABILITADAS as empresas EPL- Empresa Paranaense de Licitações Ltda - ME e CKM Serviços Ltda EPP por descumprir exigências editalícias e HABILITADAS as empresas Fernando da Silva Teixeira ME, Instituto O Barriga Verde, Alternative Concursos Ltda e Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes Ltda. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 14 de novembro de 2012.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### **Pregão Presencial Nº 19/2012 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012 - FMAS

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 19/2012 - FMAS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS E ESPORTIVOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA DO CRAS E DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 03 de Dezembro de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 14 de Novembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Portaria Nº 192/2012

P O R T A R I A Nº 192/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: LUIZ CARLOS BACKES

Cargo: SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente, nomeado pela Portaria nº 017/2011, de 01 de fevereiro de 2011, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 14 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de novembro de 2012, revogando-se as disposições em contrário, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),  
14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### Portaria Nº 193/2012

P O R T A R I A Nº 193/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: DAIVAL PEDRO COSER

Cargo: SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, nomeado pela Portaria nº 020/2011, de 01 de fevereiro de 2011, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 14 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de novembro de 2012, revogando-se as disposições em contrário, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),

14 DE NOVEMBRO DE 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### Portaria Nº 194/2012

P O R T A R I A Nº 194/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: GILBERTO DECARLI

Cargo: SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE BARRA DA PRATA

Do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, nomeado pela Portaria nº 021/2011, de 01 de fevereiro de 2011, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 14 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de novembro de 2012, revogando-se as disposições em contrário, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),  
14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### Portaria Nº 195/2012

P O R T A R I A Nº 195/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: NARCISIO FUSINATO

Cargo: SECRETÁRIO DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

Do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, nomeado pela Portaria nº 026/2012, de 08 de fevereiro de 2012, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 14 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de novembro de 2012, revogando-se as disposições em contrário, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),  
14 DE NOVEMBRO DE 2012.

IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## Consórcios

### CIGA

#### Edital de Convocação Nº 04/2012 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2012

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições previstas no art. 20, I, do Contrato de Consórcio do CIGA, visando atender ao disposto nos arts. 2º, § 2º, 16, incisos II, III, V, VI e IX, do Contrato de Consórcio Público,

#### CONVOCA:

Os Chefes do Poder Executivo dos Municípios consorciados ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na cidade de Florianópolis/SC.

Data: 30 de novembro de 2012 (sexta-feira)  
Cidade: Florianópolis/SC  
Horário: 9h00min - Primeira convocação  
9h30min - Segunda convocação  
Local: Hotel Faial  
Rua Felipe Schmidt, 603, Centro, Florianópolis/SC

#### Ordem do dia:

- Homologação do ingresso de novos Municípios no CIGA;
- Reajuste nos valores do rateio da utilização do Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) para o exercício de 2013;
- Reajuste nos valores relativos ao Programa de Gestão das Câmaras para o exercício de 2013;
- Deliberação sobre alterações na forma de contratação dos sistemas do Programa de Gestão Tributária e reajuste nos valores do rateio para o exercício de 2013;
- Deliberação sobre valor do rateio do Programa de Gestão de Obras;
- Deliberação sobre valor do rateio do Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social;
- Homologação do orçamento do CIGA para o exercício de 2013;
- Deliberação sobre Programa de Gestão Territorial (levantamento aerofotogramétrico da SDS);
- Prestação de Contas do Segundo e Terceiro Trimestres de 2012;
- Deliberação sobre alteração do Contrato de Consórcio Público do CIGA;
- Deliberação sobre criação do Fundo de Aparelhamento e Modernização da Gestão Pública;
- Assuntos diversos.

Às 10h30min haverá a apresentação do Consórcio de Informática BIM PIAVE BELLUNO da Itália, a qual será realizada pelos Prefeitos deste Consórcio.

Florianópolis, 16 de novembro de 2012.  
João Romão  
Prefeito de Garuva  
Presidente do CIGA

### CIM-AMAVI

#### Comunicado de Homologação - Pregão Presencial Nº 02/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012  
COMUNICADO DE HOMOLOGAÇÃO

Jocelino Amâncio, Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições, comunica a HOMOLOGAÇÃO do Pregão Presencial nº 02/2012 que tem como objeto a aquisição de móveis e demais materiais necessários à estruturação de Abrigo Institucional para crianças e adolescentes sediado no Município de Vidal Ramos, conforme especificado no edital, nos termos previstos no Edital e em seus Anexos, considerando ainda o constante no artigo 43, inciso VI da Lei 8.666/93 e no artigo 4º, inciso XXII da Lei 10.520/2002 e consoante o Termo de Homologação disponível no endereço eletrônico: [www.amavi.org.br/cim](http://www.amavi.org.br/cim).

Rio do Sul, 19 de outubro de 2012.  
JOCELINO AMÂNCIO  
Presidente do CIM-AMAVI

### CINCO

#### Aviso do Pregão Eletrônico Nº 0011/2012 - Medicamentos

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0011/2012  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0012/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o período de 05 de dezembro de 2012 a 30 de abril de 2013. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 19/11/2012 até às 09:00 horas do dia 29/11/2012. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 29/11/2012. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 29/11/2012. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cinco.sc.gov.br](http://www.cinco.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 13 de novembro de 2012.  
ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo do CINCO